

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**
INICIADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2008. -----
----- **ACTA NÚMERO CINQUENTA E TRÊS** -----

----- No dia 17 de Junho de 2008, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Manuel, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel de Melo Barroso, Domingos Alves Pires, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Sobreda Antunes, José Luís Teixeira Ferreira, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário

Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, João Martins Vieira, Fernando Manuel Catarino Narciso, João Maria Martins Baioneto, Pedro Miguel Gamito Cruz Santos, Paulo Alexandre dos Santos Silva, Carlos Alberto Rebelo Costa, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Maria Augusta Conceição Barata Marques Oliveira, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Rui Manuel Santos Matos Alves, Cecília da Conceição Simões Sales, Rita Susana Borges Cortez Folgosa, João Pedro Gonçalves Pereira, João Vitorino da Silva.

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----
----- João Mário Amaral Mourato Grave, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -----
----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----
----- David Valente (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----
----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----
----- Vasco Valdez Matias (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----
----- Henrique Freitas (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----
----- João Mota Lopes (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Martins Vieira. -----
----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Catarino Duarte. -----
----- António Ferreira Pereira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Alexandre Santos Silva. -----
----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----
----- Deolinda Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Cecília Simões Sales. -----
----- Feliciano David, Carlos Silva Santos e Romão Lavadinho, Deputados Municipais suplentes do PCP, pediram a suspensão do mandato por um dia (17 de Junho de 2008). -----
----- Carlos Marques (BE), por 90 dias (2 de Junho a 30 de Agosto), sendo substituído pela Deputada Municipal Rita Folgosa. -----
----- Rui Roque (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Vitorino da Silva. -----

----- Carlos Andrade e Nuno Van Uden, Deputados Municipais suplentes do CDS-PP, pediram a suspensão do mandato por um dia (17 de Junho de 2008). -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Martins Baioneto. -----

----- Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito Cruz Santos. -----

----- Rosa do Egípto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Marques Oliveira. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, e depois de cumprimentar a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e os funcionários, abriu, nos termos regimentais, o período destinado à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- **A Sra. D. Maria do Pilar Mendes Vilar da Silva Campos**, moradora no Sítio da Costa do Castelo, n.º 51 – r/chão esqº 1100-177 Lisboa, leu a seguinte exposição: --

----- “Assunto: Edifício Costa do Castelo, 51. -----

----- Estou aqui, não como autarca que sou, mas como simples cidadã, para falar do edifício aonde habito, na Costa do Castelo n.º 51 R/C Esq., Freguesia de São Cristóvão São Lourenço. -----

----- Informo que este processo está devidamente documentado com as reclamações escritas e respectivas respostas dos serviços camarários, que anexarei para conhecimento. -----

----- Começo por informar o Sr. Vereador Manuel Salgado que por erro dos seus colaboradores, Exma. Sra. Isabel Cabido e Exmo. Sr. Manuel Cordeiro, que lhe enviaram um parecer de licenciamento favorável do 1º andar esquerdo da Costa do Castelo 51, (edifício que pertenceu a Afonso Lopes Vieira), sem terem verificado que o mesmo tinha um longo processo, que visualizado no vosso sistema informático era fácil de detectar e que V. Exa. já licenciou a parte que diz respeito à arquitectura, por desconhecimento e falta de informação. -----

----- Este processo é mais um dos muitos, que como outros, não foi correctamente conduzido. Passo a citar. -----

----- Em Fevereiro de 2006 deparamos com umas obras que estavam a ser executadas no 1º andar esquerdo do prédio da Costa do Castelo, 51, derrubando as paredes-mestras,

alterando a casa de banho para um dos quartos interiores, mudando toda a canalização e parte de esgotos. Ocasionalmente fissuras em todos os andares e até nas paredes da escadaria de acesso aos mesmos. A pedra que suporta a porta de entrada para o edifício rachou, desnivelou para o lado esquerdo. -----

----- Contactei os serviços camarários, falei com o Eng.º Caixaria que me informou haver um pedido de licenciamento, mas que não tinha sido autorizado. Comprometeu-se a enviar um técnico. Desconheço o que foi feito, pois as obras continuaram o seu curso.

----- A situação agravou-se com a queda de tecto da casa de banho do r/c direito (nos primeiros dias de Maio do mesmo ano, 2006), aonde verificamos que o entulho da obra tinha sido todo colocado na caixa-de-ar entre o chão e tecto, pois recolheu-se 3 baldes e 4 sacos grandes de plásticos que ficaram retidos no passeio e que os técnicos tiveram conhecimento, assim como a Protecção Civil e a Polícia que chamámos ao local e fizeram o respectivo relatório. -----

----- No dia 9 de Junho pedimos novamente a intervenção da Protecção Civil e Polícia, visto que a proprietária do r/c direito, quando chegou, encontrou a casa alagada e a água escorria pelos fios eléctricos e já chegava ao patamar. A Protecção Civil aconselhou a não mexer nos interruptores. E mais um relatório. -----

----- Ante a passividade da Câmara em actuar e as obras lá iam continuando, liguei para o Gabinete da Vereadora do Urbanismo, Eng.º Gabriela Seara, apresentei a referida reclamação por escrito aconselhada pela Sra. D. Ana Paula Belém. -----

----- Comuniquei em simultâneo com o Gabinete da Mouraria, Eng.ª Ana Esteves, que enviou duas técnicas ao local, sem aviso prévio dos moradores. -----

----- Da 1ª deslocação afirmaram que desconheciam o teor das obras, pois não tinham as plantas para saber quais as alterações que efectuaram. Da 2ª vez que não lhes tinham aberto a porta do andar em questão. E posteriormente alguém, muito enfadado numa discussão de razão, pela insistência em que deveriam parar a obra, afirmou que não devíamos estar preocupados pois se o edifício caísse a Protecção Civil arranjava casa. --

----- Em 30 de Junho enviei todo o processo para o Gabinete do Presidente Eng.º Carmona Rodrigues, que me informou por escrito, a 3 de Julho, ter a reclamação transitado para a DMGU ao cuidado da Eng.ª Gabriela Seara. Era uma confusão extrema o processo já lá estava. -----

----- Enviaram mais tarde relatório de uma qualquer vistoria ao qual respondi. E também, para meu conhecimento, do Gabinete da DMGU enviaram a informação entregue ao proprietário dizendo que teria que demolir as obras já efectuadas, assinado pelo Eng.º Ramiro Queiroz e pelo fiscal Mário Ventura. Apenso a este despacho havia uma outra informação assinada pela Directora do Departamento Gestão Urbanística, Maria Isabel Bacelar Cabido, convidando o mesmo a solicitar a legalização das obras. --

----- Como não desistia convocaram-me para uma reunião no Gabinete da DMGU no Campo Grande, fui recebida atenciosamente, mas a pretensão era para informar que iam legalizar as obras e convidar-me a desistir. -----

----- Entretanto a Câmara caiu. Liguei para o Edifício do Campo Grande, falei para o Gabinete que estava a investigar a DMGU, coordenada pela Dra. Elisabete Matos, contei a situação e comprometi-me a enviar toda a papelada.-----

----- As eleições surgiram, entretanto as obras ficaram concluídas, e eu resolvi aguardar religiosamente que o Sr. Presidente António Costa tomasse posse e que os serviços seguissem a sua normalidade. -----

----- Peguei na papelada em Janeiro deste ano, caminhei para os Paços do Concelho. Falei com o Dr. Miguel Alves, muito atencioso, entreguei a documentação. Sei que o processo transitou para a Dra. Clara Costa e daí para a incansável Dra. Regina Carvalho, que tenho de louvar, porque tem sido uma autentica mediadora entre mim e o Gabinete da Mouraria, que também tem a responsabilidade deste. -----

----- No dia 5 de Maio, a meu pedido, reuni no Gabinete da Mouraria com a Eng.^a Esmeralda Fernandes e a Arqt^a Isabel Silva que me informaram estar a aguardar autorização para um auto de vistoria, mas que o mesmo estava desvinculado das obras efectuadas e que a degradação se devia a outras razões que não essa. O que achei estranho e tendencioso. Questionei e perguntei se os relatórios da Protecção Civil não eram concludentes? Para meu espanto informaram desconhecer tais intervenções e relatórios. -----

----- As pessoas são as mesmas com que falei em 2006 e 2008, têm toda a papelada desde essa altura e não desconhecem as intervenções da Protecção Civil. Na Acta desta reunião consta que o processo de licenciamento continua em análise, mas na verdade, é que já estava licenciado nesta altura e as pessoas com quem reuni sabiam-no, só que tendenciosamente omitiram. -----

----- De Janeiro para cá deu para tudo. Aqui falta o tempo para mais explicações, mas os documentos que anexo falam por si. No r/c esq^o, onde moro, que é do lado aonde a pedra da entrada rachou e desnivelou. É o que se encontra mais degradado. Fissuras aonde cabem 4 dedos, rodapés separados e muito mais, que ao longo dos dias vou tentando esquecer e com dificuldade ultrapasso. -----

----- Sr. Vereador, lamento que tenha herdado este processo do anterior mandato e que alguns dos actuais departamentos da família camarária também tenham falhado. Saiba que a Câmara também é proprietária do 1º andar direito deste prédio. Não gostaria de ver este Executivo sofrer as mesmas intempéries que o anterior. -----

----- Entretanto a vistoria foi marcada para hoje às 10 horas da manhã. Uma equipa com uma historiadora, a Eng.^a Ana Esteves, Eng.^a Esmeralda Fernandes, a técnica Arqt^a Isabel Silva e ainda outro elemento que desconheço compareceram no local. A técnica Isabel Silva continuou hoje a insistir que dois anos e meio de atraso neste processo, não foram a consequência da degradação do imóvel. Gostaria de saber quem pretende defender. -----

----- E por isto tudo, aqui estou. Com a minha rebeldia em não desistir das dificuldades que se me depararam ao longo destes dois anos e meio. Creio que os mais desfavorecidos, sem o apoio incondicional das Juntas de Freguesia, terão muitas dificuldades em resolver estas situações. -----

----- Pergunto ainda: Quem vai reparar os danos? A Câmara que não agiu ou o proprietário que já não é o mesmo? O andar entretanto já foi vendido.” -----

----- **A Sra. D. Alice Rosa Antunes Almeida**, moradora no Bairro da Ameixoeira. Zona 6, lote 18 – 3º B, 1150 Lisboa, disse que há sete anos que mora no Bairro das

Galinheiras, sendo que num T4 moravam dez pessoas. Já reclamara na GEBALIS há cinco anos mas ainda não lhe deram solução. -----

----- Disse que é muito doente mas tem que dormir no chão porque não tinha mais onde dormir, pelo que pedia que lhe fosse concedido um desdobramento para o seu filho, que entretanto casara e tinha uma filha e a esposa. -----

----- Referiu que na GEBALIS lhe perguntaram se queria um T2 para o seu filho, respondera que sim mas até hoje ainda não lho deram. -----

----- **A Senhora Presidente** disse à munícipe que uma funcionária a acompanharia para tomar nota do processo, para depois se colocar a questão à Câmara Municipal. ---

----- **O Sr. Hélder Manuel Santiago Claro**, morador na Praça Dr. Fernando Amado, lote 567-12º B, 1950 Lisboa, falando em nome da Associação Cívica de Homeopatia e Bioterapias de Solidariedade Social, disse que pretendia expor a seguinte questão. -----

----- Tinham um acordo com o Executivo liderado pelo Prof. Carmona Rodrigues para cedência de um espaço camarário onde pudessem desenvolver as suas actividades, acordo esse que envolvia também a Liga Portuguesa de Deficientes Motores que geria um espaço camarário, mas que em Agosto de 2007, por questões inerentes à própria instituição, deixara esse espaço sito no Bairro do Condado. -----

----- Esse acordo, porém, não foi concluído porque, como todos sabiam, o Executivo desistira de exercer as suas funções, ou foi impedido. -----

----- Disse que, com grande insistência, têm pedido reuniões ao actual Presidente da Câmara, têm enviado vários documentos, mas o certo era que a situação se mantinha com prejuízo para inúmeras famílias porque tinha um jardim-de-infância e ATL, e eram cerca de 50 crianças que estavam na rua. -----

----- Portanto, o que pretendiam com esta intervenção era que a Assembleia, no âmbito das suas competências, solicitasse à Câmara Municipal que despachasse essa situação, porque já foi feito um requerimento em relação ao espaço, já foi feita uma contraproposta, e até ao momento ainda não lhes foi dada qualquer resposta. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou aos serviços que recebessem a documentação que o munícipe tinha para entregar. -----

----- **O Sr. Joaquim António Pinho Augusto**, morador na Rua José Sobral Cid, Casa do Ambiente, 1900-289 Lisboa, falando na qualidade de Vice-Presidente Executivo e Administrativo da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, disse que a associação representava, legalmente, mais de 300 colectividades e tinha como objectivo unir, defender e dignificar o associativismo na Cidade de Lisboa. -----

----- Hoje, perante a Assembleia Municipal, era porta-voz das grandes preocupações e dificuldades que as colectividades viviam actualmente. Estava a falar concretamente de taxas municipais, cujos pagamentos têm sido constantemente cobrados pela Câmara, bem como a falta de normas e a falta de critérios ajustados e transparentes de apoio ao movimento associativo da cidade. -----

----- Disse que com o fim dos Jogos de Lisboa muitas colectividades e associações diminuíram significativamente as suas actividades, e algumas até já encerraram. Não se compreendia que ultimamente a Câmara viesse tendo, como preocupação prioritária, a notificação a muitas colectividades para o pagamento de taxas de ruído,

ocupações de via pública e outras, por actividades desenvolvidas em prol do bem-estar das populações da cidade. -----

----- Isso levava-os a questionar o Sr. Presidente da Câmara se teriam que ser penalizados por prestarem um serviço público e gratuito em prol dos munícipes, bem como de todos aqueles que visitavam a cidade. Com certeza que as colectividades não poderiam ser penalizadas por serviços prestados à comunidade. -----

----- Referiu que representavam um serviço associativo benévolo, voluntário, sem fins lucrativos, e gostariam que a autarquia pensasse conjuntamente com eles qual o melhor caminho para o movimento associativo em Lisboa. Acreditavam que a Câmara Municipal de Lisboa tivesse problemas financeiros, mas não era justo que fosse à custa das colectividades que se procurasse recuperar da crise, quando elas próprias dinamizavam os seus projectos benevolamente e dando grande parte do seu tempo pessoal e essa causa nobre. -----

----- Lembrou que as colectividades sentiam grandes dificuldades vivendo praticamente das suas cotizações, e que há seis anos a esta parte a autarquia vinha ignorando por completo a importância do movimento associativo, não as apoiando. ---

----- Disse que no dia 19 de Abril fizeram uma reunião do movimento associativo de Lisboa com a presença de muitas colectividades, com objectivo de debater e analisar, em conjunto, quais as medidas a tomar em relação à cobrança de taxas. No dia 5 de Maio enviaram um ofício ao Sr. Presidente da Câmara, acompanhado de uma carta aberta das colectividades de Lisboa, dando conta das suas preocupações, mas até hoje não obtiveram qualquer *feed beck*, o que lamentavam. -----

----- Contudo, acreditavam que lhes fosse dada resposta às pretensões apresentadas. As colectividades estavam sempre prontas para participar em iniciativas da Câmara, por exemplo nas Marchas Populares de Lisboa, nos arraiais e outros eventos ao longo do ano, sem contrapartidas e não renegando esforços pois o bem era comum e todos em conjunto engrandeciam e embelezavam a Cidade de Lisboa. -----

----- Por isso, propunham um maior acolhimento e interligação da Câmara com todo o movimento associativo, especialmente com as estruturas que o representavam, de forma a que tivessem uma cidade mais dinâmica e participativa, tendo como objectivo a melhoria da qualidade de vida. -----

----- Prosseguindo, disse que importava reafirmar e reforçar que as colectividades e casas regionais, em Lisboa, assumiam um papel cívico e tinham um valor acrescentado porquanto para além de realizarem actividades culturais, recreativas e desportivas, promoviam acções de cidadania que contribuía para uma maior coesão social e conduziam as pessoas a participarem na vida da sociedade. -----

----- Como todos sabiam, foi criado o Gabinete de Apoio às Colectividades e Casas Regionais, por sugestão da Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, que em 17 de Janeiro de 2006 enviara um ofício ao então Presidente da Câmara dando conta da importância da criação do referido Gabinete, mas isso até hoje nunca tivera efeitos práticos, pelo que a Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa, como representante legal das colectividades e das casas regionais de Lisboa, vinha, mais uma vez, reafirmar a necessidade de ser reactivado o Gabinete e que se

estabelecesse uma relação permanente e transversal com a associação e outras de interesse comum. -----

----- Face ao exposto, desejavam que fossem tidas em conta todas as suas preocupações e fosse decidido, em definitivo, a isenção e perdão de todas as taxas cobradas de anos anteriores a todas as colectividades e associações sem fins lucrativos, e que todas as iniciativas futuras, promovidas pelas mesmas, fossem isentas de quaisquer taxas. Na certeza de que dariam o melhor acolhimento a esta pretensão, ficavam a aguardar as respectivas decisões. -----

----- Terminou solicitando à Sra. Presidente da Assembleia que fizesse chegar o documento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a fim de que fosse dada resposta às pretensões da associação. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que iriam dar de imediato conhecimento, naturalmente ainda durante esta reunião. -----

----- **O Sr. José Manuel Alves de Oliveira**, morador na Praça da Concórdia, n.º 32, r/chão dtº, 2870-471 Afonsoeiro, disse que passados seis meses sobre a tentativa de extinção da Companhia de Dança de Lisboa, era com alguma apreensão que se confrontavam com a indiferença da Câmara Municipal sobre esse assunto, apesar de todas as semanas os contactarem, quase diariamente, perguntando pelos seus serviços e a possibilidade de apresentarem os seus espectáculos. -----

----- Infelizmente, Portugal é o País do futebol e portanto as pessoas não tinham a devida informação, até porque a comunicação social dera a informação, isso era verdade, mas dera-a deturpada de tal forma que ao fim destes seis meses, depois de terem apresentado uma queixa à ERC – Entidade Reguladora da Comunicação, nomeadamente no caso da única estação televisiva que não lhes dera a oportunidade do contraditório, aí, sabiam agora, felizmente, que a deliberação do Conselho Regulador lhes era favorável. E lhes era favorável sobretudo no plano moral. -----

----- Disse que este era um caso político de contornos muito pouco claros infelizmente, porque, na verdade, a Companhia de Dança de Lisboa sempre prestigiara a cidade e honrara-a com a sua actividade. Aliás, no julgamento realizado há quatro anos, o Supremo Tribunal Administrativo condenara o Ministério da Cultura exactamente pela discriminação a que sujeitara a Companhia durante vários anos, com uma sentença que não foi cumprida e teriam que agora a fazer cumprir em tribunal. -----

----- Efectivamente, a Companhia de Dança de Lisboa foi apanhada num momento extremamente delicado porque todas as outras Câmaras, algumas até com interesse na actividade da Companhia, tinham os seus orçamentos aprovados em Novembro e, por outro lado, as empresas que também os poderiam apoiar, tinham igualmente os seus orçamentos aprovados. -----

----- Esperavam que no próximo ano, em que se comemoravam os 25 anos, a Companhia pudesse ainda retomar as suas actividades a tempo, uma vez que uma temporada estava já perdida. -----

----- Portanto, era preciso que houvesse no País a consciência que não poderia ser só o futebol com honras de primeira página. Para a Companhia, nestas circunstâncias, o

importante era dizer que ela iria manter-se viva, iria procurar encontrar condições para trabalhar, e não iria deixar de fazer valer os seus direitos num caso como o presente. --
----- De qualquer forma, queriam acreditar que houvesse uma tomada de consciência perante um caso como este, e que pelo menos houvesse a dignidade de se compreender que não era impunemente que se caluniava e se intentava contra uma tentativa de assassinato de imagem da Companhia de Dança de Lisboa e do seu Director, nomeadamente através da SIC-Notícias que era a estação que foi agora objecto de deliberação da ERC, que no fundo se deixara manipular pelo representante da Câmara Municipal de Lisboa que no local proferira afirmações caluniosas de toda a ordem, que no fundo, pela maneira como eram repetidas, eram apoiadas por pessoas com responsabilidades no Executivo municipal. -----

----- **O Sr. Henrique Jorge Correia Moreira de Menezes Silveiras Mendes**, morador na Rua D. Estefânia, n.º 29-3º esqº, 1150-130 Lisboa, disse que há cerca de 20 dias cerca de 300 pais, encarregados de educação e familiares das crianças que frequentavam a escola do Bairro de São Miguel, endereçaram à Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa um abaixo-assinado, com vista ao reinício das obras de construção do refeitório, várias vezes interrompidas. O refeitório encontrava-se encerrado desde 2003, embora com um prazo inicial para reabertura de seis meses. -----

----- Essas cerca de 300 pessoas consideravam incompreensível e inaceitável a manutenção de uma situação que obrigava mais de 300 crianças a almoçar num ginásio manifestamente exíguo e sem condições. -----

----- Por força dessa situação, as crianças faziam exercício físico num contentor alugado pela Câmara. Na escola não havia papel higiénico para crianças de seis anos, não havia verba para fotocópias, não havia praticamente visitas de estudo por falta de pessoal. Em contrapartida, havia 17 computadores mas apenas uma impressora que não dispunha de tinteiro. Repetiam-se esforços e dispêndios de tempo dos pais e professores na tentativa de minorar carências que não tinham qualquer resposta eficaz por parte das entidades competentes. -----

----- Disse que essa situação era o espelho do estado geral de decadência de uma escola no centro de Lisboa, que não oferecia condições de segurança, conforto e a dignidade que a Sra. Presidente da Assembleia já referira, o que esses pais não se encontravam dispostos a aceitar. Havia escadas partidas que não eram reparadas, desníveis em que a protecção desaparecera e nunca foi repostas, e aparelhos perigosos no recreio que não eram removidos apesar dos pedidos nesse sentido. -----

----- Esses cerca de 300 pais e familiares estavam conscientes de que outras escolas de Lisboa tinham problemas idênticos, mas não estavam dispostos a esperar até 2011, data para a qual lhes disseram que estavam agendadas obras na escola, para que as crianças pudessem usufruir de condições necessárias à sua formação. -----

----- Era certo que mesmo no dia de hoje as obras recomeçaram no refeitório, mas independentemente disso os pais apelavam aos membros da Assembleia para que sensibilizassem a Câmara para a rápida resolução de todos esses problemas. -----

----- **O Sr. António Maria Marques da Silva**, morador na Rua da Liberdade, n.º 12, A-das-Lebres, 2660 Loures, disse que há seis meses comprara um prédio no Largo Rodrigues de Freitas, foi à Câmara pedir uma licença para a sua reconstrução porque o prédio estava em muito mau estado, e pedira também para tirarem os andaimes de um prédio da Câmara que estavam lá já há 20 anos. Depois de três ou quatro meses lá lhe tiraram os andaimes, começou com as obras, mas, para seu espanto, ontem foram lá e embargaram-lhe as obras. -----

----- Concluiu dizendo que esta a sua questão, tinha consigo alguns documentos para entregar a Assembleia. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou então ao munícipe que entregasse os documentos, acrescentando que seria pedida à Câmara Municipal informação sobre a matéria e dar-lhe-iam informação na sequência disso. -----

----- **A Sra. D. Francisca Ana Gomes**, moradora na Rua Frei Manuel do Cenáculo, torre 1, 1ºB, 1170 Lisboa, disse que já no dia 19 de Fevereiro passado estivera na Assembleia Municipal a queixar-se do vizinho de cima, 2º B, que fazia tudo para lhe tirar o sossego, nem de noite nem de dia a deixava descansar já que fazia todo o tipo de barulho que lhe passava pela cabeça, desde arrastar móveis, martelar, atirar tudo para o chão, correr, pular, gritar, etc., para a incomodar. -----

----- Ele já nem sabia com que mais a havia de provocar. Todos os dias lhe dava pontapés na porta, ela pedia socorro mas nenhum vizinho a podia socorrer, chamava a polícia, a polícia ia lá e ele parava, mas mal a polícia virava costas ele voltava a comportar-se na mesma. -----

----- Disse que tem vários problemas de saúde, conforme consta de relatório médico, tem problemas de tensão na ordem dos 20/22, já não sabia mais como aguentar, se não a tirarem dali acabará por morrer. Estava com medo de uma inundação e também com medo do fogo, porque ele era capaz de lho ir lá pôr já que era homem para isso e para mais. Toda a gente dizia que ele era um homem bêbado, durante a noite imitava os cães e os gatos, mandava-lhe as beatas do tabaco para a sua roupa no estendal, tinha provas disso porque a tinha toda queimada. -----

----- Recordou que já há dois anos pedira transferência, já recebera carta a dizer que o seu pedido estava em andamento, mas ainda não foi transferida. Se calhar outras pessoas havia na mesma situação, mas pedia que a retirassem da morte porque o seu vizinho era homem para isso e para mais. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que estava presente uma assessora da Sra. Vereadora Ana Sara Brito que lhe iria dizer o que estava a ser feito, e iria continuar a ser feito na sequência desta intervenção. Portanto, uma das Sras. funcionárias iria conduzi-la à Sra. assessora porque teria já notícias sobre essa matéria. -----

----- Seguidamente, terminado o período de intervenção do público, deu-o por encerrado declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS NÚMEROS 45, 46 e 47.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas e como ninguém pretendia pronunciar-se sobre o conteúdo das mesmas, submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Depois, disse que tinham para votar um Voto de Pesar, apresentado pelo CDS-PP, mas que com certeza era subscrito também por todos os Grupos Municipais, que tinha o seguinte teor: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Faleceu no passado sábado Carlos Loureiro de Sousa. -----

----- Um autarca sempre ligado à cidade de Lisboa e, em particular, às freguesias do Campo Grande e São Francisco de Xavier, nas quais exerceu o cargo de Presidente da Junta, foi também Deputado Municipal, tendo sempre se dedicado à promoção da cidadania e fortalecimento do poder local. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, presta homenagem ao cidadão e autarca, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **A Senhora Presidente**, ao abrir o debate do período de Antes da Ordem do Dia, informou que tinham várias moções e recomendações para discutir e votar, sendo que a Moção n.º 2 e a Recomendação n.º 2 eram retiradas, e a Moção n.º 5 passara a Recomendação n.º 13. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- Orçamento Participativo -----

----- “1. Considerando que esta Assembleia Municipal aprovou há mais de 6 anos uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de ser montado no nosso Município o funcionamento de um Orçamento Participativo, incrementado a participação dos cidadãos na gestão da cidade; -----

----- 2. Considerando que já chegou a esta AML uma proposta do Executivo da CML que levou à criação de uma Comissão Eventual para análise da proposta desse Executivo há mais de 4 anos; -----

----- 3. Considerando que esta Assembleia Municipal através dessa Comissão Eventual elaborou uma nova proposta de Orçamento Participativo que enviou ao executivo de então e que nunca mais obteve resposta desse executivo; -----

----- 4. Considerando que este Executivo da CML está a elaborar finalmente uma proposta de Orçamento Participativo para ser levada a reunião de CML; -----

----- 5. Considerando a necessidade de ser rápido neste caminhar para a deliberação final do Orçamento Participativo com o aproximar do debate do Orçamento para 2009;

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 17 de Junho de 2008, delibere: -----

----- Solicitar à CML que seja informada esta Assembleia do estado e do conteúdo da proposta do Orçamento Participativo, com o objectivo de esta Assembleia Municipal

poder acompanhar desde já todo o processo até à sua votação na reunião da Câmara Municipal.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Lídia Fernandes, do BE)-----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- A Moção n.º 2, conforme referido pela Sra. Presidente, foi retirada. -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- Sobre o Tratado de Lisboa da União Europeia -----

----- “Considerando:-----

----- 1. A vitória do NÃO ao Tratado de Lisboa, no recente referendo popular na Irlanda, expressando a clara recusa do povo irlandês ao actual processo, dito de “construção europeia”, apoiado por todos os dirigentes dos Governos da União Europeia (UE), nomeadamente pelo primeiro-ministro José Sócrates; -----

----- 2. A vitória do NÃO na Irlanda, surge no único processo referendário a que os dirigentes dos governos da EU tiveram que aceder, por imperativo constitucional da Irlanda, tendo-se distinguido, a propósito da questão de se fazer ou não um referendo ao Tratado de Lisboa, as opiniões do actual primeiro-ministro José Sócrates que, antes das últimas eleições legislativas, defendia a ideia do referendo à ratificação do Tratado de Lisboa, mas que depois de assistir a sucessivas vitórias do NÃO em vários países europeus ao projecto de Tratado Constitucional (França, Dinamarca, Holanda, etc.), passou a encarrear nas opções que tentam escamotear o indispensável debate público e aberto sobre o futuro da União Europeia, no respaldo das maiorias, mais ou menos “seguras” ou confortáveis dos respectivos parlamentos; -----

----- 3. A vitória do NÃO na Irlanda, ao contrário do que dizem os actuais governantes e o próprio Presidente da República, deu um sinal de morte e enterro ao chamado Tratado de Lisboa, na medida em que o povo irlandês teve a oportunidade de falar em nome da Europa dos povos e rejeitou este processo, dito de “construção europeia”, que mais não tem sido do que a construção de uma Europa dos negócios e do endeusamento do mercado *ex-machina*, ao mesmo tempo que, em nome da concorrência globalizada, se atentam sistematicamente contra a Europa Social, do Emprego, dos Direitos democráticos, do multiculturalismo e da cidadania, e se assiste ao regresso em força da exclusão social e da pobreza; -----

----- 4. Que foi precisamente essa Europa dos negócios, que foi derrotada na Irlanda, a que o primeiro-ministro José Sócrates se associou voluntariamente, em recente debate parlamentar, ao proclamar que “a sua carreira política” dependia do resultado do referendo na Irlanda, facto que deveria merecer uma atitude consequente por parte do actual primeiro-ministro, mas que, infelizmente, não deverá ocorrer, porque, como se sabe, os portugueses e as portuguesas já estão habituados a ouvir “promessas” e “profecias” da parte de José Sócrates, que, pouco tempo depois, são esquecidas; -----

----- 5. A vitória do NÃO na Irlanda foi também uma vitória por conta da Europa dos povos porque as consultas referendárias, em regra proclamadas como necessárias pela maioria das forças políticas europeias, logo que se começou a “sentir” o efeito “bola de neve” da recusa do novo Tratado Constitucional Europeu nos países da União onde se realizaram referendos (França e Holanda), cedo cederam o passo ao discurso da “real

politik”, que no essencial, consiste em desistir do debate e do confronto político público e transparente sobre uma questão tão importante como um Tratado Constitucional, o qual, precisamente por ser da maior relevância para o futuro da construção europeia, exige que ele seja o mais ampla e especificamente discutido, tal como se supõe deva acontecer numa consulta referendária; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 17 de Junho de 2008, delibere: -----

----- 1º. Congratular-se com a consulta referendária do Tratado de Lisboa, ocorrida na Irlanda, no passado dia 12 de Junho, e com a vitória do NÃO, expressa pelo povo irlandês, assinalando que esse resultado deve fazer com que, a maioria dos governos europeus, incluindo o governo português, deva reconsiderar o actual processo de construção europeia e recuar na ratificação do Tratado de Lisboa, por via exclusivamente parlamentar, afastando a consulta popular directamente do processo de decisão democrático; -----

----- 2º. Rejeitar como potencialmente antidemocráticos, os chamados argumentos contra a “legitimidade” dos resultados do referendo irlandês por, alegadamente, a abstenção ter sido de 46,9%, lembrando que nunca em Portugal, se realizou qualquer referendo com uma taxa de participação sequer semelhante ao referendo na Irlanda (com taxas de abstenção todas superiores a 50%) e nunca esse alegado “argumento” da não-participação foi utilizado para retirar legitimidade política e democrática aos resultados de um referendo, independentemente da taxa de participação; -----

----- 3º. Enviar esta Moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-ministro, ao Governo, à Assembleia da República e aos partidos políticos parlamentares e aos órgãos de comunicação social.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Lídia Fernandes, do BE)-----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- Moção de Censura ao Vereador José Sá Fernandes -----

----- “O Dr. José Sá Fernandes, vereador da Câmara Municipal de Lisboa pelo Bloco de Esquerda, não pára de surpreender Lisboa e os lisboetas pelas piores razões. -----

----- Desde as iniciativas para bloquear obras do Túnel do Marquês, com prejuízos de vários milhões de euros para o erário municipal e incómodos na circulação arrastados por mais um ano, até à permanente posição de bloqueio militante do executivo camarário nos anteriores mandatos, tudo fez para prejudicar o normal funcionamento da Câmara de Lisboa. -----

----- O actual Presidente da Câmara, Dr. António Costa, ao que julgamos numa tentativa de comprar algum sossego, coligou-se com o Bloco de Esquerda ou melhor associou o Partido Socialista ao vereador Sá Fernandes, na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Esta associação tem provocado sérios embaraços ao normal relacionamento do executivo camarário com as juntas de freguesia a quem o vereador Sá Fernandes tentou retirar meios para levarem a cabo os compromissos relativos à conservação dos Espaços Verdes, ultrapassado pela intervenção do Presidente que mandou repor através de outras rubricas do orçamento as verbas antes retiradas. -----

----- Mas não contente com tudo isto, o vereador Sá Fernandes passou a “alugar” os jardins públicos mais emblemáticos da cidade de Lisboa, privando os cidadãos do seu usufruto. -----

----- Começou pela Praça das Flores, que cedeu durante 17 dias guardada com grande aparato policial, a uma marca de automóveis, a Skoda, para esta realizar apresentações do seu novo modelo e várias festas nocturnas, vedando-a a transeuntes, população do bairro, turistas, prejudicando o comércio e incomodando todos os moradores com o barulho das festas, o que provocou um sentimento de revolta pela privatização deste espaço publico. -----

----- Vai agora “privatizar” o Jardim da Estrela entregando-o à conhecida cadeia de hipermercados Continente, mais uma vez prejudicando todos os seus utilizadores em benefício de um poderoso grupo económico. -----

----- Chamado à Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida da Assembleia Municipal de Lisboa foi incapaz de dar cabais explicações não assumindo a responsabilidade sobre uma matéria objectivamente do seu pelouro e competência, atirando-a para o vereador Marcos Perestrello. -----

----- Há um velho ditado popular que de alguma forma poderá ser aplicado à actuação do vereador Sá Fernandes, “...se queres conhecer o vilão põe-lhe a vara na mão”, o aparente defensor das causas populares, revela-se o seu pior inimigo mal lhe entregam algum poder. -----

----- Por tudo isto a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão plenária no dia 17 de Junho de 2008 manifesta a sua veemente censura à actuação do vereador Sá Fernandes enquanto vereador dos Espaços Verdes e exorta o Sr. Presidente da Câmara no uso das suas competências a retirar-lhe este pelouro o mais urgentemente possível.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, do PSD) -----

MOCÃO NÚMERO CINCO

----- Esta Moção passara a Recomendação n.º 13, conforme foi informado pela Sra. Presidente no início dos trabalhos. -----

MOCÃO NÚMERO SEIS

----- Contra o aumento do custo de vida -----

----- “As trabalhadoras e os trabalhadores portugueses bem como aquelas e aqueles que cá vivem e trabalham deparam-se com um contínuo agravamento do custo de vida, das desigualdades e injustiças sociais. -----

----- Nos últimos meses o País e o mundo foram confrontados com uma escalada no aumento dos preços dos bens alimentares que no país tiveram reflexos na subida de 74% no preço do leite, 71% no preço do arroz, 36% nos óleos, 34% nas massas e nas farinhas, 24% nos ovos, entre outros. Acrescentando o agravamento da taxa de juro e do preço dos combustíveis, torna-se evidente a grave situação que daí resulta para as condições de vida da população. -----

----- O desemprego e a precariedade não param de aumentar. Baixam os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas. Diminui a oferta, a qualidade e em muitos casos o acesso aos serviços públicos, na saúde, na justiça, na educação. É extremamente

preocupante o consecutivo aumento de pobreza. O prolongamento dos baixos salários que, conseqüentemente, conduzem à crescente pobreza laboral no País e na Cidade de Lisboa, não poderá continuar. Em contrapartida, os aumentos salariais até agora verificados significam a continuação da perda real do poder de compra e o acentuar da pobreza. -----

---- A Assembleia Municipal de Lisboa não pode ficar indiferente a esta situação, até porque ela tem reflexos também na cidade de Lisboa e nas condições de vida dos seus habitantes, como se sente já generalizadamente na cidade, criando novas necessidades a que urge responder. -----

---- Neste sentido, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, delibere: -----

---- 1) manifestar o seu repúdio por esta política de constante aumento do custo de vida; -----

---- 2) apelar aos lisboetas que defendam os seus interesses participando nas acções de luta contra esta política; -----

---- 3) enviar esta moção para o Senhor Primeiro-Ministro, o Senhor Presidente da República, Assembleia da República e Câmara Municipal de Lisboa.” -----

---- (Subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Hospital Pediátrico de Lisboa -----

---- “O Hospital de Dona Estefânia foi fruto da concretização do sonho da Rainha Dona Estefânia de possibilitar um ambiente apropriado ao acompanhamento clínico de crianças. -----

---- Até 1887, ano em que este Hospital foi fundado, as crianças eram tratadas em espaços comuns, juntamente com adultos, não usufruindo de um ambiente com as especificidades necessárias ao seu tratamento e à sua recuperação. -----

---- Na altura da sua construção foi considerado um dos melhores do mundo, tendo elevado, a nível internacional, o nome de Portugal quanto a cuidados de saúde infantis. Foi o berço da pediatria portuguesa, sendo um espaço privilegiado de actuação de mestres da medicina, alguns de renome mundial. -----

---- Actualmente está em curso o processo de extinção deste hospital, pretendendo-se substituí-lo por um departamento de pediatria encaixado numa das torres do futuro Hospital de Todos os Santos, em Chelas, não garantindo, por isso, um espaço e ambiente pediátrico diferenciado, mas apenas um hospital generalista com uma adaptação pediátrica e com áreas e técnicos partilhados entre crianças e adultos. -----

---- Considerando que esta substituição não garante às crianças um espaço próprio com ambiente hospitalar adequado, acabando por haver uma diluição dos cuidados pediátricos na rede de cuidados de saúde geral. -----

---- Considerando que a saúde, o bem-estar e o interesse das crianças devem ser assegurados num espaço próprio, como é tendência nos mais modernos hospitais pediátricos europeus e da América do Norte. -----

---- Considerando que vários profissionais e cidadãos se encontram preocupados com a extinção do único Hospital Pediátrico do Sul do País. -----

----- Considerando que a extinção do Hospital de Dona Estefânia descaracterizará a cidade de Lisboa e que é de todo o interesse para a capital portuguesa manter um Hospital Pediátrico, passando Lisboa a ser, caso esta extinção venha a suceder, a única capital europeia sem um Hospital Pediátrico. -----

----- Finalmente, considerando que os terrenos do Hospital de D. Estefânia e seu edifício constituem um património histórico cuja finalidade foi destinada ao tratamento da saúde infantil. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Analise a decisão de encerramento do Hospital de Dona Estefânia anunciada pelo Governo, e a sua eventual revisão, fundamentando-se nas preocupações publicamente enunciadas pelo corpo clínico e pela Liga dos Amigos do Hospital, manifestando aos cidadãos de Lisboa e a esta Assembleia, qual o seu posicionamento sobre esta questão; -----

----- 2. Diligencie junto do Governo no sentido de salvaguardar a existência de um ambiente pediátrico hospitalar autónomo nas suas valências clínica e funcional.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais José Luís Ferreira e Sobreda Antunes, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- A Recomendação n.º 2, conforme referido pela Sra. Presidente no início dos trabalhos, foi retirada. -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- No passado dia 4 de Junho ocorreu um lamentável acidente junto à Escola EB 2, 3 D. José, na Musgueira, Freguesia do Lumiar, que provocou a morte a uma criança aluna do referido estabelecimento de ensino. -----

----- Todos nos solidarizamos com a família e amigos da criança falecida, manifestando a nossa profunda tristeza com o facto ocorrido. -----

----- Não existe qualquer passadeira junto à escola em causa, o que terá sido uma primeira causa para o atropelamento verificado. -----

----- Uma das primeiras iniciativas públicas deste executivo camarário foi o anúncio de colocação de passadeiras junto às escolas da cidade. -----

----- O Vereador Marcos Perestrello ordenou a abertura de inquérito com vista ao apuramento de eventuais responsabilidades. -----

----- Recomendando-se à Câmara Municipal que: -----

----- 1. Seja efectuado um levantamento exaustivo sobre a necessidade de colocação de passadeiras e sinalização luminosa junto às escolas da cidade. -----

----- 2. Esse levantamento seja efectuado no prazo de 30 dias e do resultado do mesmo seja dado conhecimento à Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Barroso, do CDS-PP)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - As obras da responsabilidade do Metropolitano de Lisboa que se realizaram na Praça de Alvalade já terminaram há mais de um ano. -----

----- - A situação no espaço público continua caótica com sinalização temporária, tapumes de obras e áreas vedadas. -----

----- - As árvores que foram retiradas não foram novamente colocadas. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Notifique o Metropolitano de Lisboa para a regularização imediata da situação.

----- 2. Adote as medidas necessárias e adequadas com vista à reposição do espaço em causa e a sua devolução aos munícipes.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Barroso, do CDS-PP)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- Por variadas vezes os Deputados Municipais do CDS-PP já recomendaram à CML a colocação de radares para controlo de velocidade no Eixo Norte-Sul. -----

----- A Comissão que está a avaliar o funcionamento dos radares de controlo de velocidade em Lisboa propôs a necessidade de tal medida. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- Proceda em conformidade com esse relatório e com as anteriores deliberações da Assembleia Municipal sobre esta matéria e que interceda, junto das entidades competentes, nomeadamente à EP - Estradas de Portugal, S.A., no sentido de analisar a colocação de meios de controlo de velocidade naquela via da cidade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Barroso, do CDS-PP)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- Voto de Protesto/Recomendação -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- Por decisão do Executivo Municipal, foi vedado o acesso à Praça das Flores, na Freguesia das Mercês, entre os dias 4 e 20 de Junho, para a realização de uma iniciativa comercial relacionada com a apresentação de uma marca automóvel. -----

----- Esse facto surpreendeu todos os moradores e comerciantes da zona, que se mostram frontalmente contra as condições e as razões que levaram a tal medida. -----

----- Os sucessivos eventos realizados nesse espaço incluem a realização de concertos diários com elevado nível de ruído. -----

----- Os equipamentos existentes no espaço foram retirados e os munícipes ficaram sem acesso àquela zona da cidade. -----

----- A entrada de comerciantes e residentes na zona implica o escoltamento por parte da segurança do evento. -----

----- O evento provoca grave perturbação na circulação de pessoas e veículos, bem como dificulta o estacionamento. -----

----- A organização do evento ocupa espaço para além da Praça das Flores, nomeadamente, para a Rua de S. Marçal. -----

----- Até ao momento o executivo nada explicou aos munícipes sobre as razões que determinaram esta decisão. -----

----- Solicita-se à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Informe sobre a origem desta cedência de espaço e das condições pelas quais a mesma foi contratualizada. -----

----- 2. Informe, discriminadamente, quais os montantes pagos a título de taxas por parte do promotor. -----

----- 3. Esclareça quais os fundamentos que levaram a que fosse a Praça das Flores escolhida para a realização do evento em causa. -----

----- 4. Esclareça quem suporta os custos com a presença policial na zona. -----

----- 5. Informe quais as medidas provisórias que foram tomadas para colmatar o problema do estacionamento na zona. -----

----- 6. Apresentando-se um voto de protesto sobre esta medida tomada pela CML, recomenda-se que não sejam autorizadas realizações idênticas sem que a população afectada seja ouvida e informada devidamente e que, neste caso, sejam decididas medidas de indemnização aos comerciantes e um pedido de desculpa formal aos moradores pelos prejuízos causados.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Barroso, do CDS-PP) -----

RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE

----- Conservação de energia e redução da emissão de gases de efeito de estufa em Lisboa -----

----- “1. Considerando que Portugal (tal como a generalidade dos países) se debate actualmente com uma galopante subida do preço do petróleo nos mercados internacionais, o que não pode deixar de ter significativos impactos nos diversos sectores da economia nacional e na vida dos portugueses e exige respostas adequadas e urgentes. -----

----- 2. Considerando, ainda, que Portugal tem compromissos internacionais a honrar no controlo das emissões de gases com efeito de estufa e no combate às alterações climáticas, que decorrem da assinatura do Protocolo de Quioto -----

----- 3. Considerando que a estratégia de conservação de energia, muito em especial no que respeita aos combustíveis fósseis, e de conseqüente redução da emissão de gases com efeito de estufa, que é imperioso que seja prosseguida, terá importantes impactos positivos, para todo o planeta na vertente ambiental, mas também para o nosso País, na

vertente económico-financeira, nomeadamente no que respeita à nossa balança de pagamentos, e na vertente geo-estratégica (diminuição da nossa dependência face aos países e regiões fornecedores de petróleo e gás natural) -----

----- 4. Considerando que o esforço que é exigido ao País na conservação de energia e no controlo das emissões de gases com efeito de estufa deve ser assumido por todos (cidadãos, empresas e outras entidades sejam públicas ou privadas) e, nomeadamente, pela CML. -----

----- 5. Considerando que à Câmara Municipal de Lisboa, como órgão político responsável pelo mais importante município do país, incumbe o desenvolvimento de uma “Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa” (que tenha em conta o trabalho meritório que vem sendo desenvolvido pela “Lisboa E-Nova”) e a preparação dos correspondentes Programas de Conservação de Energia, que seria desejável que possam servir de referência para outros municípios e outras entidades, públicas ou privadas, muito em especial as da cidade de Lisboa. -----

----- 6. Considerando que tais programas deverão compreender uma vertente que vise a conservação energética nos edifícios, frota e instalações camarárias, e uma outra vertente que contemple as competências legais do município, designadamente nos domínios do ordenamento do território e do licenciamento de construções (de forma a priorizar a reabilitação urbana do edificado existente em detrimento da especulação imobiliária) e no domínio da mobilidade (de forma a apoiar o transporte público, muito em especial o ferroviário, e simultaneamente a desincentivar o transporte rodoviário individual). -----

----- 7. Considerando que é imperioso pôr termo a um modelo de ordenamento do território que vem provocando a desertificação progressiva das zonas centrais de Lisboa e a deslocação forçada dos cidadãos para municípios vizinhos, cada vez mais afastados da capital, com as consequentes deslocações pendulares casa-trabalho-casa de muitas dezenas de milhares de pessoas, situação económica, social e ambientalmente insustentável nos dias de hoje. -----

----- 8. Considerando, ainda, que o desenvolvimento e implementação dos atrás referidos Programas de Conservação de Energia, com a consagração de metas e a referência a medidas concretas, poderão ainda conduzir a reduções significativas das facturas energéticas pagas pelo Município. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 17 de Junho de 2008, decida recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. No quadro de uma “Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa” prepare Programas de Conservação de Energia, que contemplem a calendarização plurianual da sua implementação. Tais programas deverão compreender uma vertente que vise a conservação energética nos edifícios, frota e instalações camarárias e a utilização de fontes de energia renováveis, e uma outra vertente que contemple as competências legais do Município, designadamente nos domínios do ordenamento do território, da mobilidade e do licenciamento de novas construções ou de reabilitação de edificado já existente. -----

- 2. Procure promover e negociar uma parceria com o Poder Central (necessária face aos elevados montantes financeiros necessariamente envolvidos e justificada pela importância estratégica que terá para o País) para o que se poderia designar como um “Programa POLIS social e ambiental”, que vise a reabilitação das muitas dezenas milhares de casas devolutas que dela careçam na cidade de Lisboa, para que se possam disponibilizar residências a preços de facto acessíveis aos lisboetas que têm vindo a ser afastados da sua cidade e para que se possa, conseqüentemente, reduzir drasticamente o número de automóveis que entram diariamente em Lisboa e, simultaneamente, o consumo de combustível, que tanto está a pesar nos orçamentos familiares e do País. ----
- 3. Privilegie e apoie políticas de ordenamento do território e modelos de mobilidade que, entre outros aspectos, visem a conservação energética ao nível do sistema de transportes, consolidem o trabalho em curso de construção de uma rede ciclável, facilitem as deslocações a pé, privilegiem o transporte público com a criação de alternativas eficientes ao transporte individual, designadamente pela construção de linhas de eléctricos rápidos, em articulação com outras redes de transportes públicos. ---
- 4. Procure reforçar a indispensável colaboração com os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente no âmbito do ordenamento do território e da mobilidade. -----
- 5. Com base em auditorias energéticas (efectuadas ou a efectuar) a todos os seus edifícios e instalações, elabore e implemente Programas de Conservação de Energia, que nomeadamente e no que respeita ao património edificado municipal, visem a sua requalificação e contribuam para a melhoria da gestão térmica dos edifícios, contribuindo para a redução do desperdício energético em aquecimento, arrefecimento e iluminação, bem como fomentem a instalação de fontes de energia renovável em edifícios, sempre que tecnicamente possível; -----
- 6. Os programas de requalificação dos bairros municipais e de bairros degradados passem a contemplar a temática da conservação de energia bem como analisem a possibilidade de instalação de fontes de energia renovável. -----
- 7. A reconversão dos esquemas de iluminação e semaforização públicas, substituindo as luminárias por elementos de baixa intensidade LED ou outras e procurando adoptar fontes de energia renovável solar tanto para candeeiros na via pública, como semáforos. -----
- 8. Adapte medidas para uma progressiva reconversão da frota automóvel municipal, optando por veículos híbridos, e pelo recurso a outras fontes de energia não poluentes. -----
- 9. Sejam publicitados no sítio do Município, e à medida que forem sendo elaborados, os diversos Programas de Conservação de Energia. E que seja também publicitada, com periodicidade mínima trimestral, informação sobre os resultados obtidos com a sua implementação, nomeadamente no que respeita aos consumos energéticos e às respectivas facturas pagas pelo Município.” -----
- (Subscrita pela Deputada Municipal Lídia Fernandes, do BE)-----
- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO** -----
- Pela celebração de um Acordo de Geminação entre as cidades de Lisboa e Gaza -

----- “1. Atendendo aos princípios universais de paz, solidariedade, democracia, justiça, respeito pelos direitos humanos e cooperação entre os povos; -----
----- 2. Tendo em conta que a Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido diversas iniciativas de solidariedade e cooperação entre as cidades, incluindo a celebração de acordos de geminação e cooperação; -----
----- 3. Entendendo a geminação de cidades como um acto público de solidariedade e da assumpção internacional do desenvolvimento de acções de colaboração diversas, principalmente na prestação de ajuda humanitária e na reconstrução de infra-estruturas; -----
----- 4. Sabendo-se que o município de Cascais celebrou em 2002 um acordo de geminação com a cidade de Gaza; -----
----- 5. Admitindo o acordo de cooperação assinado em 1995 entre as cidades de Lisboa e Belém; -----
----- 6. Considerando a deliberação 2/AM/2002, de 23 de Abril de 2002, em que a Assembleia Municipal de Lisboa recomenda à Câmara Municipal de Lisboa o estabelecimento de um acordo de geminação com a cidade de Ramallah; -----
----- 7. Reconhecendo a invasão e a ocupação do território palestino pelo exército israelita, nomeadamente dos campos de refugiados, e os processos genocidas múltiplos de que a população de Gaza é vítima – desde o assassinio selectivo à privação de água potável, destruição de infra-estruturas essenciais como a rede sanitária, passando pela paralisação de hospitais e escolas por carência de meios – constituem uma afronta ao direito internacional e às diversas resoluções da Organização das Nações Unidas; -----
----- 8. Assumindo a presente geminação como um contributo para o fim da agressão contra o povo da Palestina e um incentivo a uma solução de paz na região de Gaza, através do efectivo reconhecimento do Estado Palestino. -----
----- 9. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 17 de Junho de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a celebração de um acordo de geminação entre as cidades de Lisboa e Gaza.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Lídia Fernandes, do BE)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “1. Considerando que o tiro desportivo, em especial o tiro olímpico, tem sido uma modalidade que tem trazido para Portugal, ao longo dos anos, dos melhores resultados desportivos a nível europeu e mundial, individualmente e por equipas; -----
----- 2. Considerando que o Clube Português de Tiro a Chumbo, adiante designado por Clube, tem sido ao longo dos anos a maior escola e o viveiro dos atletas desta modalidade, garantindo a qualidade das várias representações nacionais; -----
----- 3. Considerando que o Clube foi fundado em 1935 e tem as suas instalações em Monsanto desde 1963, assegurando a Lisboa e ao País uma infra-estrutura desportiva da maior qualidade; -----
----- 4. Considerando que Clube é o único vocacionado para o tiro na cidade de Lisboa, pelo que o seu encerramento significa a extinção definitiva da prática das modalidades

de tiro, com consequências desportivas e sociais irremediáveis para Lisboa e para o País; -----

----- 5. Considerando que as suas instalações, internacionalmente reconhecidas como um dos mais belos campos de tiro do Mundo e uma jóia da arquitectura, da autoria do sócio arquitecto Carlos Ramos, foram construídas, apenas, com o esforço financeiro dos seus sócios; -----

----- 6. Considerando que a limitação da prática do tiro em Monsanto será prejudicial para o treino dos atletas nacionais que irão representar Portugal nos Jogos Olímpicos e noutras competições internacionais; -----

----- 7. Considerando que todas as capitais da Europa dispõem de instalações semelhantes, na sua larga maioria instalados em parques municipais; -----

----- 8. Considerando que as limitações à prática deste desporto em Lisboa, e no caso específico em Monsanto, terão como consequência a deslocação dos atletas para outras instalações situadas a centenas de quilómetros de distância, sendo certo que uma das modalidades olímpicas de tiro só poderá vir a ser praticada na cidade do Porto; -----

----- 9. Considerando que, dessa forma, a cidade de Lisboa poderá perder uma mais-valia importante para os circuitos desportivos nacionais e internacionais; -----

----- 10. Considerando que a manutenção da situação transitória aprovada pela deliberação camarária n.º 379/2007, de 10 de Outubro, acarreta prejuízos para o Município e para o Clube. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, recomenda à Câmara Municipal de Lisboa que, independentemente da manutenção da regular actividade do Clube, nos termos da deliberação camarária n.º 379/2007, de 10 de Outubro, defina, com urgência, uma solução definitiva para o Clube Português de Tiro a Chumbo que permita assegurar, com continuidade, a prática das referidas modalidades desportivas na cidade de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO NOVE - A** -----

----- Campo de Tiro a Chumbo do Monsanto -----

----- “Considerando que: -----

----- - O Parque Florestal do Monsanto, criado em 1934 pelo Decreto-Lei n.º 24625, de 1 de Novembro, constitui uma mata única à escala urbana, ocupando uma área de cerca de 1000 há e sendo os usos admitidos neste Parque, os regulados no PDM e no seu Plano de Ordenamento e Revitalização (PORM); -----

----- - O Parque se reveste de máxima importância para a cidade de Lisboa, quer em termos ambientais, por ser uma mancha verde de grande interesse e variedade vegetal, contendo cerca de 1.000.000 de árvores de 150 espécies diferentes, vulgarmente denominado de “pulmão da cidade”, quer ainda, por ser uma zona de recreio dos lisboetas que buscam os espaços verdes para lazer e prática desportiva; -----

----- - O Parque é uma das áreas que compõem a estrutura ecológica da Área Metropolitana de Lisboa, definida no seu Plano Regional de Ordenamento, PROTAML, juntamente com as Serras de Sintra, da Carregueira, Arrábida e ainda a Tapada de

Mafra, desempenhando um papel essencial para refúgio e apoio a espécies sensíveis ao contacto com o homem ou a espécies migratórias ao longo do seu trajecto; -----

----- - Por escritura de 14/02/1962 a CML deu de concessão ao “Clube Português de Tiro a Chumbo” a ocupação a título precário de 60.000m2 de terrenos no coração do Parque do Monsanto. Posteriormente, pela escritura de 18/11/1969, cedeu 78.000 m2, e pela escritura de 16/03/1972, cedeu 134.300 m2 a este Clube; -----

----- - A concessão foi dada pelo prazo de 15 anos, sucessivamente renovável por períodos de 10 anos; -----

----- - Após a última renovação, o término deste prazo de 10 anos ocorreu em 13/02/2007, tendo o Município de Lisboa, determinado a suspensão da actividade. -----

----- - O Presidente da Câmara e o Vereador dos Espaços Verdes, concederam, em Setembro de 2007, um mês ao clube para apresentar um projecto que garanta a descontaminação dos solos, a ausência de ruído e a preservação da natureza, de modo a avaliarem a hipótese de lhes ser atribuída uma nova concessão; -----

----- - Em deliberação n.º 379/CM/2007, a Câmara aprovou: “Até que possa ser decidida a continuidade do Clube nestas ou noutras instalações, se permita retomar a actividade de tiro naquele local, de modo a permitir pagar os salários dos trabalhadores e realizar o treino dos atiradores nacionais bem como os exames a levar a cabo pela PSP no âmbito da nova legislação das armas.” -----

----- - Não obstante a legitimidade da existência desta actividade desportiva, é inadequada a presença do campo de tiro com chumbo no interior do Parque Florestal, reforçada pela contiguidade de um Parque Ecológico e Recreativo e pelos riscos decorrentes para os seus utentes, eventualmente até a sua integridade física; -----

----- - O ruído produzido por este equipamento e pela acumulação, ao longo de 40 anos, de resíduos de chumbo, quer nos solos, quer pela sua mobilização até aos níveis freáticos, constituem impactes ambientais muito negativos a que importa pôr cobro; -----

----- - Em declarações públicas o Vereador do Pelouro dos Espaços Verdes afirmou que, no caso de estiverem garantidas medidas para a minimização do ruído e a não contaminação do solo pelo chumbo, irá ponderar continuação do campo de tiro em Monsanto. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: --

----- 1. A cessação imediata, após concluída a preparação dos atletas olímpicos, de todas as actividades de tiro no Clube de Tiro de Monsanto. -----

----- 2. A execução dos trabalhos necessários à descontaminação dos solos presentemente ocupados por este Campo de Tiro; -----

----- 3. Que seja apresentada a eventual localização alternativa para o equipamento em causa, que tem estado em discussão entre o Clube de Tiro do Monsanto, no âmbito do processo de revisão do PDM actualmente em curso, que salvguarde os impactes ambientais. -----

----- 4. Que no referido plano sejam tidas em conta a situação laboral do trabalhadores do Clube de Tiro de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal João Saraiva, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DEZ** -----

----- Escola EB1 Bairro de S. Miguel -----

----- “Considerando: -----
----- Que o atraso na conclusão da obra (Junho 2008) da cozinha/refeitório tem prejudicado a qualidade do serviço de refeições, bem como o normal funcionamento das actividades escolares, uma vez que o ginásio está transformado em refeitório – espaço exíguo onde tomam as suas refeições cerca de 170 crianças por turno, num ambiente de grande confusão – existindo um contentor instalado para a prática de educação física; -----
----- Que o mobiliário (cadeiras, secretárias) existente é muito velho e está naturalmente degradado; -----
----- O envelhecimento e a degradação do edifício, e a falta de manutenção, põem em risco a segurança das crianças e trabalhadores; -----
----- A ausência de qualquer protecção num desnível de cerca de um metro, no caminho do Bloco 2 (Sul) para o recreio/campo de futebol, bem como a degradação da escada onde termina; -----
----- Que a falta de iluminação, em particular, no acesso à entrada da escola é de cerca de 70%, embora a sua reparação/substituição tenha sido solicitada dezenas de vezes; --
----- Que os bancos de jardim, colocados nesse mesmo acesso, estão num perigoso estado de degradação, tendo alguns apenas a estrutura metálica, partida e enferrujada;
----- Que, os pais e encarregados de educação estão naturalmente preocupados com a situação, tendo já contactado por diversos meios a Câmara Municipal; -----
----- Que no programa de Expansão e modernização 2008/2011, os arranjos exteriores estão previstos para 2008/2009 e as obras de beneficiação geral apenas para 2011. -----
----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:
----- 1. Que tome as medidas necessárias para a conclusão urgente das obras do refeitório, permitindo, desta forma, a utilização plena do ginásio, bem como a normalização do fornecimento de refeições em condições dignas; -----
----- 2. Que proceda à urgente beneficiação dos espaços interiores e exteriores da escola, para permitir o início do próximo ano lectivo em condições apropriadas e com segurança para as crianças e trabalhadores.” -----
----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO ONZE** -----

----- Bairro Horizonte – Freguesia de São João -----

----- “Considerando que: -----
----- A degradação progressiva do Bairro Horizonte situado na Freguesia de S. João, tem vindo a agravar a qualidade de vida dos seus moradores; -----
----- O seu futuro depende da concretização do Plano de Urbanização do Vale de Chelas, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 25 de Setembro de 1997 e em vigor desde a sua publicação em Diário da República – Declaração 348/98, em 19/11/1998. -----

----- O Plano de Urbanização do Vale de Chelas foi interrompido em 2001, gorando as expectativas dos moradores e criando incerteza quanto ao seu futuro. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

----- 1. que desenvolva os esforços necessários para o reinício e concretização do Plano do Vale de Chelas, interrompido desde 2001; -----

----- 2. que informe a população sobre as perspectivas do município quanto ao realojamento há tanto esperado pelos moradores do Bairro.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO ONZE - A** -----

----- Bairro Horizonte – Freguesia de São João – U. P. Chelas -----

----- “Considerando: -----

----- - A estagnação da 1ª fase da obra na Unidade de Projecto de Chelas, cuja conclusão estava agendada para 2001; -----

----- - As promessas de realojamento e/ou de permuta de habitação, efectivadas pelos vários Executivos Camarários aos moradores do Bairro Horizonte; -----

----- - A progressiva degradação do parque habitacional e das zonas circundantes, que provoca o constante aparecimento de pragas (ratos, baratas, pulgas, etc.), colocando em perigo a saúde de todos os moradores e aumentando a sua precariedade habitacional do Bairro Horizonte; -----

----- - A insatisfação manifestada quer pelos moradores do Bairro Horizonte, quer pela Junta de Freguesia de São João, devido à inactividade da Câmara Municipal de Lisboa perante toda a situação existente nesta zona. -----

----- O Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1 - A conclusão da 1ª fase da obra da U.P.C. (Unidade de Projecto de Chelas); -----

----- 2 - O início da 2ª fase da obra da U.P.C.; -----

----- 3 - A permuta de casas entre a C.M.L. e os moradores do Bairro Horizonte; -----

----- 4 - Que esta recomendação seja enviada para à Assembleia de Freguesia de São João e para a Comissão de Moradores do Bairro Horizonte.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Afonso Costa, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOZE** -----

----- Bairro da Quinta do Lavrado – Freguesia de São João -----

----- “Considerando: -----

----- A situação de isolamento e degradação do Bairro da Quinta do Lavrado, na Freguesia de S. João, configurado: -----

----- - Na existência de uma única Carreira de autocarros, com um intervalo horário incompatível com as necessidades de deslocação dos habitantes, cujo limite são as 21.00; -----

----- - Na inexistência de um serviço de Farmácia que apoie esta população; -----

----- - Na inexistência de um policiamento de proximidade, que servisse para contrariar os fenómenos de marginalidade e vandalismo no bairro; -----

----- - Na inexistência de passadeiras que permitam o atravessamento em segurança da Av. Marechal Francisco da Costa Gomes, único acesso à localização da Creche que serve este bairro, no lado oposto da supracitada Avenida; -----

----- - Nas barreiras existentes à visibilidade, quer dos sinais de trânsito, quer de peões em atravessamento, na Avenida, nomeadamente decorrentes da existência prolongada de um estaleiro do Metropolitano de Lisboa; -----

----- - No prolongado período de intervalo entre as sucessivas lavagens das ruas, estimadas numa média de 4 meses, que se teme poderem piorar com a eventual saída dos Serviços de Higiene e Segurança da Câmara Municipal de Lisboa, para outras instalações; -----

----- - No estado de degradação dos contentores de resíduos sólidos urbanos, que criam condições para o aparecimento de ratas e outras pragas, pondo em causa a saúde pública; -----

----- - Nas regas, que se prolongam por períodos absolutamente desnecessários, das floreiras (sem flores) causando desperdícios de água, acumulação de água estagnada e diminuindo a aderência e segurança dos pisos; -----

----- - E, finalmente, no estado de degradação do edificado, quer exteriormente, quer interiormente, tendo-se verificado furto de portas de edifícios, vandalização geral de partes comuns, sistemas de abertura de portas, caixas de correios, contadores de água, etc., bem como situações de escorrências de águas no interior de pelo menos uma habitação, situação que se mantém há anos a esta parte. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

----- 1 - Sejam envidados todos os esforços para a resolução dos problemas de isolamento, através dos necessários contactos com a Empresa dos Carris de Ferro de Lisboa, do Metropolitano de Lisboa, e da imediata acção dos Serviços no sentido da colocação da necessária sinalização horizontal e vertical em falta. -----

----- 2 - Diligencie quanto à possibilidade do Departamento Higiene Urbana e Resíduos Sólidos (DHURS), promova a diminuição do intervalo das necessárias lavagens do espaço público, e reposição do material de deposição de resíduos que se encontre degradado. -----

----- 3 - Sejam iniciadas as necessárias conversações com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, no sentido do reforço do policiamento na área. -----

----- 4 - Seja pedido à GEBALIS, através do Pelouro da Habitação Social, um relatório detalhado dos principais problemas detectados a nível da degradação exterior e interior do edificado, a fim de ser concretizado, com urgência, um plano de intervenção no Bairro.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Modesto Navarro, do PCP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOZE - A** -----

----- Quinta do Lavrado – Freguesia de São João – U. P. Chelas -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. O complexo habitacional do Bairro da Quinta do Lavrado mandado edificar pelo Executivo Camarário de esquerda, presidido pelo então Presidente de Câmara, João

Soares, não correspondeu às exigências mínimas de um bom desenvolvimento social de um Bairro com estas características. -----

----- 2. A zona frontal do Bairro da Quinta do Lavrado encontra-se voltada para as traseiras da Av. Marechal Francisco da Costa Gomes (cuja rua não tem saída), ou seja, mais propriamente para o cemitério do Alto de S. João e paredes meias com uma ETAR, e na restante envolvência terrenos descampados sem qualquer tipo de consolidação urbanística, e estaleiros para obras da Cidade. -----

----- 3. A inexistência de qualquer equipamento social ou comunitário com excepção do Espaço Intergerecional, a cargo da Junta de Freguesia, que irá abrir brevemente, o encerramento da única mercearia da zona, a não continuidade da obra onde está projectada a consolidação urbanística, a escola n.º 189 e um parque desportivo. -----

----- 4. Devido á caducidade do prazo de garantia da empreitada n.º 01/COPRAD/98, muitas das obras necessárias à manutenção e melhoramento da zona não podem ser executadas. É o caso dos seguintes pedidos por parte da Junta de Freguesia: -----

----- - A retirada das chapas que se encontram junto à ETAR, uma vez que já foi colocada a rede; -----

----- - A reposição das chapas protectoras das calhas de água; -----

----- - O arranjo das escadas junto à creche Missão Nossa Senhora e a colocação de um corrimão, pois a zona é frequentemente utilizada por pessoas deficientes e/ou idosas que têm muita dificuldade em subir ou descer estas escadas; -----

----- - A colocação de umas chapas protectoras no morro do cemitério do Alto de São João, na zona junto à ETAR; -----

----- 5. A existência de uma única carreira de autocarros, com um intervalo horário incompatível com as necessidades de deslocação dos habitantes, cujo limite são as 21.00 horas; -----

----- 6. A inexistência de um forte policiamento na zona, que servisse para contrariar os fenómenos de marginalidade e vandalismo no bairro; -----

----- 7. No prolongado período de intervalo entre as sucessivas lavagens das ruas, estimadas numa média de 2 meses, que se teme poderem piorar com a eventual saída dos Serviços de Higiene e Segurança da Câmara Municipal de Lisboa, para outras instalações; -----

----- 8. Nas regas, que se prolongam por períodos absolutamente desnecessários e na ausência de flores, causando desperdícios de água, acumulação de água estagnada e diminuindo a aderência e segurança dos pisos. -----

----- O Grupo Municipal do PSD, propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1. A conclusão da obra da U.P.C. (Unidade de Projecto de Chelas) para um desenvolvimento consolidado e urbanístico e a construção de equipamentos sociais e desportivos. -----

----- 2. Que a C.M.L. atenda aos pedidos efectuados pela Junta de Freguesia, tais como:

----- - A retirada das chapas que se encontram junto à ETAR, uma vez que já foi colocada a rede; -----

----- - A reposição das chapas protectoras das calhas de água; -----

----- - O arranjo das escadas junto à creche Missão Nossa Senhora e a colocação de um corrimão, pois a zona é frequentemente utilizada por pessoas deficientes e/ou idosas que têm muita dificuldade em subir ou descer estas escadas; -----

----- - A colocação de umas chapas protectoras no morro do cemitério do Alto de São João, na zona junto à ETAR; -----

----- 3. Sejam feitos todos os esforços para a resolução de todos os problemas de isolamento através dos necessários contactos com a empresa Carris de Ferro de Lisboa.

----- 4. Que se inicie as conversações com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, no sentido do reforço de policiamento da área. -----

----- 5. Que sejam dadas instruções à DHURS, no sentido de melhorar as limpezas do espaço pública e a reposição do material de deposição de resíduos que se encontra degradado. -----

----- 6. Que haja um tratamento efectivo dos Espaços Verdes. -----

----- 7. Que seja pedido à GEBALIS, através do Pelouro da Habitação Social, um relatório detalhado dos principais problemas detectados a nível da degradação exterior e interior do edificado, a fim de ser concretizado, com urgência, um plano de intervenção no Bairro.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Afonso Costa, do PSD)-----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TREZE** -----

----- “Assinala-se, este ano, o centenário do nascimento de Maria Helena Vieira da Silva, cujo relevo, densidade e dimensão artística são por demais conhecidos, nacional e internacionalmente. -----

----- Este ano o País quase se esqueceu de comemorar esta data, o que não se compreende perante a importância de Vieira da Silva no panorama cultural e artístico nacional. -----

----- Conforme se pode ler na crónica de José Manuel dos Santos, num semanário de 13 de Junho passado, ‘Maria Helena Vieira da Silva é infinitamente maior do que o quase esquecimento com que a querem festejar. E a sua obra não está à espera de ninguém para existir! Existirá ainda quando já não houver ninguém para a esquecer, mas apenas alguém para a lembrar’. -----

----- Porque queremos lembrar e festejar Vieira da Silva e a sua obra. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Junho de 2008, delibera assinalar o centenário do nascimento de Maria Helena Vieira da Silva e recomenda uma iniciativa pública que assinale condignamente o centenário a promover pela Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que perante a Assembleia e perante o CDS-PP, em nome do PSD e também, porque não dizê-lo, em nome pessoal face ao trabalho próximo que tivera com o Dr. Loureiro de Sousa, de maneira formal desejava manifestar ali a solidariedade do PSD para com o CDS-PP, para com a família do amigo Loureiro de Sousa e para com as populações que ele, à sua maneira, tão bem servira no Campo Grande e em São Francisco Xavier. -----

----- Depois, disse que gostaria de se referir a um tema, que não sendo um tema puramente municipal tivera grande impacto na Cidade de Lisboa e no País, que tinha a ver com a situação vivida na última semana. Falava dos sucessivos bloqueios à liberdade de circulação de pessoas e bens no País, motivados por um conjunto de iniciativas de empresas de transportes que contestavam determinados aspectos ligados à sua sobrevivência e às necessidades do seu negócio, mas falava, sobretudo, daquilo que em nenhuma circunstância poderia suceder que foi a falta de autoridade do Estado que ficara patente nesse período. -----

----- De facto, assistiram a atitudes de quem queria manifestar uma posição, mas extravasando para o impedimento da liberdade de circulação dos outros, da liberdade dos outros se determinarem por princípios, por ideias, por conceitos, por atitudes diferentes. -----

----- Assistiram a apedrejamentos de camiões, a esvaziamento de pneus, ao furar de depósitos de combustível, e até, infelizmente, a uma morte provocada por toda essa situação, sem que assistissem ao exercício, por parte dos meios que o Estado tinha ao seu dispor, com proporcionalidade e dentro da legalidade, para garantir que aqueles portugueses que queriam circular o pudessem fazer, aqueles que queriam trabalhar o pudessem fazer, evitando a situação que se generalizara em cima do feriado de Santo António, com a irracionalidade das massas e com o esgotamento do combustível em Lisboa, por força do facto de todos terem medo de ficar, durante um período de tempo, privados desse recurso que hoje em dia, bem ou mal, era realmente uma necessidade para todos. -----

----- E assistiram a tudo isso, como já referira, com a total ausência do Estado, que de facto estivera escondido nessa crise, e o Estado não se podia esconder numa crise quando estava em causa o direito à liberdade das pessoas e bens no País. Mas sobretudo o que ficara foi uma forma de estar, e essa forma de estar que ficara ia agravar uma forma de estar que já vinha do passado e que era característica do PS, que era, de facto, o não ser capaz de, com proporcionalidade e dentro da legalidade, exercer a autoridade. -----

----- O PS ia ainda a reboque do facto de ter estado nas barricadas da Ponte 25 de Abril, ia ainda a reboque do diálogo do Eng.º Guterres, e continuava neste momento ausente de exercer a autoridade do Estado. -----

----- Quando, infelizmente, aquilo que assistiram era a tendência para se agravarem certas situações, para continuar a haver dificuldades num conjunto de actividades e sectores do País em que o potencial de protestos – e viram hoje na zona de Setúbal – continuava patente e latente, ficara um sinal, o sinal de que, pelo menos e para já, até àquele nível o Estado não exercia a sua autoridade. Isso era extremamente grave em tempos de crise, portanto ficava ali o alerta e o receio do PSD de que tivessem aberto uma porta para que o Estado fosse incapaz de, com proporcionalidade e dentro da legalidade, garantir a liberdade em Portugal, neste caso a liberdade da livre circulação e da segurança de pessoas e bens. -----

----- Em relação às moções apresentadas, disse que o PSD não podia ficar insensível à celebração do aniversário de Vieira da Silva, e não podiam, sobretudo, deixar de ser

sensíveis ao facto de, aparentemente, nada estar previsto do ponto de vista nacional, e mesmo do ponto de vista municipal, para assinalar condigna e devidamente, como essa pintora merecia, a passagem dos cem anos do seu nascimento. -----

----- Por isso, apresentaram uma Moção que depois foi transformada em Recomendação. -----

----- Mas poderiam dizer o mesmo relativamente a Fernando Pessoa. Fernando Pessoa também parecia que era um desconhecido para o País. Passados 120 anos, poucas atitudes, poucas actividades, poucas iniciativas, poucas celebrações estavam feitas, e foi preciso, conforme se lera nos jornais, a própria Directora da Casa Fernando Pessoa vir publicamente condenar o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação pelo facto de nada fazerem para celebrarem esses 120 anos. Era por isso que, com essa tristeza, assinalavam a necessidade de se celebrar esse centenário. -----

----- Em relação à Recomendação n.º 5, do CDS-PP, sobre os radares no Eixo Norte/Sul, disse que o PSD não iria votar a favor porque a Recomendação se direccionava para uma questão casuística pontual. -----

----- Quando – e estava a passar quase um ano – a Câmara, com pompa e circunstância, dera nota da sua completa discordância em relação ao dispositivo de controlo de velocidade que estava estabelecido na cidade e nomeara um grupo de trabalho para, com urgência considerando a relevância da matéria, estabelecer um novo dispositivo, até hoje esse grupo de trabalho ainda não fora capaz de apresentar a sua proposta de colocação de radares de controlo de velocidade em Lisboa. Era caso para dizer que o controlo de velocidade foi aplicado ao próprio grupo de trabalho, que andava numa velocidade muito baixa para aquilo que Lisboa necessitava e reclamava. -----

----- Mas talvez não fosse inocente o facto de o fazer a baixa velocidade! Talvez porque o dispositivo que havia sido implantado permitira, como era reconhecido, reduzir substancialmente a sinistralidade em Lisboa. Portanto, não queriam uma intervenção casuística, queriam sim observar, analisar e opinar quando uma proposta definitiva, articulada para toda a cidade, fosse apresentada pela Câmara. -----

----- Sobre a Moção n.º 1 e a Recomendação n.º 8, apresentadas pelo BE, disse que o PSD votaria contra porque, em política externa, o BE e o PSD dificilmente alguma vez se encontrariam. -----

----- Quanto à Recomendação n.º 4, do CDS-PP, sobre a Praça de Alvalade, disse que o PSD iria votar a favor, porque de facto era fundamental que fosse possível, de uma vez por todas, que mais uma entidade/empresa com vida em Lisboa, como era o Metropolitano, deixasse a sua postura arrogante e acima da cidade e dos lisboetas, e descesse à Terra, neste caso descesse à Praça de Alvalade e resolvesse aquilo que estava há cerca de sete/oito anos em obra para alargar aquela estação. Era inaceitável, era inqualificável não só o tempo como a ausência de respostas às autarquias locais, neste caso às Juntas de Freguesia do Campo Grande e São João de Brito, que tinham jurisdição naquela área e que eram tidas por inexistentes por parte do Metropolitano de Lisboa. -----

----- Acerca da Recomendação n.º 9, do PSD, relativa ao Clube de Tiro de Monsanto, disse que a Câmara tinha que ser uma pessoa de bem, e neste caso não o estava a ser.

Na Vereação anterior, foi definido em que condições o clube podia manter a sua actividade, depois de ter deixado de vigorar a figura que permitia a utilização daquele espaço, e foi dito ao clube que deveria apresentar soluções ao nível ambiental e ao nível do ruído, para serem apreciadas e se fossem conformes aos requisitos o clube manter a sua actividade. E o clube fizera esses estudos. -----

----- Simplesmente a Câmara mudara, e ao mudar viera determinar o fecho do clube sem mais, porque havia alguém, neste caso a Câmara PS/BE, que entendia que não devia haver um clube de tiro em Lisboa. A Câmara tomara essa determinação de fecho da actividade do clube, mas, ainda assim, pusera ao clube a hipótese de encontrar uma alternativa de localização, e o clube encontrara essa alternativa. Mas como encontrara uma alternativa de localização que a Câmara julgava que não iria encontrar, veio a Câmara encontrar um novo subterfúgio refugiando-se numa pretensa impossibilidade de construção numa zona *non edificandi* de espaço de recolha do chumbo depois de ser atirado. -----

----- Mas mais uma vez o clube, depois de reunir as condições que a Câmara acordara, era posto perante a situação de que, afinal, essas condições não valiam e, assim, o clube voltava a ter que deixar de ter actividade. Entretanto, por iniciativa do PSD, foi apresentada uma proposta que obtivera vencimento na Câmara para efeitos de uma situação transitória, permitindo que o clube, enquanto não se resolvesse definitivamente essa questão, pudesse continuar a sua actividade. Simplesmente, na prática, sem saber qual era o futuro o clube não conseguia ter sócios e estava a estiar por estrangulamento claro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Portanto, se a Câmara era pessoa de bem, teria que, quanto antes, encontrar uma solução definitiva que permitisse ao Clube de Tiro de Monsanto, que já dera medalhas olímpicas a Portugal, que dava atletas olímpicos com expressão nacional e internacional ao País, que permitia que Lisboa tivesse uma infra-estrutura dessas, definitivamente encontrar uma solução para que, se não fosse em Monsanto, continuasse a existir em Lisboa porque se considerava que do ponto de vista da prática desportiva essa era uma valência importante. Não podiam ser duas ou três pessoas a decidir sobre uma matéria dessas, só porque entendiam que não deveria haver um clube de tiro em Lisboa onde fosse possível praticar um conjunto de modalidades olímpicas. -----

----- Disse, ainda, que o PCP apresentara uma Recomendação concorrente com a do PSD, que naturalmente não poderiam acompanhar porque aparecia completamente à revelia daquilo que era a posição do PSD sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que, pelos vistos, o PSD decidira, hoje, transformar a Assembleia Municipal de Lisboa em Assembleia da República; pelos vistos, o PSD decidira também, hoje, entrar em oposição pura e dura em relação ao PS; pelos vistos o PSD na Assembleia Municipal não estaria em sintonia com o PSD na Assembleia da República. Mas compreendia isso, porque eram tantos os congressos, tantas as eleições para líderes do partido, tantas as demissões, que o PSD ali já não sabia a quantas andava e depois não tinha o discurso em dia, não tinham o discurso *adjornato* como se costumava dizer. -----

----- É que o Deputado Municipal Saldanha Serra veio-lhes ali dizer, em relação a um assunto sensível, um assunto complicado que de facto criara problemas ao País, que o Governo deveria ter feito sangue, deveria ter feito brutalidades, deveria ter imposto a lei pública. Mas, curiosamente, o PSD, 15 dias atrás, veio dizer que o Governo não tinha diálogo, que estavam em perigo as liberdades democráticas, aliás curiosamente aliados a outras forças, e que já estavam quase perto do fascismo. Portanto, não se percebia onde era que o PSD estava nem o que queria. O que o PSD queria era dizer o mal pelo mal, e, no fundo, o que lamentavam era que o Governo tivesse conseguido encontrar solução para um problema que se chegara quase ao limite, mas era um facto que encontrara uma solução sem derramamento de sangue, e naturalmente que iria fazer cumprir a lei se assim fosse necessário. -----

----- A vários apartes respondeu que todos lamentavam que tivesse ocorrido uma morte. Ela não ocorrera por intervenção da polícia ou por qualquer exercício excessivo, mas porque a situação de facto estivera quente no terreno e houve problemas aos quais o Governo ia reagir, e bem, com a requisição civil, se porventura os camionistas não tivessem cedido. E os camionistas ainda bem que cederam, sem o Governo mexer no essencial, porque não poderia mexer no essencial. -----

----- E já que ali foi feito um exercício de memória, todos se recordavam das cobras e lagartos que o PSD disse, incluindo muitos dos seus membros que estavam na Assembleia Municipal, quando o Eng.º Guterres decidira congelar o aumento dos preços dos combustíveis: “que se estava a lesar a economia nacional, que era um crime público que não podia ser feito, que o mercado deveria funcionar”, e agora, curiosamente, vinham todos exigir praticamente uma intervenção do Estado para controlar e estabelecer um tecto em relação à política de preços dos combustíveis. -----

----- Portanto, foi hoje curiosíssima a intervenção do PSD sobre essa matéria, o que só lhes permitia tirar uma conclusão: é que o PSD tivera pena que tivesse sido encontrada uma solução para aquele problema concreto, e que teria desejado que se tivesse entrado num clima de grande conflitualidade e de grande confronto físico. Mas felizmente para o País que assim não acontecera, felizmente para o País que tinham um Governo que sabia agir e que agia quando era necessário. E havia uma coisa que era importante que percebessem: a autoridade do Estado era para ser exercida, que tinha que ser exercer e as pessoas tinham que perceber que quando o Estado a aplicava era porque tinha razão. -----

----- E todos se recordavam, até começando por muitas intervenções de responsáveis do PSD, que quando começara esse bloqueio dos camionistas não tiveram pudor em mostrar simpatia por essa manifestação. Curiosamente, porta-vozes responsáveis pela imagem de um dos candidatos ao PSD nas últimas eleições directas, pelos vistos transferiram-se imediatamente de uma candidatura do PSD para assessorar os piquetes de greve dos respectivos camionistas. Ou seja, o PSD estivera com um pé lá e outro cá, mas como as coisas correram bem, como o Governo resolvera uma grave crise e um grave problema, diziam agora que o Governo devia ter reagido antes, devia ter esfolado, devia ter feito e acontecido. -----

----- Seguidamente, disse que tinham para apreciação muitas moções, naturalmente que se iriam pronunciando sobre aquelas que entendiam que se deveriam pronunciar na medida em que o debate ocorresse, mas desejava referir que o PS estava habituado ao confronto que ali se estabelecia. Naturalmente que se aproveitava a Assembleia Municipal para tentar fazer política nacional, quiçá convencidos que através disso se ganhavam votos, compreendia esse papel, cada um teria que desempenhar o seu, naturalmente não teriam a concordância do PS, mas o PSD estava nessa onda e com certeza sairiam dali grandes votações, contra o Governo do PS marchar, marchar, marchar, mas o PS ali estaria para assumir a sua posição. -----

----- Depois de saudar as intervenções ali feitas pelo público, disse que queria recordar uma coisa que seria bom que ficasse bem patente para todos. Naturalmente que havia dificuldades na Cidade de Lisboa, naturalmente que havia problemas que era preciso resolver e que a Câmara e o Sr. Presidente estavam a trabalhar para isso. Mas era importante que se tivesse em conta que não foi o PS que deixara jardins e escolas por recuperar por falta de pagamento aos empreiteiros. Estavam sim a trabalhar para que se pudesse repor a situação e essas obras pudessem ter continuidade. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que apenas queria referir umas breves notas para reforçar o conteúdo da Recomendação que apresentaram sobre a escola de ensino básico do Bairro de São Miguel, que vivia uma situação deveras preocupante, como já hoje ali ouviram e era do conhecimento da generalidade dos presentes, no que dizia respeito às condições materiais. -----

----- Referindo algumas das carências mais graves começou por dizer que o refeitório foi encerrado pela Câmara em 2003, iniciara obras em 2007 que depois foram interrompidas, parecendo-lhe ter sido referido por um encarregado de educação no período de intervenção do público que teriam recomeçado hoje, mas mesmo assim fazendo temer que a situação não estivesse resolvida no início do próximo ano lectivo. -----

----- Continuando a referir carências, disse que as crianças almoçavam num espaço exíguo e sem condições, e existia um desnível de cerca de um metro sem qualquer protecção pondo em causa a segurança das crianças nas suas deslocações entre o recreio e as salas de aula. Mas particularmente grave, e de fácil resolução segundo supunha, era a falta de iluminação, cerca de 70% das lâmpadas, problema sobretudo sentido nos meses de Inverno com o anoitecer cerca das 17 horas, e a actividade física era praticada num contentor pelo qual se pagava aluguer, o que também não lhe parecia ser o ideal para essa prática, e o pessoal auxiliar era insuficiente para garantir a segurança das crianças no recinto e para o necessário controlo das entradas. -----

----- Estas eram algumas das situações que lhes foram comunicadas e de que tiveram conhecimento também através de visitas efectuadas, que justificavam o teor da recomendação à Câmara para a resolução o mais urgente possível dessa situação, levando à conclusão urgente das obras. -----

----- Disse que tinha em seu poder a Carta Educativa, que lhes foi fornecida pela Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro da Educação, onde realmente aparecia uma indicação que as obras de beneficiação geral e arranjos exteriores estavam calendarizadas para 2008/2009, portanto estava correcto e saudavam esse aspecto. No

entanto, tinha uma dúvida porque no programa de expansão e de modernização, embora aparecesse realmente o arranjo dos exteriores para 2009, a beneficiação estava apenas prevista para 2011. -----

----- Por fim, disse que investir na educação era investir no progresso e no desenvolvimento de um povo, e era o que de melhor se podia fazer pelo futuro. A escola pública de qualidade e de sucesso não podia ser entendida como um espaço de guarda de crianças, nem um espaço em que as crianças e os profissionais de educação que nela trabalhavam não se sentissem bem, não sentissem a escola como seu nicho. Que se assumissem as responsabilidades nesse domínio, o PCP assumia as suas, para que as crianças de Lisboa sentissem a escola como a sua casa. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que ia fazer uma breve referência a quatro documentos que apresentaram à consideração da Assembleia. -----

----- Assim, começando pela Moção n.º 1, relativa ao orçamento participativo, disse que nela propunham que a Assembleia solicitasse à Câmara informação sobre o estado e conteúdo da proposta de orçamento participativo, que sabiam estar a ser elaborado, e o objectivo do BE era muito simples e claro. É que para um orçamento participativo realmente funcionar, precisavam de uma estrutura que o suportasse e de tempo para permitir a dinamização desse processo no seio da população. Por isso, entendiam que atempadamente deveriam ter a informação que solicitavam na Moção, e deviam poder acompanhar o processo. -----

----- Relativamente à Moção n.º 3, disse que o objectivo do BE era propor à Assembleia que se congratulasse com o resultado do referendo realizado na Irlanda, relativo ao Tratado de Lisboa. Os irlandeses foram os únicos dos povos da União Europeia que puderam votar sobre essa importante matéria, e votaram por todos os europeus que se viram privados, pelos seus governos, de se pronunciarem sobre esse Tratado. -----

----- Sobre a Recomendação em que propunham a gemação de Lisboa com a cidade de Gaza, disse que a cidade de Gaza e a Faixa de Gaza neste momento estavam numa situação muito particular. Independentemente da opinião que cada um tivesse sobre o Hamas, sobre as autoridades que neste momento assumiam o governo do território, o facto era que as populações locais estavam a sofrer uma acção de genocídio com assassinatos selectivos, com o corte do fornecimento de energia, com o corte do fornecimento de água potável e com a destruição de infra-estruturas. -----

----- Portanto, entendiam que era necessário manifestar solidariedade e exigir respeito pelos direitos humanos. -----

----- Esta proposta, segundo disse, vinha na sequência de um acordo de cooperação assinado em 1995 entre as cidades de Lisboa e de Belém, que foi outra forma de manifestarem acordo com a Palestina, e também de uma deliberação da Assembleia Municipal, de Abril de 2002, em que se recomendava à Câmara o estabelecimento de um acordo de gemação com a cidade de Ramallah. -----

----- Quanto à Recomendação n.º 7, sobre a questão energética e dos combustíveis, disse que neste momento se assistia em Portugal, na Europa e no Mundo, a um

aumento muito acelerado do preço dos combustíveis. Um aspecto que evidentemente estava relacionado com esse era o da especulação que as gasolinhas estavam a fazer sobre a eventual cartelização que neste momento existia e que exigia uma acção por parte do Governo. O Grupo Parlamentar do BE tinha neste momento, na Assembleia da República, uma proposta sobre esse tema, propondo a fixação de preços máximos na venda de combustíveis, proposta essa que bebia inspiração no modelo que funcionava na Bélgica. -----

----- Mas independentemente desse aspecto, que era da competência do Governo, a situação existente exigia esforço e trabalho de todos. Exigia esforço dos cidadãos no sentido de diminuírem os seus consumos energéticos, esforços das empresas e esforço das entidades públicas, nomeadamente dos Municípios. -----

----- Disse que a Recomendação contemplava algumas vertentes que não estavam no debate político, que neste momento se centrava, no essencial, no valor do ISP e no problema da cartelização, problemas importantes mas que não eram as questões centrais. -----

----- Portanto, no entender do BE era necessário recorrer a energias alternativas. O País estava a caminhar bem nesse domínio, mas era necessário que igualmente no Município de Lisboa as autoridades municipais trabalhassem nesse caminho também. Era indispensável um esforço para a utilização eficiente da energia, portanto para a conservação de energia, e apresentavam propostas nesse sentido. Portugal é o País da União Europeia com maior intensidade energética do PIB, e, apesar disso, ela continuava a subir, era uma situação insustentável. -----

----- Era necessário incentivar o transporte ferroviário público, em detrimento do transporte rodoviário e do transporte rodoviário individual, e a Câmara tinha uma importante função a desempenhar nesse aspecto. Mas também era indispensável que se alterassem os actuais modelos de ordenamento do território e de mobilidade, porque não era possível continuar com o modelo que existia presentemente, em que as populações dos núcleos centrais das grandes cidades eram afastados para as periferias e para concelhos cada vez mais afastados, e depois eram obrigadas a deslocações pendulares entre a casa e o trabalho. -----

----- Em Lisboa tinham mais de cem mil casas vagas e tinham 450.000 veículos que entravam diariamente na cidade. Por isso, lançavam a ideia de um POLIS social e ambiental que, através de uma parceria Câmara – Governo, pudesse contribuir para a reabilitação das casas que estavam desabitadas no centro da cidade, para trazer pessoas para aí e assim se diminuir as deslocações casa-trabalho-casa e diminuir também os consumos de combustíveis e consumos energéticos. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que era para não intervir sobre a matéria que ia referir, mas perante as afirmações do Deputado Municipal Miguel Coelho não podia deixar de tecer duas ou três considerações. -----

----- Em primeiro lugar, depois daquilo que o País passara, depois dos sacrifícios que a cidade vivera, directa ou indirectamente, com a paralisação dos transportadores, vir-se ali afirmar que viveram uma situação quase limite, cabia então perguntar o que era

para o PS uma situação limite! O País estivera parado, morreram pessoas, pessoas foram quartejadas na sua liberdade de circulação, na sua liberdade de trabalho, e o PS vinha dizer que houve uma situação quase limite! Então para o PS qual era a ordem do Estado, qual era a situação limite para se poder intervir? Seria curioso que o PS pudesse esclarecer qual era o seu entendimento de situação limite. -----

----- Mas depois da crise que o sector estava a viver, o PS vinha ali dizer que os camionistas cederam! Foram os camionistas que cederam? O Governo é que tivera que fazer cedências, e cedência que, ainda por cima, acabavam por não resolver definitivamente o problema mas sim arrastavam a situação ao longo do tempo. -----

----- Disse que não era para intervir sobre esta matéria porque tinha relação directa com a actividade transportadora, por isso conhecia bem aquilo de que estava a falar, e sabia bem as reivindicações que ao longo de anos as transportadores vinham fazendo ao Governo, mas o Governo nunca lhes dera ouvidos e foi preciso ir para a rua para o Governo vir dar uma mão cheia de nada e, ainda por cima, vir dizer que foram os camionistas que cederam. Seria bom que o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho fosse dizer isso aos camionistas, fosse dizer isso à ANTRAN, para ver a resposta que então teria deles. -----

----- Por outro lado, o PS vivia em pesadelo com o passado. O PS, como não tinha obra no presente e tinha medo, pelo caminho que a cidade estava a levar, de não ter obra para apresentar em 2009, vivia com a desculpa do passado, e tudo o que se passava na Assembleia era culpa do passado. -----

----- Por exemplo, o Deputado Municipal Miguel Coelho dissera ali que tinha pena que a anterior Câmara tivesse deixado os espaços verdes como deixara, tivesse deixado de pagar aos empreiteiros como deixara, mas esquecia-se dos dez anos da governação PS/PCP que deixara como deixara os espaços verdes na Cidade de Lisboa. Isso é que devia lembrar e comparar como estavam quando o PS os deixou e como estavam quando a coligação PSD/CDS-PP deixara a Câmara. Essa é que era uma comparação que o Deputado Municipal Miguel Coelho deveria fazer, mas compreendia que não a fizesse porque lhe custava e sair-lhe-ia muito caro fazê-la. -----

----- Quanto às moções e recomendações que foram apresentadas, disse que a primeira questão que o CDS-PP queria levantar tinha a ver com o evento da Praça das Flores, porque era efectivamente importante trazer ao órgão de fiscalização e fórum de discussão da cidade, essa matéria. Para o CDS-PP era indiferente que a questão tivesse sido com o Sr. Vereador Sá Fernandes ou que tivesse sido com o Sr. Vereador Marcos Perestrello, porque era uma decisão e Câmara e teria que ser o Sr. Presidente a assumir ali hoje, ou não, a responsabilidade política dessa decisão. -----

----- O Sr. Presidente e o Executivo camarário PS/BE consideravam que aquilo que ocorrera na Praça das Flores era política para a cidade e devia ser a política a seguir para os espaços verdes de Lisboa? E por que razão é que foi tomada a decisão que foi, relativamente à Praça das Flores? Era essencial que, politicamente, o Presidente da Câmara, enquanto responsável máximo pela autarquia, esclarecesse os cidadãos e esclarecesse a Assembleia Municipal. -----

----- E existiam vários graus para análise dessa questão. Desde logo o grau material, o grau de fundo que deveria ser explicado pela Câmara e que estava consubstanciado nos cinco pontos que integravam a Recomendação. -----

----- Uma questão formal que o espantava porque quem aparecera sempre, publicamente, a defender esse evento e a pronunciar-se sobre ele foi o Sr. Vereador Sá Fernandes, que, aparentemente, segundo explicações que ontem dera à Comissão Permanente de Ambiente, não teria muito a ver com o próprio evento. E também deveria ser explicado à Assembleia quem teve ou não teve a origem do evento. -----

----- Mas uma coisa era certa, o Sr. Vereador Sá Fernandes estava ligado àquele evento. E como provedor do cidadão, era assim que o Sr. Vereador Sá Fernandes se gostava de intitular, se não estivesse do lado da maioria mas na oposição, a primeira coisa que diria era que a maioria de direita tinha vendido o espaço aos privados, tinha vendido a cidade aos interesses privados. Hoje, porém, o Sr. Vereador Sá Fernandes pensava certamente o contrário, e era isso que fazia com que, cada vez mais, deixasse de ser aquilo que se autodenominava, provedor do cidadão. -----

----- E porquê aquele espaço em concreto? Porquê prejudicar várias dezenas de moradores num espaço exíguo como aquele? Isso era algo que tinha que ser explicado aos lisboetas! Por que era que se retirava o parque infantil que estava lá instalado para se fazer um evento como aquele? O que era que iria ser feito a seguir? Quanto foi que a Câmara embolsara ou não de taxas? -----

----- E depois havia outro aspecto que teria que ser clarificado. É que o evento era para a Praça das Flores, mas quem tivera a possibilidade de lá ir, três vezes como ele foi, viu pelas três vezes que os organizadores do evento não se restringiram à Praça das Flores. Inclusivamente, na Rua de São Marçal, onde existe um supermercado de esquina, a polícia proibia o estacionamento de quem ia ao comércio local para a seguir autorizar o estacionamento de quem ia para o evento. Era assim que se defendia o interesse e o comércio local? Era essa a resposta que a Câmara teria que dar aos moradores. -----

----- Mas, acima de tudo, chocava-o que fosse uma empresa privada, não pelo facto de ser privada mas sim por não ser a Câmara que era quem tinha a responsabilidade do interesse público, a dirigir uma carta aos moradores a anunciar o evento e a pedir desculpas pelo incómodo. Onde estava a Câmara Municipal de Lisboa? Porquê ser uma empresa privada a fazê-lo? Estas eram questões que, obviamente, teriam que ser respondidas pela Câmara. -----

----- E se olhassem para os jornais viam afirmações como “este é um sistema de financiamento que tem que ser revisto, é inaceitável limitar aos moradores uma praça durante quase um mês, das quatro horas da tarde até de madrugada”. Sabiam quem disse isso? Pedro Soares, coordenador autárquico do BE e membro do Gabinete do Vereador Sá Fernandes. Mais: “Sá Fernandes não tem vergonha”. Sabiam quem disse isso? O ex-Presidente da Câmara, Dr. João Soares! E perguntava ao PS se se revia, ou não, nessas afirmações do Dr. João Soares. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal de “Os Verdes” apresentara hoje à Assembleia uma

Recomendação que se referia ao Hospital de Dona Estefânia, por considerarem importante uma análise da decisão prevista para esse hospital, uma vez que foi anunciado que ele iria ser extinto e substituído por uma ala de pediatria integrada num futuro hospital. -----

----- Não era novidade dizer-se que o Hospital Dona Estefânia constituía um património e uma mais-valia para toda a Área Metropolitana de Lisboa e para o País, visto ser uma unidade hospitalar de renome, que foi o berço da pediatria portuguesa. Até 1887, ano em que foi fundado, as crianças eram tratadas em espaços comuns a adultos, não havendo um ambiente autónomo, apropriado às suas especificidades e necessidades. -----

----- Era esse reconhecimento pelo corpo médico, de que as crianças deviam ter um espaço próprio e adequado à sua condição, construído e organizado de modo a proporcionar-lhes o respeito e o bem-estar que lhes eram devidos, que devia ser salvaguardado. -----

----- Se a integração, como mero departamento, num hospital generalista se viesse a concretizar, estariam a dar um gigantesco passo atrás até ao século XIX, a nível do bem-estar e da saúde infantil, passando Lisboa a ser a única capital europeia sem um hospital pediátrico autónomo. -----

----- A opinião manifestada por vários profissionais do Hospital de Dona Estefânia, com quem reuniram, era a de que a assistência especializada à criança, no ambiente pediátrico que lhe era próprio, poderia deixar de ser garantida com essa eventual integração. E pior: o desmembramento desse hospital poderia representar o desaparecimento do único hospital pediátrico especializado de Lisboa e sul do País, deixando as crianças e as suas famílias de ter um espaço único dedicado ao serviço da pediatria e da saúde pública infantil. -----

----- Esta preocupação era bem evidente na petição que vinha circulando na Internet e que contava, até ao momento, com mais de 76.000 assinaturas. -----

----- Por tudo isso, “Os Verdes” consideravam que, no interesse das crianças, da cidade e do País, e na salvaguarda da própria história da pediatria, esta decisão tinha de ser muito bem estudada e ponderada, pelo que a Câmara deveria dialogar e bem se informar com os especialistas implicados nesta área da gestão hospitalar. -----

----- Disse que com esta Recomendação, “Os Verdes” pretendiam que a Câmara reanalisasse a decisão do encerramento do Hospital de Dona Estefânia e actuasse no sentido de salvaguardar a existência de um hospital pediátrico autónomo em Lisboa, nas suas valências clínica e funcional, sob pena de se pôr em risco os legítimos interesses das crianças. -----

----- Quanto às restantes moções, disse que relativamente à n.º 4, ainda ontem receberam em audição o Sr. Vereador na Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, e pensavam que a avaliação do desempenho da cada Pelouro devia ser feita com base nos relatórios apresentados e no cumprimento dos planos de actividade, no caso presente, dos Espaços Verdes. -----

----- Sobre a Recomendação n.º 4, disse que gostariam de alertar os proponentes e a Assembleia Municipal – aliás, já o disseram pessoalmente ao Sr. Presidente – sobre a

situação dos estaleiros do Metro, não apenas em Alvalade, como no Terreiro do Paço, junto ao torreão sul do Ministério das Finanças, sendo incompreensível que seis meses após a inauguração dessa estação, os tapumes do estaleiro por lá se mantivessem, cortando literalmente o passeio de circulação entre a Praça do Comércio e a Av. Infante D. Henrique, tendo servido, aliás, de oportuna habitação para os sem-abrigo.---

----- Sobre a Recomendação n.º 5, recordavam apenas que já existia controlo de velocidade no Eixo Norte-Sul. Porém, o texto da Recomendação esquecera-se de indicar qual o troço onde pretendiam ver implementados os radares. Ficavam, por isso, à espera dessa especificação antes das votações. -----

----- Quanto à Moção n.º 6, disse que pensavam que existia um considerando final, exactamente no último parágrafo, que requeria ser deliberado, pelo que desde já sugeriam aos proponentes que fosse numerado como ponto n.º 6, para poder também ser votado. -----

----- Relativamente à Recomendação n.º 7, disse que reconheciam que os autores tiveram um aturado trabalho de colação, mas gostariam de fazer notar que, no meio dos nove pontos, acabara-se por, repetidamente, duplicar e triplicar as ideias a deliberar, o que confundia a votação. Por exemplo, nas alíneas deliberativas n.ºs 1, 5 e 6, pedia-se que se preparasse, se elaborasse e instalasse um Programa de Conservação de Energia e a instalação de fontes de energia renovável. Nos n.ºs 1 e 2 repetiam-se medidas para a reabilitação dos edifícios, e também nos n.ºs 1, 3 e 4 se insistia no ordenamento do território e na mobilidade. Nos n.ºs 5 e 6 duplicava-se o pedido da instalação de fontes de energia renovável; e por aí fora, até à exaustão. -----

----- Seria que não era possível unificar esses parágrafos com tantas ideias duplicadas?

----- **A Senhora Presidente** informou que, relativamente à Recomendação n.º 6, no âmbito da Conferência de Representantes, o último parágrafo foi transformado em n.º 6, pelo que a sugestão estava desde já acolhida. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer que, em primeiro lugar, desejava saudar o reaparecimento do Deputado Municipal Miguel Coelho, que esteve afastado das lides da Assembleia, muito calado durante vários meses. De tal maneira que ele próprio se chegara a preocupar de tão habituado que estava a ver a sua agressividade em relação às intervenções do PSD, em relação aos problemas internos do PSD e em relação a tudo aquilo que o PSD dizia. Mas, felizmente para ele e para o brilho da Assembleia, regressara e continuava com o mesmo teor de intervenções que tinha no passado. -----

----- Outro aspecto que também desejava salientar, não sabia se era estratégia ou não das várias bancadas que intervieram, é que era interessante verificar que perante uma censura, transformada em Moção, que ali foi apresentada, não houvesse referências à mesma, nomeadamente da parte do BE e do PS. Esperava, contudo, que a viessem a seguir à sua intervenção. -----

----- Disse, depois, que aquilo que levava o PSD a apresentar essa Moção, por seu intermédio, que era uma censura ao Sr. Vereador Sá Fernandes, tinha a ver com todo o historial que ele, quer antes de ser Vereador, quer já como Vereador, tinha vindo a desempenhar ao longo dos anos. Era um historial que vinha do tempo em que ele era o

provedor do cidadão, um defensor das causas populares, onde tudo lhe servia para apresentar acções populares com vista a embargar esta e aquela iniciativa. -----

----- Era curioso que em relação à Praça das Flores ele não apresentara nenhuma acção popular, tanto mais que, segundo disse na Comissão, a responsabilidade não era sua. Se calhar era influência também do Sr. Presidente da Câmara, que era o verdadeiro e principal responsável pelo marasmo que a cidade estava a ter, que nunca estivera tão parada quanto hoje. -----

----- Que se lembrassem os Deputados Municipais do PS daquilo que ali era dito ao fim de um ano de governação do Presidente Santana Lopes, nomeadamente pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e outros, e que se imaginasse agora o que diriam, se a situação fosse ao contrário, perante o marasmo e a total incapacidade manifestada pela Câmara em todas as situações, até mesmo a incapacidade de resolver as situações relativas aos empréstimos e à regularização das dívidas da Câmara, onde aquilo que foi apresentado pelo Executivo foi considerado de fraca qualidade pelo próprio Tribunal de Contas. Isso era uma vergonha. -----

----- Mas também o marasmo em que se encontravam outras áreas: a área social, a área da educação, etc. Ainda há pouco ali ouviram um munícipe referir a situação degradada em que uma escola estava, e os jardins estavam totalmente abandonados, os únicos que ainda iam tendo alguma qualificação eram aqueles pelos quais as Juntas de Freguesia eram responsáveis. Ainda ontem lhe foi dito que a diferença entre os espaços verdes tratados pela Câmara e aqueles que eram tratados pelas Juntas de Freguesia era abissal, que era manifesta a diferença de tratamento. -----

----- Portanto, as causas que levaram o PSD, por seu intermédio, a fazer essa censura transformada em Moção, foi devido ao comportamento anterior do Sr. Vereador Sá Fernandes. Mas foi também devido ao presente por intervenções que não tinham nada a ver com aquilo que era o seu historial. Ele causara prejuízos enormíssimos à Câmara e ao erário municipal com a situação do Túnel do Marquês, uma obra emblemática para a cidade. Aliás, ainda não ouvira ali o Deputado Municipal Miguel Coelho reconhecer – ele dizia que teria que se deixar passar um ano – a qualidade daquela obra, o benefício que ela trouxe à circulação na cidade, nomeadamente a quem morava na zona ocidental da cidade. -----

----- Disse que na inauguração dessa obra o Sr. Vereador Sá Fernandes quase que augurara que ia morrer imensa gente, mas a verdade era que até agora ainda não houvera no Túnel do Marquês qualquer tipo de acidente, ao contrário dos outros túneis que foram construídos no tempo do Dr. Jorge Sampaio e no tempo do Dr. João Soares. -----

----- Por isso, era o passado mas também o presente pelo abandono completo relativamente àquilo que era o tratamento do espaços verdes, pela agressividade e prepotência manifestadas em relação às Juntas de Freguesia, em relação aos trabalhos que desenvolviam dia-a-dia em prol das suas populações, em relação aos protocolos e aos compromissos assumidos pelo Dr. António Costa, e que ele naturalmente rasgara porque considerara que não era daquela forma. E depois tratar pior os espaços verdes,

muito pior que aquilo que era feito pelas Juntas de Freguesia. Isso merecia ou não merecia censura? -----

----- Referiu que até admitia que numa praça se pudesse desenvolver uma qualquer actividade de animação. Agora, fechar a praça para uso privado como se fosse um centro de convenções, como se fosse um espaço teatral e só aquelas pessoas é que poderiam lá ir, com um aparato policial enorme durante o dia todo à volta da praça! Foi a Skoda, segundo julgava saber, a quem foi atribuída esta cedência, uma empresa que era pequena relativamente a outras, e por isso perguntava o que seria cedido à Mercedes ou a BMW se elas eventualmente pedissem uma cedência de espaço. Se calhar o Terreiro do Paço ou talvez o Rossio. É que se a Skoda teve esta oportunidade as outras marcas também teriam que a ter, e também outras entidades que amanhã quisessem alugar um espaço público qualquer. -----

----- Portanto, este era um precedente que deveria ser sancionado negativamente por todos, porque não havia dinheiro que justificasse isso, não havia obra de melhoramento que viesse *a posteriori* que justificasse essa situação. A cidade é dos lisboetas, a cidade era para usufruto pela população que vivia nessas zonas, mas elas viram-se privadas desse usufruto, viram-se amachucadas e enxovalhadas pela polícia, protestaram imenso, era ver a quantidade de *blogs* onde se falava nessa situação. O Dr. João Soares foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, era uma pessoa responsável, e chamara irresponsável ao Sr. Vereador Sá Fernandes. Ele foi Presidente da Câmara durante seis anos, todos os Deputados Municipais do PS o aplaudiam e aprovavam as suas actividades. Mas não foi só ele, não era só o PSD, qualquer pessoa com princípios e com um mínimo de testa pensava e dizia que aquilo era uma asneira que não tinha limites. -----

----- Mas essa Moção não tinha só a ver com o passado e com o presente, tinha também a ver com o futuro. Que futuro iria ter a cidade com um responsável pelos espaços verdes a tomar atitudes dessas? O que era que iria acontecer daqui para diante? Quais eram os desmandos que ainda estariam para vir? Quais eram as agressividades e as situações de rotura com as Juntas de Freguesia que ainda estariam para vir durante os próximos tempos. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara era naturalmente o mais responsável por toda esta situação, e ou tomava uma atitude esclarecedora, denunciadora também, dessa situação, ou seria o primeiro e principal responsável por ela, porque essa Moção que era para o Sr. Vereador Sá Fernandes era também para o Sr. Presidente da Câmara, porque ele não poderia esconder-se atrás dos fios da chuva, tentando dar a entender que não existia. O Sr. Presidente da Câmara tinha que existir, tinha que fazer, tinha que sair cá para fora, tinha que dizer coisas, tinha que demonstrar que trabalhava, não podia dizer apenas que era tempo de cultura, que era tempo de homenagem. Era tempo de não fazer nada, era o que tinha acontecido em relação ao Executivo. -----

----- Por fim, disse que esperava que a Moção fosse aprovada, naturalmente o PSD, em uníssono, iria subscrevê-la. Mas era também lamentável que perante a uma acusação relativamente a uma péssima utilização de um espaço público, aquele que

era o primeiro e principal responsável na medida em que tinha o Pelouro e a competência sobre os espaços verdes, viesse dizer que afinal não foi ele, que o Sr. Vereador Marcos Perestrello é que foi o responsável. Então qual era o papel do Sr. Vereador Sá Fernandes? Mais uma razão para lhe tirar o Pelouro do Espaços Verdes e talvez entrega-lo ao Sr. Vereador Marcos Perestrello. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Belém Roseira (PS)**, no uso da palavra, disse que, em primeiro lugar, em nome do Grupo Municipal do PS, desejava apresentar ao CDS-PP votos de pesar pelo falecimento do Dr. Loureiro de Sousa. Eram sinceros esses votos de pesar e esta ocasião era propícia para recordar todos aqueles que serviam, com autonomia e a personalidade das suas opiniões, aquilo que consideravam ser a sua interpretação dos interesses da cidade. -----

----- Referindo-se à Moção de censura ao Sr. Vereador Sá Fernandes, subscrita pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que lhe incumbia a si a responsabilidade de descrever os factos, tendo em conta que os considerandos dessa Moção e algumas das suas conclusões não respeitavam a objectividade dos factos. Tendo sido agente na ocorrência que dera origem a esse escrito, incumbia-lhe a si dar o seu testemunho sobre o ocorrido. -----

----- Disse, então, que suscitada a eventual justificação de uma reunião com o Sr. Vereador Sá Fernandes para explicação à Comissão de Permanente de Ambiente sobre a cedência de um espaço, que era um espaço verde, um jardim da cidade, para a promoção de uma actividade, convidara o Sr. Vereador para se reunir com a Comissão de Ambiente, ao que o Sr. Vereador acedera de imediato, chamando-lhe no entanto à atenção para que não tinha ele a competência visto não ser esse o seu Pelouro. -----

----- Para os juristas ser competente ou incompetente, em termos de âmbito de funções, não significava ser incapaz, mas sim que não podiam ir para além daquilo que era justificado que assumissem, na medida em que se assumissem o que era dos outros estavam a violar a sua própria competência ao serem incompetentes pelo que a decisão tomada nesse âmbito estava ferida de nulidade. -----

----- Mas, como vinha dizendo, o Sr. Vereador Sá Fernandes comunicara-lhe que não sendo dele a responsabilidade da cedência do espaço, mas tão só a questão da reabilitação do jardim e a definição dos níveis de ruído, teria todo o gosto em articular com a Comissão uma vez que também era timbre da Comissão receber bem e proceder à análise dos problemas, as pessoas que na Câmara ou fora dela tivessem que ver com a análise desses mesmos problemas. -----

----- O Sr. Vereador Sá Fernandes estivera presente na reunião, prestara todas as explicações relativamente aos factos e às questões que foram colocadas, manifestara sempre que embora não tivesse sido da sua responsabilidade a cedência do espaço mas sim do Sr. Vereador Marcos Perestrello, Vice-Presidente da Câmara, que ele concordava com ela e que a reabilitação do jardim seria feita de acordo com aquilo que tecnicamente os serviços competentes da Câmara consideravam adequado. -----

----- Não tinha tempo para explicar o que isso queria dizer, mas qualquer pessoa entendia que era naturalmente o tipo de plantas, o tipo de assistência e de alimento do solo, etc., enfim, tudo aquilo que deveria ser feito pois isso hoje em dia obedecia a

características técnicas que quem sabia deveria obviamente propor, e depois da proposta aceite a responsabilidade política era de quem tomava a decisão, e nunca isso poderia estar em causa porque nunca poderia estar causa pela natureza das coisas. -----

----- Ora, não só na Moção se referia que o Sr. Vereador foi incapaz de dar cabais explicações, como se dizia também que rejeitara a responsabilidade relativamente à matéria atirando-a para o Sr. Vereador Marcos Perestrello. Mas aquilo a que assistira durante todo o tempo em que pudera estar na reunião, foi precisamente o contrário, foi que o Sr. Vereador Sá Fernandes dera cabais explicações, assumira a responsabilidade das decisões que tomara e acompanhara a responsabilidade das decisões tomadas pelo seu colega de equipa. -----

----- Portanto, achava que a discordância política era legítima, a discordância política já expressa hoje na Assembleia, que não era uma discordância relativa ao Vereador Sá Fernandes mas sim uma discordância relativa a quem o elegera, mas isso, obviamente, era a decorrência normal dos processos democráticos. Seria porventura adequado que os Deputados Municipais censurassem quem votara no Sr. Vereador Sá Fernandes mas não a ele que estava no exercício legítimo das suas competências tão legitimamente como cada um dos presentes estava. Ele foi eleito para exercer umas determinadas competências, estava a fazê-lo, podiam discordar das decisões, agora era um facto que ele estava no legítimo exercício de competências. -----

----- Por outro lado, também desejava transmitir uma vez que tinha a ver com este assunto, que na próxima segunda-feira a Comissão Permanente de Ambiente faria uma visita à Praça das Flores com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Vereador Marcos Perestrello, para se inteirarem no local das consequências, do trabalho e daquilo que poderia ter decorrido dessa cedência de espaço, não deixando de dizer, contudo, que sendo legítimas todas as discordâncias relativas às cedências de espaços, não podia deixar de chamar a atenção para uma coisa com a qual se confrontavam todos os dias que era que qualquer anúncio numa casa comercial que ocupasse espaço público pagava taxas à Câmara como devia pagar. -----

----- Portanto, a questão não era a cedência, mas sim a cedência com que fins e que retorno havia dessa cedência, se ele era legítimo ou não. Mas, como referira, na próxima segunda-feira iriam ver as consequências e pensava que seria mais adequada qualquer Moção de censura viesse na decorrência dessa visita ao local, para quem, eventualmente discordando dela, pudesse ali manifestar a sua discordância, mas não através de uma previsão de algo que porventura poderia ter sido, e acreditava que poderia ter sido um grande ganho para a cidade. -----

----- Relativamente à Recomendação para a existência de um hospital pediátrico, apresentada pelo PEV, disse que ninguém mais do que ela defendia a importância de um Serviço Nacional de Saúde, não podia ali ocupar mais tempo que aquele que lhe estava atribuído e, portanto, não era este o momento nem o local para dizer o que isso significava, mas aquilo que era indispensável afirmar sobre essa Recomendação era que havia uma grande controvérsia, mesmo entre os técnicos, sobre a oportunidade da existência de hospitais pediátricos separados dos hospitais gerais. Não era uma opinião pacífica. -----

----- Em segundo lugar, a existência ou não de hospitais pediátricos decorria muitas vezes de circunstâncias jurídicas do processo iniciático da existência desses hospitais, designadamente ónus delegados, etc. -----

----- Em terceiro lugar, aquilo que era absolutamente essencial que se recomendasse, e mais do que se recomendasse se exigisse do Governo, era que a assistência fosse da melhor qualidade possível do ponto de vista técnico e científico, e para que, para além disso, ela fosse ajustada do ponto de vista do atendimento humano ao grupo etário que visava servir. -----

----- Portanto, se a Recomendação fosse ajustada a algo que não tivesse que ver com a existência de uma estrutura autónoma mas que na estrutura que viesse a ser construída, que não sabiam sequer se era em torre ou não, houvesse um espaço dedicado, ajustado técnica e cientificamente ao serviço específico das crianças, com todas as características do atendimento que em saúde se exigia enquanto sentido de humanidade específica dirigida não só à criança que sofria mas aos pais ansiosos com o sofrimento dos seus filhos, obviamente com isso estariam de acordo, mas já não com a recomendação de uma estrutura autónoma, porque isso era algo que mesmo entre os técnicos não era pacífico. Poderia até nem ser aconselhável e no estadió em que se encontravam, com a dimensão do País, com a dimensão dos recursos humanos que tinham, aquilo que teriam que exigir era modernidade, competência, bom estado da arte, e não esquecer que bom estado da arte em medicina significava atendimento humanizado e oportuno. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por dizer que o PCP desejava também ali recordar o Deputado Municipal e Presidente de Junta, Loureiro de Sousa, recordá-lo nas várias lutas que mantiveram na Assembleia, e pela vivacidade e pela entrega que ele punha na vida política prestar-lhe homenagem. -----

----- Depois, disse que estranhavam o medo do PSD em relação ao *lockout* dos camionistas. Andava gente do PSD pelo meio, mas talvez não valesse a pena ter tanto medo quanto isso. O PSD temia e lamentou ali a não intervenção directa do Governo, mas hoje a luta dos agricultores já tivera a intervenção da polícia a mando da Sra. Governadora Civil de Setúbal. Portanto, o Deputado Municipal Saldanha Serra podia ficar descansado, dois pesos, duas medidas: para o *lockout* abertura e negociação, se calhar para beneficiar só os grandes da camionagem, enquanto que para os trabalhadores, para aqueles que produziam na terra, polícia, impedimento sequer de chegarem à cidade. -----

----- Portanto, era essa a situação concreta e era com ela que se deviam preocupar e não com as guerrilhas políticas que só levavam à tentativa de ocupação do poder. Isso, de facto, já demonstrara à sociedade que não interessava ao País. -----

----- Sobre a questão do aluguer dos espaços públicos pelo Vereador Sá Fernandes e pela Câmara Municipal, disse que estavam de acordo com as críticas mas não se associavam a um voto de censura que era apenas um voto mediático, porque se a Câmara entendesse, e era ela que tinha que entender, teria que alterar essa situação que efectivamente se lhes afigurava como muito criticável. -----

----- Saudou o povo irlandês pela lição de democracia que dera aos que fugiam à vontade popular e ao direito ao referendo, que aliás estavam em Portugal na pessoa do Primeiro-Ministro. -----

----- Quanto à questão da Recomendação sobre o Hospital de Dona Estefânia, disse que bem avisaram e já estavam a aparecer os resultados daquilo que a Assembleia Municipal deixara passar. Além disso, o PCP pedira já por duas vezes o texto integral do acordo que foi firmado, na Câmara Municipal, pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Ministro da Saúde, e ainda não o receberam pelo que aproveitava para lembrar à Câmara que gostariam de ter acesso a esse documento. -----

----- Referindo-se à Recomendação do PCP sobre a Escola EB-1, disse que o aviso que fizera ali há algum tempo sobre as condições de trabalho na educação podiam aplicar-se a variadíssimos anos para trás, mas deviam aplicar-se sobretudo para o futuro. A Câmara e a Assembleia Municipal tinham que cuidar de áreas de financiamento que eram fundamentais para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento da cidade. -----

----- Disse que apresentaram também recomendações sobre a Quinta do Lavrado e sobre o Bairro Horizonte, o PSD, numa questão táctica e política, apresentava recomendações alternativas, mas o PCP mantinha aquilo que afirmava nas suas recomendações porque visitaram os lugares, estiveram com as pessoas e recomendavam vivamente à Câmara Municipal que visitasse, por exemplo, a Quinta do Lavrado para saber como era viver em precárias condições, numa violência cada vez mais crescente sem haver por parte da Câmara e das autoridades um acompanhamento, e sem haver, da parte da Câmara e da Junta de Freguesia, a criação de espaços na Quinta do Lavrado que permitissem que as pessoas se encontrassem e intervissem na vida daquela área. -----

----- Sobre a Recomendação n.º 9, apresentada pelo PSD, relativa a Monsanto, disse que ela tinha alguma ambiguidade e, por isso, o PCP apresentara uma alternativa que era cristalina. E quem quisesse realmente defender Monsanto, o ambiente e a cidade, votaria, obviamente, na Recomendação do PCP. -----

----- Seguidamente, disse que realizaram agora novas Jornadas Autárquicas na Cidade de Lisboa, e dos levantamentos de problemas e dos contactos com as populações, ali deixavam parte das questões e propostas. -----

----- Durante as Jornadas, centenas de eleitos e activistas da CDU mais uma vez contactaram os bairros, as freguesias, as colectividades, os locais onde maiores problemas afligiam os lisboetas. Foram realizadas 17 visitas locais, 35 iniciativas de contacto com a população, sete reuniões com organizações e instituições, duas visitas a locais de trabalho da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por todo o lado, foi manifestada uma grande insatisfação e vontade de mudança, quer entre os trabalhadores do Município, quer na população em geral. -----

----- As eleições autárquicas intercalares ocorreram há dez meses, em clima de grande indignação da população de Lisboa pelo estado caótico a que chegaram a Câmara, os serviços, as finanças municipais e a própria cidade, e quando faltavam 17 meses para as

eleições autárquicas de 2009, não se manifestavam, nem anunciavam, melhores dias para a cidade. -----

----- Lisboa estava parada e a degradar-se. Se comparassem os múltiplos projectos anunciados com os resultados de realização da gestão PS/BE, avolumavam-se as preocupações quanto ao rumo da Cidade de Lisboa. -----

----- Os técnicos e outros recursos humanos existentes na Câmara de Lisboa, nos vários Departamentos e Serviços, não eram um problema, como alguns consideravam, mas sim uma importante mais-valia para servir a população. Era necessário garantir as expectativas profissionais dos funcionários, incluindo a reclassificação dos trabalhadores cujas vagas se encontravam abertas no Quadro, devendo o Quadro público ser revisto de forma a reclassificar aqueles que de momento não tinham vagas. --

----- No que se referia às empresas municipais, disse que a CDU defendia que a Câmara Municipal de Lisboa elaborasse um diagnóstico rigoroso da situação financeira e patrimonial de todas elas, devendo ser garantido que os direitos dos trabalhadores e os seus postos de trabalho fossem salvaguardados. -----

----- Referiu que a degradação generalizada dos espaços públicos da cidade foi uma herança deixada pela gestão PPD/PSD e CDS-PP. A situação atingira um nível crítico, atentatório da segurança e integridade dos cidadãos e até dos bens materiais, nomeadamente, dos veículos em circulação. Tal extremo não atingira apenas zonas periféricas da cidade, mas estendera-se a lugares centrais de grande intensidade de circulação, como a Av. da Liberdade e a Baixa. -----

----- A CDU encarava os espaços verdes (tal como os equipamentos) da cidade como factores essenciais à qualidade de vida da população que, enquanto tal, deviam ser defendidos como património duradouro da cidade. Os espaços verdes estavam ao abandono e degradados e, no actual mandato, a alteração dos critérios de classificação e quantificação dos espaços verdes, por parte do Vereador do BE (com o suporte do PS), a cuidar pelas Juntas de Freguesia, mediante protocolo de descentralização, estava ainda a piorar a situação. -----

----- A CDU entendia que em matéria de bens e património do Estado e da Autarquia, a alienação não podia ser especulativa e determinada por meras razões financeiras. As sucessivas alienações de património do Estado, como hospitais públicos, prisões e mesmo parte de Ministérios, como era o caso da anunciada alienação de parte dos edifícios governamentais da Praça do Comércio, anunciadas pelo Governo, tinham forte impacto, cerceando potencialidades para a qualificação da cidade. -----

----- Na gestão urbanística, disse que defendiam intransigentemente, a transparência e legalidade dos licenciamentos, o que passava pelo reforço da relevância dos instrumentos de planeamento territorial e urbanístico no seu enquadramento e legitimação, em detrimento de decisões casuísticas. -----

----- Neste momento, as recentes decisões quanto ao novo aeroporto, rede ferroviária de alta velocidade e a nova ponte, reforçavam a urgência e importância crucial da revisão do PDM de Lisboa, cujo período máximo de vigência, 10 anos, se esgotara em 29 de Setembro de 2004. -----

----- O modo de relação Estado-Câmara Municipal de Lisboa, por não se enquadrar em adequados instrumentos de planeamento urbanístico municipal, para as intervenções (Baixa e Ajuda-Belém) recentemente programadas para a Frente Ribeirinha do Tejo, que visavam assinalar o centenário da República, apesar dos factores de qualificação em que apostavam, corriam o risco de se traduzirem em novos constrangimentos para o quotidiano das populações locais ou para outras áreas da cidade. -----

----- Continuando, disse que as populações que habitavam os bairros municipais têm sofrido os efeitos das políticas de direita dos sucessivos Governos nos últimos 30 anos, e a esses juntava-se, desde Janeiro de 2002, uma gestão autista e propagandística da GEBALIS. Casos gritantes como o da Quinta do Lavrado e as Torres do Alto da Eira tinham de ser enfrentados a sério pela Câmara. -----

----- No entender da CDU, deviam ser retomados os planos de emergência de obras e o plano social de integração visando a criação de equipas de apoio. -----

----- Disse que na Câmara, na Assembleia Municipal, nas Assembleias de Freguesia e nas Juntas, em todos esses órgãos, os eleitos do PCP têm desenvolvido a sua actividade, apresentando propostas e rejeitando aquelas que consideravam prejudiciais para a cidade e suas populações, numa dinâmica que propuseram na campanha eleitoral e que têm cumprido, como era seu dever. -----

----- Referiu que a gestão do PS/BE na Câmara, tem sido marcada pela falta de resolução dos problemas mais graves que se colocavam à cidade, tendo nalguns casos seguido a política do anterior mandato com consequências graves para as populações. --

----- A política desenvolvida pela maioria que governava o Município tem-se pautado pelo seguidismo da política nacional. Era exemplo disso a tentativa de venda de património público, o corte cego de direitos aos trabalhadores em particular no pagamento do trabalho extraordinário, a falta de responsabilização dos recursos humanos, adjudicando serviços no exterior da Câmara Municipal. -----

----- Na Câmara, os eleitos da CDU têm enviado para agendamento propostas que consideravam importantes para a cidade, as quais, de forma repetida, não têm sido consideradas nem agendadas pelo Presidente, António Costa. A CDU considerava que esse procedimento demonstrava uma forma prepotente e antidemocrática do exercício do poder perante os direitos legais da oposição. -----

----- Continuando, disse que ao longo das Jornadas, a CDU constatara a falta de limpeza nas ruas, mesmo na zona central da cidade, a degradação do espaço público, a degradação de muitos edifícios, especialmente nos bairros municipais, mas igualmente por toda a cidade. Insegurança crescente na cidade, o aumento do número dos sem-abrigo, e a miséria envergonhada, a falta de apoios às famílias, a dificuldade de mobilidade, nomeadamente, nos transportes públicos, grandes dificuldades no acesso a saúde, por insuficiência de médicos de família e nos cuidados primários, assim como a falta de apoio de retaguarda aos mais idosos. -----

----- Entretanto, a hipocrisia ia reinando na cidade. Havia propostas de esmolas bem intencionadas para contrariar a pobreza, mas o que interessava era atacar as políticas e os problemas criados pelo sistema, que alargavam o desemprego, agravavam a situação financeira das famílias, destruíam direitos, tiravam a saúde, a educação e negavam bem-

estar aos que tinham os salários baixos, pensões e reformas miseráveis. O que agora aparecia como soluções de caridade não era mais do que espalhar lágrimas de crocodilo sobre a miséria derramada pelos Governos do PSD, CDS-PP e PS. -----

----- Por fim, disse que as Jornadas da CDU Lisboa/2008 constituíram um momento alto na caminhada para a afirmação e construção de uma verdadeira alternativa para as eleições autárquicas de 2009. As conclusões apontavam medidas para as áreas do espaço público, espaços verdes, equipamentos, urbanismo, transportes, educação, habitação e bairros municipais, segurança, juventude, participação das populações e melhor qualidade de vida na cidade. Eram propostas que fariam na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal e nas Freguesias, defendendo e impulsionando o futuro de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que esta intervenção, no tempo que restava ao BE, visava responder, politicamente, às moções ou votos de censura/protesto que ali foram apresentados relativamente ao Vereador Sá Fernandes, acrescentando que não o fizeram na primeira intervenção porque a escola de educação política do BE obrigava-os a que, em democracia, quem tomava a iniciativa política de apresentar fosse o que fosse tinha o dever e a obrigação de começar por dar explicações relativamente a essa matéria. Portanto, aguardaram, pacientemente, que o proponente da Moção de censura fosse à tribuna explicar a razão que o levava a apresentar a referida Moção, pelo que não podia o Deputado Municipal Victor Gonçalves invocar qualquer espanto pelo facto do BE ter aguardado a sua intervenção para depois se referir à matéria. -----

----- E as explicações do Deputado Municipal Victor Gonçalves, de facto alteravam substancialmente e conteúdo da própria Moção já que em vez de fazer uma intervenção de censura ao Vereador Sá Fernandes acabara por fazer uma intervenção de censura ao Presidente da Câmara, porquanto o responsável político de um Executivo municipal começava por ser sempre o Presidente da Câmara em exercício. -

----- Portanto, a “novidade” que essa Moção de censura a um Vereador constituía no acervo político do debate na Assembleia Municipal, acabara por ser cilindrada pela própria intervenção que o Deputado Municipal Victor Gonçalves quando a centrara no Presidente da Câmara e não no Vereador Sá Fernandes. -----

----- Por outro lado, percebera-se a razão por que o Deputado Municipal Victor Gonçalves apresentara essa Moção. Pelos vistos, o seu Grupo Municipal não parecia ser tão unânime quanto ele ali afirmara, porque ontem mesmo um seu colega, na reunião da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, dizia que já não fazia sentido a apresentação da Moção. Não sabia se depois no Grupo Municipal essa unanimidade foi conseguida ou não, mas era um facto que o Deputado Municipal Victor Gonçalves acabara por justificar politicamente a apresentação da Moção como sendo uma *revanche* política em relação à actuação do Vereador Sá Fernandes antes de assumir as funções que actualmente tinha no Executivo municipal, como aquilo que ele designara por provedor dos cidadãos de Lisboa. -----

----- Portanto era, no fundo, uma tentativa de resposta e de crítica política àquilo que foi a actuação política do candidato José Sá Fernandes à Câmara Municipal de Lisboa.

E desse ponto de vista apenas tinham que reafirmar a importância desse combate político, e sublinhar que o BE, nessas matérias, continuava com a mesma posição e continuava a pensar que, por exemplo, o Túnel do Marquês se não tivesse tido a intervenção do advogado José Sá Fernandes, em conjunto com os cidadãos de Lisboa, não teria tido sequer projecto, como aliás se comprovava pelo facto de ainda não estar concluído, e que provava também que quando a obra foi decidida, foi mal decidida e só pôde ser corrigida com a intervenção do candidato José Sá Fernandes e da acção política do BE. -----

----- Nessas matérias, apesar de discordarem daquilo que foi feito na Praça das Flores, e mantinham essa crítica política, consideravam que as pessoas que não eram do BE tinham o direito de terem uma posição própria, possivelmente neste caso diferente do BE. Mas não era por isso que se podia ignorar o conteúdo político de um mandato que consideravam estrategicamente importante para a cidade, e que o Vereador Sá Fernandes continuava a desempenhar, no entender do BE, bastante bem. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, novamente no uso da palavra, disse que, em nome do CDS-PP, registava a confissão do Deputado Municipal do BE relativamente à condição do então cidadão Sá Fernandes, pois por aquilo que acabara de referir o cidadão Sá Fernandes já então era candidato do BE à Câmara Municipal de Lisboa. Registavam que a intervenção já foi com objectivo político, como viera confirmar-se na candidatura do cidadão Sá Fernandes apoiada pelo BE. Portanto não era tanto um acto de cidadania quanto isso, mas sim um acto político patrocinado pelo BE para bloquear a maioria PSD/CDS-PP. -----

----- Depois, visto que o Sr. Presidente da Câmara não estava presente aquando da sua primeira intervenção, pediu-lhe que esclarecesse a Assembleia e os munícipes de Lisboa se a decisão dos Vereadores Sá Fernandes e Marcos Perestrello era apoiada politicamente por si e pelo PS, ou seja, se o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa se revia nessas medidas e se a política do PS e do BE, até ao final do mandato, seria a de vedar espaços públicos com o pretexto de os vir a recuperar face à incapacidade que demonstrava em recuperá-los por si só, como foi promessa eleitoral.

----- Aludindo à intervenção da Deputada Municipal Maria de Belém Roseira, disse que o Sr. Vereador Sá Fernandes tinha toda a legitimidade para fazer o que quisesse, mas tinha um limite que era o voto dos cidadãos. O voto dos cidadãos exprimira-se pelo programa eleitoral do PS e do BE, e em lado algum do programa eleitoral estava essa iniciativa de vedar espaços públicos aos cidadãos, para com esse pretexto poderem arranjar espaços verdes. -----

----- E desde já dizia, muito claramente, que se a Câmara Municipal de Lisboa insistisse nessa forma de recuperação de espaços verdes, ou suposta recuperação de espaços verdes porque iam agora ver como era que este espaço ia ficar, o CDS-PP não deixaria de accionar os meios com vista à convocação de um referendo municipal sobre essa matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Afonso Costa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que o PSD sentira necessidade de apresentar

duas recomendações, devido, exclusivamente, à iniciativa do PCP de apresentar também duas recomendações, e passava a explicar porquê. -----

----- Primeiro, porque as duas recomendações do PCP, sobre o Bairro Horizonte e a Quinta do Lavrado, eram parcas naquilo que era o necessário para essas duas zonas da Freguesia de São João. -----

----- Segundo, pelo respeito que ainda tinha pelo PCP, porque o tem, e por achar que um partido como o PCP, pela longa história que tinha em Portugal como o partido mais antigo no activo, não deveria fazer revisionismos históricos. -----

----- Disse que a Junta de Freguesia de São João tivera como Presidente, antes de si, um militante do PCP, e antes desse um outro também do PCP. E a Unidade de Projecto de Chelas, que deveria estar pronta em 2001 com a primeira tranche do projecto completa, tinha iniciado a última obra, ainda no mandato do Presidente João Soares, que iria culminar com a construção da sede da Junta, um novo equipamento social. -----

----- Mas entretanto, por algum motivo que desconhecia e que não tinha que saber, o PCP decidira mudar de candidato e foi eleito um outro que decidira pura e simplesmente boicotar tudo o que era obra na Unidade de Projecto de Chelas. Enquanto o PSD estivera na Câmara, na altura do Presidente Santana Lopes ainda conseguira abrir a Via C, que esperava se viesse a Chamar Via Eng.º Vicente Mendes, em memória de um autarca de São João, mas era um facto que tentara boicotar sistematicamente o desenvolvimento daquela zona com a simples razão de não querer aceitar a localização que o próprio PCP defendia antes. E daí o seu choque e espanto relativamente ao Bairro Horizonte. -----

----- Mas em relação à Quinta do Lavrado o choque ainda era maior, porque tinham aí um bairro social paredes-meias com um cemitério e com uma ETAR, a entrada do bairro social era virada para o cemitério, tudo à volta era totalmente descampado, as estradas, ainda do tempo da Vereação de esquerda, ficaram incompletas, não tinham saída, a polícia tinha dificuldade em entrar. Enfim, houve um abandono total da Câmara de então, socialista e comunista, que fizera um projecto que estava mal de raiz, e a Quinta do Lavrado tinha poucas soluções. -----

----- E ainda ficara mais espantado quando ouviu o PCP dizer que a Junta de Freguesia não tinha feito absolutamente nada pela Quinta do Lavrado nem pelo Bairro Horizonte. Realmente só visitavam o Bairro Horizonte, mas ele estava todos os dias em São João. -----

----- A verdade era que estava neste momento a decorrer um espaço intergeracional, em parceria com a Câmara Municipal, que vinha do tempo do Vereador Sérgio Lipari, que seria inaugurado ainda este ano na Quinta do Lavrado. -----

----- Mais, pasme-se! As lojas que actualmente tinham na Quinta do Lavrado já vinham do tempo do PCP! Elas foram inauguradas pelo PCP, as obras começaram, estavam a evoluir, mas elas foram inauguradas em toско. Portanto, o PCP fizera muito pela Quinta do Lavrado enquanto lá esteve, defendera muito bem a população! E quando o Deputado Municipal do PCP falara ali em tacitismos, compreendia porque realmente a população estava agora a movimentar-se com a Junta de Freguesia. Havia

um abaixo-assinado para o avanço da Unidade de Projecto de Chelas, havia um abaixo-assinado do Bairro Horizonte e brevemente surgiria outro em relação à Quinta do Lavrado. -----

----- A situação não podia continuar. E passando agora ao presente, aí a Câmara Municipal de Lisboa tinha a total responsabilidade. Tinham uma obra que estava paga, uma obra que necessitava de abrir uma via; tinham uma sede da Junta que estava no eixo de uma via de comunicação, qualquer dia tinham o azar de um camião se despistar contra a Junta e sabia-se lá o que poderia acontecer! A obra estava orçamentada em 20 milhões de euros, houve uma derrapagem de 100.000 euros, ela deveria ter ficado pronta em 2001 e por isso os 900.000 euros que estavam cativos iam perdendo espaço, e cada vez menos, até devido à inflação, teriam capacidade para construir. -----

----- Portanto, esperava que a Câmara resolvesse rapidamente a situação do Bairro Horizonte e da Quinta do Lavrado. Com a Junta de Freguesia poderiam contar nesse aspecto, mas não poderiam contar com uma coisa: era que fizessem qualquer revisionismo. -----

----- Continuando, disse que também não podia deixar de comentar algumas frases do BE relativamente à Moção de censura e não só, até porque o Bairro Horizonte foi visitado pelo Vereador Sá Fernandes, em relação ao qual o jornal Público, de 11 de Janeiro de 2006, referia: “Vereador promete chatear todas as semanas o Executivo para que assuma a recuperação do Bairro Horizonte”. -----

----- Portanto, achava que deveria ser o BE a trazer esta Recomendação, mas como não foi a Moção de censura fazia cada vez mais sentido. O Vereador Sá Fernandes, que se apresentara ao eleitorado da Cidade de Lisboa com uma proposta a dizer que iria denunciar, que iria incentivar, que iria fazer inúmeras situações e que iria estar sempre em cima, cada vez estava mais calado. -----

----- Terminou dizendo que se a Moção de censura for aprovada, o Vereador Sá Fernandes, a partir de hoje, politicamente era inimputável. O Vereador Sá Fernandes não tinha nenhuma responsabilidade sobre os actos que cometia, o único responsável era o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Pinto (PS)**, no uso da palavra, disse que ia explicar o sentido de voto do PS na Recomendação n.º 10, apresentada pelo PCP, sobre a Escola EB-1, do Bairro de São Miguel. -----

----- Referiu, então, que a bancada do PS iria abster-se por razões que se prendiam com o facto da situação da escola estar já devidamente diagnosticada pelo Executivo camarário, que estava a desenvolver todos os esforços e a tomar todas as medidas para criar as condições de dignidade que a escola e os alunos da mesma mereciam. -----

----- Depois, realçou o papel que o Executivo camarário tem tido em matéria de educação, mais concretamente na reabilitação do parque escolar de Lisboa, dizendo que era uma área de vital importância para o Município e para a cidade, que foi constantemente votada ao esquecimento por Executivos anteriores, mas que, finalmente, estava a ter toda a atenção e o investimento que merecia. -----

----- Lisboa precisava do seu parque escolar reabilitado e modernizado, e esse era o caminho que PS e o Executivo camarário tinham trilhado no último ano. -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, aludindo à Recomendação n.º 3, apresentada pelo CDS-PP, relativamente a um acidente que causara a morte de uma aluna frente à Escola D. José I, no Alto do Lumiar, disse que pretendia ali efectuar os seguintes esclarecimentos: -----

----- A Junta do Lumiar sabia que tinham na área geográfica da freguesia cerca de 11.000 alunos, pelo que era natural que antes do início das aulas se preocupasse com a segurança dos peões, e dado que as crianças eram um grande grupo de risco preocupavam-se que as passadeiras estivessem pintadas junto a todos os estabelecimentos de ensino, fossem eles públicos ou privados. -----

----- Recordou que no ofício que a Junta enviara para a Câmara Municipal, em 14 de Setembro de 2007, até relatavam, na totalidade, as deficiências que havia em frente a cada estabelecimento de ensino, e lamentavam que em frente da Escola D. José I nada tivesse sido feito. Em 17 de Abril, a Sra. Presidente do Conselho Directivo dessa escola elaborara um ofício para a Câmara solicitando, encarecidamente, que pintassem uma passadeira em frente à escola dado que quase já tinha havido acidentes naquela zona. -----

----- A resposta da Câmara foi que ia ver como é que era a colocação das passadeiras tendo em atenção a construção dos passeios. Foi construída uma passadeira dez a quinze dias antes do acidente que motivara a morte dessa aluna, sendo que essa passadeira estava a cerca de 40 a 50 metros do portão da escola, não tendo sido posta nenhuma barreira que conduzisse as crianças para essa passadeira. -----

----- Em 4 de Junho, atropelada por um autocarro da Carris, que ao que lhe constava também estava a efectuar um inquérito, falecia a aluna Joana Filipa Santos, da Escola Secundária D. José I. -----

----- Era evidente que não se podia estar ali a atribuir directamente uma causa/efeito de tudo o que se passara, sabiam que as crianças por vezes saltavam isto e aquilo, mas tinham a certeza que preventivamente a Câmara não actuara correctamente. Todos tinham que ter cuidado com esse tipo de actuação, e o que pedia ao Sr. Presidente da Câmara, conjuntamente com o Sr. Vereador do Urbanismo e com o Sr. Vereador do Espaço Público, era que tivessem em atenção aquilo que se verificava no momento presente frente à Escola D. José I, que determinassem à UPAL que resolvesse esse assunto rapidamente e, mais do que isso, que vigorasse ali na zona uma política de segurança geral, não só relativamente a pessoas e bens com a Divisão policial, não só em termos de protecção civil, que era o caso, por exemplo, do cruzamento da Av. Helena Vaz da Silva com a Av. Carlos Paredes que não tinha sinalização. -----

----- E a propósito disse, ainda, que havia um local junto à Quinta das Conchas onde iam desembocar cinco vias que não tinham nenhuma sinalização vertical, não tinham qualquer rotunda, era um assunto que havia necessidade de solucionar na zona. -----

----- Portanto, pedia que rapidamente a questão da Escola D. José I fosse solucionada em benefício dos alunos, em benefício dos homens e mulheres de amanhã, e também

por especial respeito aos professores que ali estavam, que arregaçavam mangas dentro de uma escola que tinha muito poucas condições de funcionalidade, para ministrarem o ensino que podiam ministrar, porque o ensino era uma parte importante para a evolução do País. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que naturalmente lamentavam e perfilhavam das preocupações que ali foram manifestadas quanto ao acidente ocorrido em frente da Escola D. José I, porque acidentes como esse não podiam nem deviam acontecer na Cidade de Lisboa. -----

----- No entanto, não podiam acompanhar essa Recomendação do CDS-PP porque precisamente o Sr. Vereador Marcos Perestrello agira em cima da hora e determinou um inquérito. O PS entendia que só depois de conhecido o resultado da conclusão desse inquérito, que presumia fosse breve, é que deveriam avançar com propostas e fazer um juízo de valor. -----

----- Portanto, porque em todos os considerandos da Recomendação se começava desde logo a fazer juízos de valor não a poderiam acompanhar, mas naturalmente perfilhavam das preocupações porque acidentes como esse não podiam nem deviam acontecer em Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que relativamente à Recomendação que acabara de ser referenciada nas últimas intervenções, na sequência de uma solicitação feita após reunião da Conferência de Representantes, o CDS-PP aceitara deixar cair os dois pontos referentes ao inquérito. Esses pontos passariam a ser objecto de um pedido de informação, condicionado naturalmente ao desfecho do inquérito, mantendo-se a restante parte deliberativa. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra, disse que pedir a censura do seu comportamento antes de ser Vereador parecia-lhe um pouco estranho, porque não era nessa qualidade que estava ali. Estava ali como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, o seu passado podia ser censurado por muita gente, mas não, do seu ponto de vista, numa Moção deste género. -----

----- Mas era uma censura que, quem a votasse, saberia que estava a censurar uma coisa que não tinha a ver com a sua qualidade de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, sendo certo que a resposta a essa censura foi dada pela sindicância, porque aquilo que fizera no passado, de que se orgulhava, foi denunciar o Parque Mayer, o Vale de Santo António, alguns daqueles processos que estavam neste momento em averiguação judicial. Estava muito contente por o ter feito, e se a censura era essa congratulava-se por ser censurado desta maneira. -----

----- Em relação ao seu lugar de Vereador do passado, que não era deste mandato, também se congratulava com isso. O Túnel do Marquês não estava pronto, o túnel que existia hoje em dia devia-se a grandes modificações propostas pelo próprio LNEC, porque não teriam aquela iluminação, não teriam aquele piso, não teriam até aquele traçado se não tivesse havido uma intervenção muito forte da sua parte, na altura em que o túnel se iniciara, em que nem sequer tinha projecto de execução quando a obra começara. Se a censura era sobre isso, também estava muito contente por ser censurado por essa parte. -----

----- Em relação ao presente disse que a questão era muito simples. Queriam-no censurar por causa de duas coisas: uma que tinha a ver com a Praça das Flores, censurar a sua opinião sobre a Praça das Flores. Ao contrário do que ali foi dito, quando lhe foi perguntado se tinha licenciado a Praça das Flores respondera que não, e respondera que não porque isso era verdade. Mas não atirara as culpas para ninguém. Aplaudira essa acção porque achava que era muito bom para a cidade aquilo que foi feito. -----

----- Mas essa era a sua opinião, e se queriam censurar a opinião de um Vereador tinham toda a legitimidade para o fazer. Porém, que não se esquecessem que estavam a censurar uma opinião e não a competência, porque, de facto, não tinha competência para licenciar aquele tipo de eventos. Mas, se a tivesse, podiam ter a certeza que também assinaria por baixo o que foi feito pelo Executivo em relação a essa matéria. -

----- Disse que ontem foi-lhe perguntado na Comissão de Ambiente o que era que ia acontecer à Praça das Flores, e respondera muito seguramente duas coisas: -----

----- Primeira, que a Praça das Flores iria ser requalificada de acordo com aquilo que os serviços técnicos achavam mais adequado para a zona. Na próxima semana, quando a Comissão Permanente de Ambiente lá fosse visitar a praça, iria ver o efeito que isso teve. -----

----- Segunda, que achava que num País que estava no estado em que estava, uma Câmara com as condições financeiras que tinha neste momento e que todos sabiam muito bem como era que elas se encontravam, achava muito bem que se fizessem este tipo de iniciativas, e achava razoável que uma praça estivesse fechada durante 17 dias para que depois se pudesse recuperar tendo em vista que estava muito danificada. O lago, o quiosque e as lajes estragadas estava tudo estragado, a vegetação deteriorada, mas quando visitassem a praça na próxima semana iriam encontrar o lago arranjado, o quiosque arranjado, as lajes colocadas de novo, os bancos arranjados e a vegetação nova. -----

----- Por fim, depois de repetir que se tivesse competência para licenciar teria licenciado o evento exactamente como foi licenciado, que não ficasse dúvidas sobre essa matéria, lembrou que quando chegara à Câmara tinham o Jardim de São Pedro de Alcântara fechado há três anos, tinham espaços públicos completamente abandonados e deteriorados sem as populações sequer poderem viver os sítios, e por isso era com muito orgulho que, na próxima semana, se pudesse, também iria à Praça da Flores para ver um sítio requalificado, ao contrário de outros que encontrara quando chegara à Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que tendo já a seguir uma intervenção geral, guardaria para essa altura algumas considerações mais gerais e alguns cumprimentos que tinha que dirigir a algumas bancadas e a alguns Deputados Municipais. Agora, portanto, responderia apenas a duas questões que foram ali suscitadas e comentaria três dos documentos que estavam para votação. -----

----- Em primeiro lugar, desejava expressar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar a sua absoluta concordância com a intervenção que ali fizera a propósito do ocorrido junto à Escola D. José I. Como se recordaria, das poucas promessas que

fizera foi que, até ao início do ano lectivo que estava a encerrar agora, seriam pintadas todas as passadeiras junto às escolas. -----

----- A primeira acção que iniciara foi na Freguesia de São João, na companhia do Sr. Presidente da Junta, e considerava absolutamente intolerável que essa orientação do Executivo não tivesse sido cumprida. Por isso, aguardava com curiosidade o resultado do inquérito porque fazia muita questão de saber por que era que essa instrução não foi cumprida. Se não foi cumprida pela empresa que estava contratada para o fazer, se não foi cumprida por qualquer subordinado da Câmara, se não foi cumprida pelo Sr. Director de Departamento ou pelo Sr. Director Municipal, mas era um facto que alguém não cumprira essa ordem e alguém iria ter que pagar por isso, porque considerava absolutamente intolerável o que acontecera, independentemente das consequências trágicas que neste caso aconteceram e que certamente ninguém desejara, e não era sobre essa matéria que estava a responsabilizar quem quer que fosse. -----

----- Sobre a escola n.º 24, disse que durante dez anos da coligação ninguém ligara às escolas, durante os seis anos seguintes também ninguém ligara às escolas, e as escolas da Cidade de Lisboa envergonhariam qualquer Município do País. Foi o actual Executivo que, no passado dia 5 de Outubro, anunciara que daria prioridade à intervenção nas escolas, lançando um programa, a propósito das comemorações da República, que decorreria entre 2008 e 2011, para intervenção, recuperação e modernização das escolas. Foi o actual Executivo que tirara da gaveta a Carta Educativa, que a fizera aprovar em Câmara, que a trouxera à Assembleia Municipal e que já obtivera a sua homologação na DREL, a tempo de apresentarem candidaturas ao QREN para a recuperação das escolas.-----

----- É o actual Executivo, que no próximo dia 25, aproveitando a colocação da primeira pedra de uma escola que há anos se aguardava no Bairro do Armador, iria apresentar o plano de intervenção a três anos para a recuperação das escolas. -----

----- E o problema da escola n.º 24 não foi uma invenção do actual Executivo! Sabiam quando foi a obra iniciada? Em 2003! E sabiam quando foi a obra paralisada? Durante anos! Ela foi retomada com o actual Executivo, e se houve agora uma pequena interrupção técnica, tal devia-se ao facto de depois da obra ter sido retomada se ter verificado que havia um erro no projecto visto que parte da obra ocupava a via pública, e foi a necessidade de ter que se fazer essa correcção que determinara uma pequena interrupção, o que, aliás, já foi esclarecido na Câmara a semana passada, no momento em que se anunciara que a obra hoje iria ser retomada, como efectivamente veio a acontecer. -----

----- Portanto, agradecia muito a sensibilização de todos, só era pena que nos últimos 16 anos tivessem andado muito distraídos em relação à escola n.º 24 e a todas as outras escolas da Cidade de Lisboa. Por isso, era preciso que houvesse limites para a demagogia e que se concentrassem todos naquilo que, pelos vistos, agora era consensual, que era prioritário intervir nas escolas e certamente se todos acompanhassem a Câmara nesse esforço com certeza teriam bons resultados naquilo que tinham a fazer em matéria escolar. -----

----- Referindo aos documentos para votação, começou por aludir à Recomendação relativa à geminação das cidades de Lisboa e Gaza dizendo que foi apresentada na Câmara, pelo Sr. Vereador Sá Fernandes, uma proposta no mesmo sentido. Pedira um parecer aos serviços e gostaria que a Assembleia Municipal tivesse noção do seguinte:

----- Que o Município de Lisboa tem mantido, ao longo de anos, um critério muito rigoroso em matéria de geminações. Lisboa estava geminada com as capitais de Língua Portuguesa e com as duas capitais vizinhas: Madrid e Rabat. Era esse o critério que, rigidamente, Lisboa tem seguido sem qualquer tipo de excepção. -----

----- Entendia que deviam diversificar, e tinham com outros Municípios outro tipo de relações que não de geminação, e achava que com Gaza, sem quebrar o critério que têm mantido, podiam encontrar outras formas de cooperação. Sinceramente não achava prudente que se aprovasse uma Recomendação que implicava quebrar um critério que vinham seguindo há mais de trinta anos, nem lhe parecia também prudente votar contra dando azo a uma interpretação de falta de solidariedade e de cooperação com Gaza, porque essa também não era certamente a vontade do Município de Lisboa. -----

----- Julgava, por isso, que o mais prudente, tal como fizeram na Câmara, seria não votar essa Recomendação, reformulá-la porventura, encontrar outras formas de cooperação que não dessem sinais equívocos, nem lhes abrisse ali uma excepção que, uma vez aberta, a partir do momento em que se abandonava um critério rígido todos teriam certamente boas ideias sobre vários Municípios com quem se pudessem geminar pelo País fora. -----

----- Relativamente ao Clube de Tiro, disse que também lhe parecia imprudente neste momento estar a tomar posições. O Clube de Tiro tinha uma história. Houve uma cedência em 1962 ou 1963, a título precário, que já caducara. O Sr. Vereador Fontão de Carvalho comunicara ao Clube de Tiro que tinha caducado a cedência, que deveria preparar-se para abandonar as instalações de devolvê-las ao Município, e o Sr. Vereador António Prôa notificara o Clube de Tiro para devolver, num prazo que já passara, as instalações ao Município. -----

----- Depois, quando a actual Câmara tomara posse, o Clube de Tiro apresentara uma proposta de realização de obras para procurar corresponder a recomendações que desde o tempo do Dr. Jorge Sampaio os serviços tinham feito mas que o clube nunca realizara. Ele próprio e o Sr. Vereador Sá Fernandes mandaram os serviços apreciar essa proposta, a qual se verificara ser violadora do PDM, designadamente implicava a realização de uma muralha de cerca de seis metros em local absolutamente proibido de qualquer tipo de construção por parte do PDM. -----

----- Seguidamente reuniram com o clube, explicaram que aquela proposta não podia ser viabilizada pela Câmara e sugeriram que procurassem outras alternativas, voltando depois o clube a reunir com a Câmara dizendo-lhe que tinham uma nova solução também no Parque Florestal de Monsanto, um terreno que era propriedade do Ministério da Justiça, solicitando que a Câmara diligenciasse junto do Ministério a cedência desse espaço, tendo a Câmara respondido que ia estudar a proposta, ia ver se ela tinha viabilidade e que iria contactar o Ministério da Justiça. -----

----- Ele próprio contactara o Ministério da Justiça, que manifestara disponibilidade para ceder o terreno, os serviços produziram na semana passada um parecer definitivo sobre essa proposta, mandara notificar o clube do parecer dos serviços convocando-o para uma nova reunião consigo e com o Sr. Vereador Sá Fernandes para que o clube se pudesse pronunciar sobre o parecer dos serviços. -----

----- Portanto, até o clube se pronunciar sobre o parecer que os serviços deram sobre essa matéria, por si não tencionava tirar qualquer ilação, até porque achava prematuro que se tirassem ilações. Havia um parecer dos serviços que o clube tinha o direito de conhecer e sobre ele pronunciar-se, a Câmara tinha a obrigação de, ouvindo os particulares e tendo em conta o parecer dos serviços, tomar uma decisão, e depois, a partir daí, ser criticada por ter cedido num sentido ou ter cedido noutra. Mas neste momento, em que a Assembleia não conhecia o parecer dos serviços, não conhecia a pronúncia do clube sobre o parecer dos serviços, parecia-lhe absolutamente absurdo decidir que era preciso expulsar o clube do Parque de Monsanto, como se propunha numa Recomendação, ou que se assumissem desde já os problemas do clube que não sabiam se tinham que ser assumidos. -----

----- Relativamente à chamada Moção de censura ao Sr. Vereador Sá Fernandes, começou por dizer que os factos não eram merecedores de censura. O Sr. Vereador Sá Fernandes, no caso da Praça das Flores como aliás na sua actividade ao longo do mandato, tivera uma actuação que do seu ponto de vista não só não merecia censura, mas, pelo contrário, só merecia aplauso. -----

----- Disse, ainda, que até a legislação ser alterada quem delegava competências era o Presidente da Câmara, e as competências que delegara no Sr. Vereador Sá Fernandes estavam delegadas com muito prazer e com muita satisfação. Mas em termos da repartição de culpas havia aí uma coisa que desejava deixar claro: é que a actuação pela actuação de qualquer das Senhoras e Senhores Vereadores em quem delegara competências respondiam naturalmente eles próprios mas respondia ele também, pelo que a censura a qualquer um dos Vereadores que tivesse competências delegadas da sua parte, seria também, naturalmente, uma censura ao Presidente da Câmara. -----

----- Mas desejava também dizer desde já e com toda a frontalidade, que relativamente a esta matéria não só não achava que houvesse lugar a censura, como achava que havia mesmo lugar a aplaudir o resultado daquilo que foi alcançado. -----

----- E desejava sobretudo manifestar aos Deputados Municipais do PSD, que tão preocupados estavam com um jardim que ficara fechado 17 dias, a complacência que tiveram durante dois anos em que, para vergonha do PSD, estivera fechado o Jardim de São Pedro de Alcântara, que agora foi reaberto graças à acção do actual Executivo.-

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Senhora Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. --

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- A **Moção n.º 2**, apresentada pelo BE, foi retirada como atrás se refere. -----

----- A **Moção n.º 3**, apresentada pelo BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e da Sra. Presidente, e uma abstenção do PSD. -----

----- Ponto 2 – Rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e dois Deputados Municipais do PSD, sendo um o da Sra. Presidente, e duas abstenções do PSD. -----

----- Ponto 3 – Prejudicado face ao resultado da votação dos pontos 1 e 2. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, votos contra do PS e de BE, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- A **Moção n.º 5**, apresentada pelo PSD, passou a Recomendação n.º 13. -----

----- A **Moção n.º 6**, apresentada pelo PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e duas abstenções do PSD. -----

----- Ponto 2 - rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e PS, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP e um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Ponto 3 – rejeitado, por maioria, com votos contra do PS, votos favoráveis do PCP, BE, PEV e 2 Deputados Municipais do PSD, e a abstenção do PSD e CDS-PP. --

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- A **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PEV, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP, PEV, e um Deputado Municipal do PSD, e a abstenção do PSD e PS. -----

----- A **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PEV, foi retirada como atrás se refere.

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo CDS-PP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo CDS-PP. ---

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo CDS-PP, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- A **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo CDS-PP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 2 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 3 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 4 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 5 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 6 – aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD, PS e CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo BE, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS. --

----- **O Deputado Municipal José Leitão (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Grupo Municipal do Partido Socialista absteve-se na votação da Recomendação relativa à celebração de um acordo de geminação entre as cidades de Lisboa e Gaza, por considerar que este não é o momento adequado para o fazer dada a situação de grave divisão política que prevalece na Faixa de Gaza. -----

----- É sempre oportuno reafirmar a necessidade de avançar no caminho da paz e do reconhecimento de um Estado palestino independente capaz de fazer a paz com Israel no respeito das Resoluções das Nações Unidas, mas não devemos dar sinais que podem ser interpretados como consagrando a divisão do povo palestino. -----

----- Esta Assembleia recomendou a geminação de Ramallah num contexto político palestino muito diferente, em que não se verificavam as actuais divisões. -----

----- Dito isto, reafirmamos a condenação de todos os actos contra os povos da Palestina e de Israel, incluindo a população da Faixa de Gaza, que representem violações do Direito Internacional e das Resoluções das Nações Unidas. -----

----- Acreditamos que é possível a reconciliação entre os palestinianos e apoiamos todos os esforços que visem promover a reconciliação entre israelitas e palestinianos, sem esquecermos que só a justiça é caminho para a paz. -----

----- É este o sentido da nossa abstenção.” -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 9**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, votos contra do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS e do CDS-PP. -----

----- A **Recomendação n.º 9-A**, apresentada pelo PCP, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, BE e CDS-PP, votos favoráveis do PCP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Ponto 2 – rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Ponto 3 – rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD, BE e CDS-PP, votos favoráveis do PCP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Ponto 4 – rejeitado, por maioria, com votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 10**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 11**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 11 - A**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, BE e CDS-PP, votos contra do PS, e a abstenção do PCP e PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 12**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 12 - A**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, BE, CDS-PP e PEV, votos contra do PS, e a abstenção do PCP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 13**, apresentada pelo PSD. -----

----- Findas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos. -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 34/2008;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 166/2008;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 248/2008;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 340/2008;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 341/2008;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 342/2008;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 343/2008;** -----

----- **Ponto 9 - Proposta 348/2008;** -----

----- **Ponto 10 - Proposta 356/2008;** -----

----- **Ponto 11 - Proposta 408/2008;** -----

----- **Ponto 12 - Proposta 409/2008;** -----

----- **Ponto 13 - Proposta 410/2008.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que a proposta do ponto 2 baixava à Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade e a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, e, simultaneamente, voltava à Câmara para algumas rectificações, devendo os respectivos pareceres estarem prontos de forma a serem disponibilizados para a continuação desta Sessão. -----

----- Também as propostas dos pontos 5 a 8 e 12 e 13 baixavam à Comissão Permanente de Administração e Finanças, continuando a constar da Ordem de Trabalhos para a continuação desta Sessão. -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA**

NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação do documento, começou por dizer que se associava pessoalmente a todos os que transmitiram ao CDS-PP e à família do Dr. Loureiro de Sousa as suas condolências especiais. O Dr. Loureiro de Sousa foi vários anos Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia, funcionário da mais antiga empresa municipal, e tivera o gosto de privar com ele na Assembleia Municipal de Lisboa, quando ainda se reunia no Palácio Galveias, desde 1982 até cessar funções em 1993, e, portanto, retivera ao longo desses 11 anos uma estima muito particular pelo Dr. Loureiro de Sousa, e por isso era com particular dor que expressava as suas condolências ao CDS-PP. -----

----- Depois, disse que neste mês das Festas da Cidade, desejava transmitir a todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que apoiaram as Marchas Populares e que tiveram marchas a concurso, as suas felicitações pelo extraordinário trabalho que desenvolveram. E, naturalmente, sem que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia de São Miguel e Santo Estêvão em particular, lhe levassem a mal, apresentava ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Marvila as suas felicitações pela vitória que a Marcha de Marvila alcançara na noite do passado dia 12, nessa festa que era uma tradição tão importante para a cidade e que mobilizava nos mais diversos bairros milhares de pessoas, entre os que compunham, os que ensaiavam, os que escreviam, os que desenhavam, os que costuravam e os que marchavam. Era uma tradição que importava continuar a acarinhar, e o papel das Juntas tem sido absolutamente essencial no apoio às colectividades para que essas manifestações prosseguissem. -----

----- E também não desejava deixar de sublinhar a coincidência de no passado dia 13 terem assinalado não só o Feriado Municipal, dia de Santo António, como também ter sido possível assinalar, simultaneamente, os 120 anos do nascimento de Fernando Pessoa, os cem anos do nascimento da pintora Vieira da Silva, e os 50 anos do falecimento desse extraordinário actor que foi Vasco Santana, e que relativamente a todos eles, o Município, através da EGEAC, por si próprio ou através da Fundação Vieira da Silva em que participava, ter estado e continuar a estar activo a assinalar essas diferentes efemérides. -----

----- Mas que lhe permitissem, em especial o Deputado Municipal Victor Gonçalves, que assinalasse para si próprio também uma efeméride muito especial, que era o facto de hoje ter recebido o Cartão do Cidadão. E era para si um momento particularmente especial porque era um momento que aguardava há sete anos, dos quais dois anos esse projecto levava a conceber, quando era Ministro da Justiça, três anos em que o processo foi engavetado durante os Governos do PSD e do CDS-PP, e dois anos que

demorara depois a recuperar o projecto, repô-lo em funcionamento, lançá-lo em projecto-piloto há mais de um ano nos Açores, começar a assistir ao seu desenvolvimento Distrito a Distrito, mas, finalmente, hoje recebera o seu Cartão do Cidadão. -----

----- E essa efeméride era para si particularmente importante porque queria ali dizer ao Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves, para o tranquilizar, que estava habituado a não deixar o seu trabalho por mãos alheias, mas também estava habituado a ter muita paciência para concretizar a obra, por muito difícil que ela fosse de concretizar. E, portanto, não seriam com certeza os dez meses, difíceis, que tem de mandato, que o desanimariam ou que lhe quebrariam a confiança de que a obra seria levada a bom porto. E tal como sete anos depois o Cartão do Cidadão estava agora na sua algibeira, tinha a certeza que até ao final do mandato aquilo que se comprometeram fazer iriam fazer. -----

----- Estavam a fazer! E estavam neste momento a concluir uma viragem importante que era a fase do tempo da urgência, daquele tempo em que era necessário resolver os problemas que asfixiavam o funcionamento da Câmara. Aliás, foi-lhe já confirmado que em 2007 o Município de Lisboa deixara de estar na lista dos Municípios que excediam os limites de endividamento. -----

----- Não obstante o processo no Tribunal de Contas se continuar a arrastar, tinham vindo a celebrar os planos de pagamento que lhes têm permitido resolver a situação financeira de muitos dos credores da Câmara. -----

----- A vergonhosa situação em que o Município se encontrava relativamente a muitos dos seus trabalhadores que estavam ilegalmente considerados como meros avençados com recurso ilegal a recibo verde, foi neste momento não só objecto de um acordo com os sindicatos, como o Tribunal Arbitral estava a funcionar, já tiveram a adesão de 104 desses colaboradores, 64 petições iniciais já entradas e os julgamentos iriam começar já no dia 30 de Junho. -----

----- Continuando, disse que neste momento estavam a poucas horas do início de uma Sessão extraordinária da Câmara Municipal, que era da maior importância porque aí se iria começar a discutir um conjunto de regulamentos fundamentais, que foram referidos na sindicância como absolutamente essenciais para pôr ordem nos Serviços de Urbanismo do Município: o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, o Regulamento da TRIU, o Regulamento das Cedências e Compensações e o Regulamento sobre os Complementos de Lote, peças fundamentais para disciplinarem a gestão urbanística na Cidade de Lisboa, regulamentos que há anos se aguardavam e que esta Vereação elaborara. -----

----- Eles iriam amanhã à Sessão de Câmara, iriam certamente para discussão pública, viriam à Assembleia Municipal e não deixariam de os ter aprovados, porque tal como quanto à situação financeira, tal como quanto à situação dos falsos recibos verdes, tal como quanto à situação do caos que encontraram nos Serviços de Urbanismo, estava a chegar ao fim este período de meter ordem na casa para se poderem concentrar nos grandes desafios que a Cidade de Lisboa tinha. -----

----- E aquilo que ali desejava sublinhar como primeiro grande desafio, dizia respeito à frente ribeirinha, esse espaço extraordinário e único que diferenciava o Município de Lisboa de qualquer outro Município e de qualquer outra cidade europeia. E tendo estranhado que o Deputado Municipal Saldanha Serra o não tivesse feito, congratulava-se pelo facto de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Prof. Aníbal António Cavaco Silva, ter promulgado o diploma que permitiria concretizar o acordo histórico que o Município e o Estado celebraram em Janeiro, e que iria permitir ao Município de Lisboa, de uma vez por todas, assumir a gestão e a disciplina urbanística e de usos de toda a frente ribeirinha que não estava afecta ao uso portuário. -----

----- Há quantos anos o Município ambicionava isso? Há quantos anos o Município queria conquistar a frente ribeirinha? Pois foi neste mandato, com este Executivo, com o actual Governo e com o actual Presidente da República, que fora possível concretizar essa velha ambição municipal! -----

----- Mas não se podiam limitar a ficar satisfeitos com o acordo com o Governo e com a promulgação do diploma, era preciso fazer-se aquilo que agora podiam fazer. E era por isso que já foi distribuído à Vereação e estava agendado para a Sessão de Câmara da próxima semana, o Plano Geral de Intervenção que se comprometeram perante o Governo a elaborar, e que devia enquadrar toda a gestão dos 19 quilómetros da frente ribeirinha, desde a fronteira com Loures até à fronteira com Oeiras. -----

----- Também que no que dizia respeito aos bairros municipais, a Sra. Vereadora Ana Sara Brito já apresentara na última Sessão de Câmara, e viria à Comissão de Habitação da Assembleia Municipal apresentar também, o novo modelo de gestão do parque habitacional de Câmara. Em primeiro lugar, para conseguir uma coisa fundamental que era normalizar juridicamente para poderem inserir socialmente esses bairros no conjunto da cidade, acabar com os regimes de excepção e adoptar os regimes gerais previstos na lei com base no arrendamento, para que todos tivessem os seus direitos e as suas obrigações, e que não fossem as famílias que viviam nessas bairros sujeitas a uma tutela administrativa absolutamente intolerável que fazia com que, por exemplo, a composição de um agregado familiar continuasse a ter que ser autorizada pela Vereadora, porque as pessoas não eram livres de gerir a sua própria casa. -----

----- E era por isso também que o Sr. Vereador Sá Fernandes e o Sr. Vereador Marcos Perestrello, já apresentaram o Plano Integrado dos Espaços Verdes e do Espaço Público, com uma acção planeada de intervenções em todas as freguesias, com a definição da obra e do calendário de execução da obra no conjunto das 53 freguesias da cidade, para a melhoria dos espaços verdes e do espaço público do Município. -----

----- E também era por isso que estavam para aprovar brevemente na Câmara a estratégia ambiental e energética para o Município de Lisboa, com metas muito ambiciosas do ponto de vista da redução das emissões até 2013, e que tinham expressão já concreta num conjunto de projectos que tinham calendário e que estavam em desenvolvimento. E chamava a particular atenção para dois: -----

----- Primeiro, a parceria que desenvolveram com a CISCO sobretudo centrada na eficiência energética de edifícios municipais, a começar no projecto Campo Grande 25, que arrancaria já no próximo mês de Setembro e que visaria não só a certificação ambiental e energética do edifício, como também aproveitar aquele pequeno universo que tinha 1.800 pessoas a trabalhar, para, a partir daí, terem o estudo de mobilidade e de eficiência energética dos diferentes pontos de contacto que se iam desenvolvendo numa lógica de se ir alargando o âmbito do estudo e da intervenção. -----

----- Segundo, esse projecto, absolutamente marcante deste mandato, que foi aprovado nas linhas orientadoras na última reunião de Câmara, de lançar um procedimento com o pessoal para terem em Lisboa um sistema de bicicletas de uso partilhável, que queriam que entrasse em funcionamento no mês de Junho de 2009. ---

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Victor Gonçalves, disse que convinha que não se distraísse com as aparências, porque quem muito fazia não era quem fazia mais barulho. Quem muito fazia eram aqueles que, sem retórica mas com determinação, lançavam mãos à obra e faziam aquilo que era necessário fazer. Era essa a grande diferença entre alguns que gostavam da retórica, de outros que fizeram muita publicidade e do actual Executivo que não se esgotava na retórica, não tinha, felizmente, dinheiro para publicidade, mas tinha muita determinação para fazer o que era necessário fazer, e estavam a fazer o que era necessário fazer. -----

----- Era por isso que também tinha a grata satisfação de poder informar a Assembleia que, ao contrário do que acontecera com o Executivo anterior, não andavam a carpir pelas verbas do casino mas deram-se ao trabalho de elaborar os projectos que podiam ser executados e financiados com as verbas do casino. Argumentava-se que faltava um regulamento, faltava uma lei, faltava um despacho, ninguém sabia o que acontecia às verbas do casino, quando era tudo tão simples! O casino pagara ao Estado as verbas, elas foram depositadas no Instituto de Turismo de Portugal, e o Instituto aguardava há anos que o Município de Lisboa fizesse uma coisa tão singela como elaborar e apresentar os projectos, candidatá-los para obter os financiamentos e pudesse realizar obra com base num financiamento a que tinha direito, nos termos da lei, através das verbas provenientes do casino. -----

----- Coisa absolutamente extraordinária! Foram precisos anos de paralisia até ao actual Executivo entrar em funções e realizar essa coisa singela e simples que era elaborar projectos, apresentar candidaturas e obter os financiamentos! E era por esse trabalho que fizeram e que as carpideiras que antes estavam na Câmara não foram capazes de fazer, que agora iam ter o financiamento para realizar um conjunto de obras importantes para a qualificação turística da Cidade de Lisboa. -----

----- Mas dava alguns exemplos. Naturalmente, as verbas previstas na contrapartida inicial para a recuperação do Capitólio, cujo concurso estava em fase de conclusão, e para a recuperação da envolvente do Pavilhão Carlos Lopes, designadamente todo o sistema de rega do Parque Eduardo VII e a reconversão da Estufa Fria. -----

----- E também obras de qualificação paisagística e ambiental das entradas da Cidade de Lisboa; a realização da ligação pedo-ciclável entre o Parque Eduardo VII e Monsanto; a requalificação de um conjunto de equipamentos culturais da cidade,

como o Museu da Cidade, o Museu do Design e da Moda e o apoio à criação do Museu da Comunidade Judaica na Cidade de Lisboa; a acção de requalificação de sete miradouros, desde o Jardim do Tourel até à Penha de França; o projecto dos Terraços do Carmo, a sua ligação ao Chiado e a ligação do Chiado, por um elevador inserido num prédio da Rua dos Fanqueiros, até ao Largo do Caldas, e daí, através do Mercado do Chão do Loureiro, até à encosta do Castelo; e a passagem desnivelada que ligaria o Museu de Arte Antiga à zona ribeirinha. -----

----- Por fim, um projecto da maior importância que se centrava em começar a libertar o Bairro Alto da praga dos grafites, acção que seria centrada em dois eixos fundamentais da entrada do Bairro Alto, a Travessa da Espera e a Rua do Norte, com uma obra de recuperação integral das fachadas dessas duas artérias, concurso que já estava aberto e com prazo de adjudicação para Setembro, com a aquisição de *kits* de manutenção a distribuir aos proprietários de forma a que se mantivesse uma pressão constante sobre os grafiteres para que todos os dias de manhã fosse removido o dano provocado na véspera, com o reforço do sistema de vigilância policial e sustentado num protocolo assinado entre o Município, a PSP, a Polícia Municipal e a Procuradoria Geral Distrital, tendo em vista uma acção repressiva eficaz sobre aqueles que destruíam o património através das pinturas de grafites. -----

----- Disse, ainda, que para o Executivo era muito claro que este mandato era um mandato cheio de dificuldades. Mas já o sabiam, portanto não tinham que se queixar das dificuldades. Agora, aquilo que os Senhores Deputados Municipais também teriam que se convencer, era que, não obstante todas as dificuldades, o actual Executivo tinha uma determinação inabalável de executar o seu programa e iria executá-lo. Foi isso que fizeram nestes três meses, era isso que fariam nos próximos três e seria isso que fariam ao longo do ano e meio que faltava para o termo do mandato. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que invejava a energia e a forma que o Sr. Presidente da Câmara ali apresentara, porque, de facto, só com essa energia é que conseguia vender tantas ilusões. Parecia um pouco a história da tapeçaria de Penélope quando aguardava que Ulisses regressasse de Tróia, que toda a gente via que a tapeçaria estava na mesma, mas Penélope afirmava que continuava a tecer essa tapeçaria. Era isso um pouco aquilo que o Sr. Presidente da Câmara acabara de fazer. Dizer que a cidade estava em franca expansão, dizer que nunca a cidade esteve como estava, e, afinal, o povo lá fora via uma mão cheia de nada. -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara foi ali falar de tudo o que se estava a fazer, que um dia haveria de nascer, mas que até agora não passava de projecto, diria mesmo que ainda estava nas semanas em que era possível fazer algum tipo de prevenção. Portanto, a energia do Sr. Presidente da Câmara foi essencial para lhes dar ali uma ideia que não correspondia à realidade da cidade. -----

----- Pegando num tema há pouco ali falado, disse que o PS confundia fascismo com autoridade do Estado, e não era uma noção correcta da democracia confundir fascismo com autoridade do Estado. O Estado tinha que garantir a liberdade e a segurança das

peças e bens, era uma responsabilidade e uma tarefa fundamental do Estado, e para tal deveria, com proporcionalidade e dentro da legalidade, assegurar plenamente essa autoridade. Não devia estar disponível para permitir que outros que queriam livremente expressar opiniões, aderir ou não aderir a movimentações, fossem penalizados nos seus bens ou na sua pessoa por não aderirem a essas iniciativas. Foi isso que o PSD ali disse, o PS é que não sabia distinguir o que era autoridade do Estado. -----

----- Disse, depois, que na informação escrita o Sr. Presidente da Câmara falava “foi tempo”, ao que diria que não foi tempo de finalmente terem resolvido o problema do empréstimo que estava no Tribunal de Contas, que continuava a arrastar-se, indefinidamente, sem fim à vista e sem que se percebesse que solução iria aí ser encontrada. -----

----- Também não foi tempo de serem ali informados em que pé estava o pagamento aos credores, depois do segundo empréstimo que ali foi aprovado com a viabilização do PSD, e igualmente não foi tempo de terem ali o ponto da situação sobre a sindicância que estaria, julgava o PSD, a ser feita ao património imobiliário. -----

----- E também não foi tempo de haver uma Feira do Livro tranquila em 2008, porque, pela primeira vez na história da cidade, a Feira do Livro esteve em risco de não se realizar por ausência de tempo demais da Câmara na resolução dessa questão e fazer a ponte dos interesses dos editores livres. -----

----- Não foi tempo da Câmara ter uma iniciativa adequada de utilização do espaço público na Praça das Flores, sem que isso implicasse a violação de elementares direitos dos cidadãos de Lisboa, que era a de poder livremente transitar no espaço público. -----

----- Não foi tempo de, na reconversão e reabilitação do Chiado, o Sr. Presidente da Câmara assumir ali mais uma vez aquilo que era essencial, não aquilo que ia trazer de museus mas aquilo que poderia fixar população e que o PSD aprovara, concretamente a recuperação e reabilitação de dois quarteirões. O Sr. Presidente da Câmara continuava, olímpicamente, a ignorar esse tema, mas o PSD não deixaria de exigir responsabilidades políticas se não desse os passos a que se comprometera nessa matéria. -----

----- Não foi tempo de terem os espaços verdes da responsabilidade da Câmara devidamente recuperados e requalificados. Esperavam agora que esse plano integrado pudesse de facto fazer com que a Câmara assumisse as responsabilidades que tinha que assumir nessa matéria, porque, até agora, sobre os espaços verdes ou havia decisões do mandato anterior ou havia intervenções concretas das Juntas de Freguesia. -----

----- Não foi tempo da Câmara Municipal reunir o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- Não foi tempo da Câmara Municipal apresentar, ao fim de quase um ano, o projecto dispositivo dos radares de controlo de velocidade em Lisboa. -----

----- Não foi tempo, ao fim de quase um ano, do Executivo apresentar a reestruturação das empresas municipais. -----

----- Ou seja, foi tempo de muito discurso, de muito projecto e de muita questão que haveria de vir, mas não foi tempo de obra concreta, de obra que marcava a cidade e que transformasse para melhor a qualidade de vida dos lisboetas. -----

----- Mas passava a falar de quatro pontos em especial: -----

----- Quanto à criação da Comissão de Boas Práticas, que a Assembleia apreciaria em tempo oportuno, disse que não era por acaso que o Sr. Presidente da Câmara escrevia, nessa matéria de transparência, que, citou: “Desta feita, afastando uma descrição exaustiva dos objectivos já alcançados e dos trabalhos em curso, é de todo o interesse destacar a concretização de duas medidas essenciais que foram os regulamentos já referidos.” Depois é que não havia objectivos alcançados nem havia trabalhos em curso a não ser na área da regulamentação, e a questão da transparência ia muito para além da questão da regulamentação, não se esgotava nisso. -----

----- Segunda: mais grave ainda, era que na informação, que era subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara embora pessoalmente não lhe assacassem responsabilidades directas no que dela constava, era que havia dois erros grosseiros naquilo que era a proposta que a Câmara ia apresentar à Assembleia Municipal, o que significava que quem preparara esse documento não tivera a atenção devida na sua elaboração e na sua revisão. Não era a Assembleia Municipal que ia designar os membros dessa Comissão, tal como estava na proposta que a Câmara apresentara. Nessa proposta era a Câmara. Não era à Assembleia Municipal que essa Comissão, ao fim de 30 dias, iria apresentar o seu regimento interno. Como estava na proposta da Câmara era à Câmara Municipal. Isso era grave porque revelava pouco cuidado no tratamento de uma matéria que deveria ser séria porquanto tinha a ver com a transparência, tinha a ver com a criação de uma Comissão que se queria operativa para ajudar e contribuir para diminuir os riscos relativos à transparência e à corrupção no Município. Era grave que isso se lesse na página quatro da intervenção do Sr. Presidente constante da sua informação escrita. -----

----- Sobre a questão do inquérito ao atropelamento na Escola D. José I, na Musgueira, disse que não sabia se era o único que ouviu hoje na comunicação social a referência a que estava concluído o inquérito – e agora pelo que ali ouviu presumia que fosse o da Carris – que dizia que o condutor não era responsável e que a responsabilidade decorria de imprevidência da aluna falecida. -----

----- Achava inacreditável que numa matéria dessa sensibilidade pudessem ir nascendo as conclusões como cogumelos sem que houvesse o cuidado de não vir para a praça pública com decisões sobre os inquéritos parciais, porque isso o que significava neste momento era que a Carris fugira a qualquer responsabilidade, pessoalmente até admitia que não houvesse do ponto de vista humano, mas atirava a responsabilidade para quem já não podia contraditar, e sobretudo colocava a pressão no Executivo e nos serviços municipais. Por isso, era seu entendimento que o Sr. Presidente da Câmara, junto do Ministério das Obras Públicas e junto da Carris, deveria manifestar o seu repúdio pelo facto deste assunto ser tratado com essa ligeireza. Isso não era admissível do ponto de vista de uma cidade que se queria justa, equitativa, equilibrada e transparente nessas matérias. Esses assuntos deveriam vir à

praça pública conjuntamente entre o operador, a Câmara e outras entidades que fossem responsáveis nessa matéria. -----

----- Relativamente à zona ribeirinha disse que o Sr. Presidente estava distraído porque o PSD, quando foi assinado o protocolo, apresentara ali uma Moção a congratular-se com o princípio que conhecia, e até disseram que não conheciam era o protocolo que tinha sido celebrado. Portanto, não tinham problemas nenhuns nem dificuldade nenhuma em congratular-se com o facto do Senhor Presidente da República finalmente agora, portanto algum tempo passado, ter promulgado esse diploma. Assim como reconheciam que depois do alerta que ali fizeram sobre o desrespeito institucional que estava criado perante uma situação que não estava resolvida entre o Governo e o Presidente, a própria Câmara ter abrandado, para não dizer parado, todo esse processo. -----

----- Aliás, lia-se no comunicado presidencial, citou: “Casa Civil do Presidente da República – Aquela decisão decorre do presente diploma dispor agora, entre o mais, que apenas as áreas em utilização portuária e destituídas de valor ambiental relevante, são passíveis de desafecção pontual e não sistemática do domínio público hídrico.” Portanto, o Sr. Presidente da Câmara poderia dizer o que quisesse, tal como disse anteriormente que isso não tinha aplicação nenhuma e afinal como se viu ali veio dizer que tinha, mas o protocolo que conheciam não estava completamente conforme a essa distinção substancial entre desafecção pontual e desafecção permanente, e, portanto, teria seguramente que ser revisto entre a Câmara e o Ministério das Obras Públicas. -----

----- De qualquer maneira, estavam satisfeitos que fosse possível que, com qualidade, a zona ribeirinha de Lisboa pudesse viver de outra forma. -----

----- Mas uma questão grave que o PSD iria com certeza acompanhar com muita proximidade, com muita profundidade e que poderia afectar a qualidade da zona ribeirinha: o que era que se ia passar no Regimento de Sapadores Bombeiros? Era verdade que a Câmara queria desmembrar o Regimento de Sapadores Bombeiros em que a área operacional se mantinha no Regimento, a área da prevenção passava para a Direcção Municipal de Gestão Urbanística, portanto, passava para a Câmara quem fazia as vistorias preventivas das obras, das intervenções, dos projectos, e a área da formação para a Direcção Municipal de Recursos Humanos? Como era na zona ribeirinha, numa lógica dessas em que o Regimento, que tinha uma autonomia e uma qualidade técnica inegável, fosse substituído, na área da prevenção, por um serviço municipal? -----

----- Era verdade que a Câmara ia alterar, pela primeira vez ao fim de quase dois séculos, o perfil técnico do comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, deixando de ser alguém com formação em engenharia? Era verdade que a Câmara Municipal de Lisboa pretendia acabar, extinguir a assessoria técnica de engenharia ao Comando do Regimento de Sapadores Bombeiros que foi iniciada em 1997? Era verdade que a Câmara ia vender o actual quartel dos Bombeiros para construir um condomínio de luxo? Era verdade que a Câmara se preparava para fechar mais duas outras unidades do Regimento de Sapadores Bombeiros? -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara se ria mas ele não se ria porque estava a fazer perguntas, não detinha a verdade. Mas estava muito preocupado porque não estava a falar de cor, estava a falar com base em papéis que lera. -----

----- A um aparte do Sr. Presidente da Câmara que lhe pedia que mostrasse os papéis, disse que não, que não lhos mostrava, que lhos mostrava à distância, não iria naturalmente revelar fontes, estava a fazer perguntas e tinha o direito que o Sr. Presidente da Câmara lhe respondesse. O Sr. Presidente da Câmara tinha a informação que tinha quem estava no comando do barco, ele tinha a informação que tinha quem estava no porto. -----

----- Portanto, tinha as informações que podia ter, mas queria, naturalmente, a confirmação do Sr. Presidente, porque a ser verdade tudo aquilo que tinha a ver com o desmembramento das áreas operacional, de formação e de prevenção, que tivesse também a ver com a alteração do perfil do comandante do Regimento e com a cessação da assessoria técnica de engenharia ao Comando, isso em termos de segurança da cidade era um tiro brutal no pé, mas garantia que o PSD faria tudo o que pudesse para inviabilizar qualquer uma dessas circunstâncias. E com toda a transparência, como têm dito em todas as outras questões que estavam para trás em termos de importância para a cidade, o Sr. Presidente da Câmara saberia com o que poderia contar da parte do PSD se esse fosse o caminho escolhido pela Câmara. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra referira da tribuna que não falava de cor mas que falava com base num documento, um documento que, segundo presumia, seria um documento oficial. Não sabia se era da sua autoria, se era da autoria da Câmara, se era da autoria de algum serviço, ou se era uma carta particular. -----

----- Se era uma carta particular, não tinha nada a ver com isso mas não era um documento, não era nada. Se era um documento oficial, designadamente da sua autoria, onde estavam previstas todas essas maldades que o Deputado Municipal Saldanha Serra ali falara e descrevera e que o levava a dizer que não estava a falar de cor, desejava conhecer o documento para saber que factos tão graves eram esses que lhe eram imputados. -----

----- Portanto, como não conhecia o documento, ou o Deputado Municipal Saldanha Serra estava a falar de cor, ou mostrava o documento. Se não mostrava o documento, era porque estava a falar de cor. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que se tinha dito que não estava a falar de cor era porque não estava a falar de cor, o documento estava consigo e faria dele o que entendesse. Quando as decisões fossem tomadas sobre essas matérias e se elas fossem aquelas que referira, o Sr. Presidente da Câmara veria o documento. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que ia começar por pedir ao Sr. Presidente da Câmara um bocadinho de tolerância para com este PSD, porque este PSD passara por muito ao longo dos últimos seis anos. Tivera várias lideranças de Câmara, tivera que se contradizer sucessivamente. Pessoalmente

já os viu bater palmas a Presidentes de Câmara que a seguir repudiaram e depois voltaram a bater palmas, pelo que era natural que houvesse um certo desnorte nesta matéria, era natural que por vezes exagerassem, mas era sempre bom ter um bocadinho de tolerância. -----

----- Mas pessoalmente percebia. Deveria ter havido eleições quando o anterior líder, um dos últimos líderes que o PSD tivera, decidira acabar com o pântano em que se estava e pedira eleições intercalares para a Câmara Municipal. O PSD nessa altura não quisera, não arriscara submeter a Assembleia Municipal a essa mesma votação, e, portanto, não tinham ali um PSD à altura das circunstâncias. -----

----- Disse, depois, que ia remeter ao Deputado Municipal Saldanha Serra, porque de facto os Deputados Municipais do PSD também não tinham culpa, tinham que se *adjornar* rápida e constantemente, o último discurso do Sr. Deputado Mota Amaral, na Assembleia da República, sobre o bloqueio dos camionistas, porque, de facto, esse tinha sentido de responsabilidade e seria bom que o Deputado Municipal Saldanha Serra o lesse para perceber quão desfasado já estava da velocidade com que o PSD tinha andado ultimamente, e esperavam que agora, para bem da democracia e da credibilidade das instituições, conseguisse ter alguma estabilidade. -----

----- Ia mandar-lhe esse discurso porque, de facto, aquilo que o Deputado Municipal Saldanha Serra ali disse hoje tinha a ver ainda com o PSD antigo, que agora já não era! Para o PSD antigo não havia democracia, as liberdades públicas estavam em perigo, vinha aí o fascismo, foi dita ali essa palavra. Aliás, provocara na Assembleia da República um debate parlamentar de urgência porque estavam em causa as liberdades públicas, diziam que o Governo não dialogava e, portanto, seria bom que o PSD na Assembleia Municipal de Lisboa percebesse que os tempos eram outros e que assumisse em relação a algumas matérias um sentido de Estado que efectivamente hoje ali não revelara sobre essa questão dos camionistas. -----

----- Continuando, disse que o PS estava ciente das dificuldades que o Executivo encontrara quando foi eleito há cerca de um ano. Estavam completamente cientes das dificuldades e daquilo que herdara, já fizeram esse diagnóstico em relação ao passado e não valia a pena insistir muito sobre essa matéria. Apenas desejava manifestar ao Sr. Presidente da Câmara, em nome do PS, que confiavam na sua tenacidade e da equipa que o acompanhava, para resolverem os problemas que encontraram na cidade. Porque efectivamente eram problemas e foi por isso que o PSD perdera as eleições e conseguira a proeza de ser a terceira força política mais votada na Cidade de Lisboa. Essa era uma realidade insofismável, não valia a pena o PSD querer enterrar a cabeça na areia, seria bom que tivesse a humildade de fazer uma autocrítica em relação a essa matéria, mas não era capaz de a fazer. -----

----- É que o Sr. Presidente e a sua equipa tiveram que enquadrar a dívida que estava completamente desenquadrada quando chegaram à Câmara, tiveram que começar a pagar aos credores, não obstante, no seu entender, a incompreensível tomada de decisão do Tribunal de Contas. -----

----- Mas ao mesmo tempo tiveram capacidade para começar a desatar alguns nós que encontraram, designadamente a questão do Parque Mayer com o concurso de ideias

que lançaram e que já estava numa fase mais avançada, assim como conseguiram, e cumprimentava o Sr. Presidente da Câmara por isso, resolver uma velha aspiração de todos os Presidentes da Câmara, sem excepção, em relação à necessidade da Câmara assumir a responsabilidade da gestão urbanística da frente ribeirinha, e ainda encontraram tempo para apresentar um plano de reabilitação das escolas da cidade, cujo estado, de facto, os envergonhava a todos e deveria envergonhar particularmente quem sobre elas tivera responsabilidades directas, e como também tinham conseguido corresponder às necessidades das freguesias honrando a questão dos protocolos, que justamente preocupavam todos os partidos. -----

----- Portanto, em nome do PS, manifestava ao Sr. Presidente da Câmara a sua confiança, a sua solidariedade e a sua certeza de que chegaria ao fim do mandato cumprindo exactamente aquilo que assumira para um mandato intercalar, e tinham a certeza que o povo de Lisboa lhe reconheceria esse mérito e lhe daria novamente confiança para poder continuar o projecto que, aliás, assumira a seis anos quando foi eleito. -----

----- Mas aquilo que não entendiam de facto era a atitude do PSD. Também compreendia que em política as coisas tinham que se exagerar, mas o PSD acusava o Sr. Presidente da Câmara porque a Feira do Livro estivera em risco!? Mas onde estava o PSD!? O PSD não acompanhara esse processo? O PSD não percebera o que era que estava em causa, o que era que estava em discussão? Bem, não acreditava que isso desse grandes resultados eleitorais mas sempre poderia dar uma boa notícia de jornal, um título de primeira página, mas onde era que o PSD estava? Obviamente o problema não era da Câmara, mas desejava ali reconhecer que, se não fosse a grande paciência do Executivo, porventura não teria havido Feira do Livro este ano. -----

----- Mas aquilo que não era aceitável, não pensava que tivesse sido essa a intenção, era que o PSD funcionasse como agente veiculador do boato, do boato em política. Ou o Deputado Municipal Saldanha Serra tinha um documento ou tinha uma carta, não dizia nada e não insinuava, mas se invocava que tinha conhecimento de um documento e o Sr. Presidente da Câmara dizia que não subscrevera nenhum documento desse género, o Deputado Municipal Saldanha Serra tinha o dever de o mostrar ali para confrontar o Sr. Presidente da Câmara e ele se poder explicar para que todos ficassem a saber. Porque, a não ser assim, o Deputado Municipal Saldanha Serra estava a veicular o boato, estava a veicular a insinuação, aliás dizendo até uma infantilidade final ao referir que se não fosse como estava a dizer então mostraria o documento mas que se fosse então já não seria preciso mostrar. -----

----- Terminou dizendo que o PS desejava que o Sr. Presidente da Câmara continuasse no mesmo caminho, que contaria com a bancada para o apoiar, para fazer sugestões, para fazer reparos sempre que entendessem necessário, porque Lisboa precisava desta liderança, Lisboa tinha pela primeira vez uma liderança forte, uma liderança estratégica e era importante que isso assim pudesse continuar. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que ia dar início à sua intervenção exactamente da mesma forma com que o Sr. Presidente da Câmara há pouco iniciara a sua: informar a Assembleia que não tinha nenhum Cartão

do Cidadão. Claro que primeiro estavam os primeiros, mas com certeza que o gostaria de ter, era menos peso na carteira. -----

----- Sobre a informação escrita do Sr. Presidente, relativa aos dois últimos meses de actividade da Câmara, disse que apenas ia referir duas notas, que embora um pouco requentadas pela discussão já havida, não deixava de lhe dirigir. -----

----- A primeira, para apontar algum voluntarismo – era a sua opinião – sobre o que parecia ter sido uma proposta do Sr. Presidente de atribuir a chave do Município ao Presidente da Comissão Europeia. Isso pelo papel desempenhado na associação de Lisboa à história da construção europeia, através do Tratado assinado nos Jerónimos, no dia 13 de Dezembro de 2007. -----

----- Sabiam que tudo foi feito, e a Câmara pelos vistos parecia ter seguido o mesmo caminho, para considerar consumado um acto que só após a audiência dos povos interessados o deveria ter sido. No entanto, com a única participação verdadeiramente democrática de um povo membro da União Europeia em todo processo, o alegado Tratado de Lisboa acabara por ser posto em causa. Em boa hora, diria! -----

----- Para além das derrotas políticas, para além das eventualmente gloriosas futuras carreiras políticas postas agora em causa, a verdade era que com o referendo irlandês se provara à saciedade de que o processo da construção europeia, por muito que isso custasse a muitos dos actuais dirigentes políticos, não podia e não seria certamente concretizado à revelia da participação e da vontade democraticamente expressa dos povos que integravam essa mesma União Europeia. -----

----- A segunda nota era, segundo disse, uma nota de preocupação com o plano de intervenção no espaço público da cidade que, segundo o Sr. Presidente da Câmara, iria integrar mais de 200 intervenções. O problema era que neste processo se registava já um precedente que, aliás, foi hoje ali largamente discutido e que, no entender do PCP, justificava, de facto, sérias preocupações. -----

----- Foi publicamente anunciado, não há muito tempo, a concretização de uma parceria público/privada para utilização da Praça das Flores. No entanto, do que na realidade se tratara foi de uma realização privada, publicitária comercial de grande aparato, para o lançamento de um novo modelo de automóvel. -----

----- Ou seja, na Praça das Flores o que ocorrera foi a apropriação privada de um espaço público, que temporariamente o deixara de ser em troca de uma suposta verba para a requalificação da referida praça. Por fora ficaram os prejuízos causados aos munícipes residentes e ao comércio instalado naquela zona. Tudo isso, porque uma praça de grande equilíbrio urbanístico e de dimensão relativamente reduzida, fora objecto de enorme espalhamento, com proibição de acessos, alteração na circulação das pessoas e do trânsito, transportes públicos incluídos, e dificuldades inclusive no recurso ao comércio local. -----

----- E embora o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Ambiente, na reunião da Comissão Permanente de Ambiente ontem realizada, tivesse referido que havia falado com grande parte da população da zona, o certo era que o coordenador autárquico do partido que o Sr. Vereador integrava, escrevera sobre o assunto na comunicação social, citou: “A ideia de que alguém ou alguma instituição, mesmo tendo

competências legais para o efeito, pode decidir sobre a cidade, em particular sobre o espaço público, sem ter em conta as expectativas e a contribuição dos cidadãos, é, nos dias de hoje, absolutamente obsoleto”. Esta, disse, foi a posição do coordenador autárquico do BE, e pessoalmente não o criticava. -----

----- Portanto, perguntava ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro do Ambiente, em que ficavam? -----

----- E quando se falava já em novas e semelhantes iniciativas como aquela anunciada para o Jardim da Estrela, o apelo que ali se atrevia a deixar ao Sr. Presidente da Câmara era um apelo ao bom-senso, para que rapidamente se pusesse cobro a iniciativas dessa ordem e, pelo contrário, se levasse à prática uma linha de actuação que dignificasse o espaço público e que não permitisse, a troco de alguns euros, a alienação das competências da Câmara no que à manutenção e conservação desses espaços dizia respeito. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente, na apresentação da sua informação escrita relativa a dois meses de actividade da Câmara, dera-lhes ali uma prova eloquente daquilo que eram as suas convicções políticas e da sua pertença àquela escola política de teimosia que era apanágio das pessoas que tinham convicções profundas e que se batiam denodadamente por essas convicções. -----

----- Disse que o BE apreciava bastante essas qualidades, e muitas das matérias que o Sr. Presidente da Câmara anunciara soaram a música nos seus ouvidos, como era evidente. -----

----- Só que o Sr. Presidente ao enveredar pela opção de exaustivamente querer demonstrar a eloquência e as benfeitorias que o Executivo desenvolvera nos últimos dois meses, caíra um bocado na armadilha daqueles galardoados com um óscar que nos agradecimentos tinham duas opções: ou agradeciam genericamente a todos aqueles que permitiram fazer a construção e edificação da obra e não corriam o risco de se esquecer de alguém, ou então optavam pela segunda alternativa que era procurar enumerar exaustivamente todos aqueles que tiveram esse contributo. Mas esta segunda opção tinha, como sabiam todos, um grande risco que era esquecerem-se de alguém que deveriam ter referido e não referiram. -----

----- Pois o Sr. Presidente da Câmara correrá um bocado o risco dos galardoados com o óscar, porquanto quisera enumerar exaustivamente as benfeitorias ou os acontecimentos políticos com relevância nos últimos dois meses, mas esquecerá-se de alguns que agora ele próprio se permitia recordar e sublinhar, sobretudo pelas implicações políticas que podiam ter. -----

----- Disse que não sabia se os esquecimentos tinham alguma implicação política ou alguma interpretação política. Cabia ao Sr. Presidente da Câmara e sobretudo à prática do Executivo municipal, nos próximos dois meses, demonstrar o contrário. Mas tinha alguma suspeita que aquilo que esta informação escrita não tinha e aquilo que a intervenção do Sr. Presidente da Câmara não dissera, tivesse algum significado político. -----

----- Começando por aquilo que lhe parecia ser mais relevante nessa matéria, disse que se realizara, há cerca de um mês, nesta mesma Sala, um debate político da maior importância estratégica para a cidade, que foi o debate sobre a terceira travessia do Tejo, e nesse debate foram feitas, inclusivamente pelo Sr. Presidente da Câmara, algumas afirmações que tinham uma importância política relevantíssima para o futuro da cidade, sobretudo para a mobilidade e a política de transportes de Lisboa. -----

----- Era expectável, na sua opinião, que o Sr. Presidente da Câmara trouxesse à informação escrita algumas das reflexões que iriam condicionar fortemente o futuro da cidade, quer em termos de política de transportes, quer em termos de política de mobilidade, quer em termos de reordenamento do território e da própria frente ribeirinha. Não sabia se foi esquecimento ou se foi alguma opção por porventura não estarem ainda suficientemente clarificadas as opções que se colocavam à cidade nessa matéria, mas, pelo menos, pensava que seria relevante sublinhar a importância da realização desse debate, e sublinhar também a importância das opções que se colocavam nessas matérias. -----

----- Mas pensava também valer a pena sublinhar a ausência, quer da intervenção do Sr. Presidente, quer da informação escrita, de uma matéria que tinha a ver com uma questão de oportunidade política. A Câmara estava, perigosamente, a aproximar-se do prazo limite para lançar aquilo que na cidade já se prometera fazer há muitos anos, e a Assembleia Municipal até já tivera oportunidade de aprovar por unanimidade. O BE pertencia à mesma escola da teimosia política de que o Sr. Presidente da Câmara ali dera provas na sua intervenção, e sabiam, lembravam e queriam que aquilo que foram deliberações tomadas por unanimidade na Assembleia passassem realmente à prática do Executivo. -----

----- Referia-se ao processo de orçamento participativo que já merecera várias decisões unânimes da Assembleia há vários anos a esta parte e que tardava em arrancar. Estavam praticamente no fim do mês de Junho, e para lançar o processo de orçamento participativo, como aliás se comprovava em alguns outros Municípios que nessa matéria já fizeram algum caminho no País, estava na hora de lançar esse processo para que não acontecesse este ano aquilo que acontecera, mal, no final do ano passado, que foi lançar qualquer coisa que foi tudo menos um processo realmente participativo, de discussão e construção das próximas opções estratégicas, pelo menos de investimento, que se colocavam à cidade e aos cidadãos de Lisboa no próximo ano.

----- Era importante que a Câmara não deixasse passar o prazo limite, que era o início do próximo mês de Setembro, sem trazer para o terreno o processo de discussão e de participação dos cidadãos no orçamento participativo do ano de 2009. O BE iria continuar a bater-se para que isso não fosse mais uma oportunidade perdida e não acontecesse aquilo que acontecera nos anos anteriores relativamente a essa matéria. ---

----- Outro elemento essencial de reflexão política também ausente da intervenção e da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, dizia respeito ao processo do Parque Mayer e as opções que a Câmara tinha que discutir para a definição do caderno de encargos que seria presente aos cinco concorrentes que foram aprovados para o concurso final. -----

----- No seu entender teria valido a pena ter inserido na informação escrita uma informação onde se dissesse: primeiro, por que era que foram seleccionados aqueles cinco projectos e não outros que foram apresentados; segundo, por que era que foi escolhido o processo de lançamento de concurso público de ideias, que tivera o desenvolvimento que teve, e não outro, por exemplo como foram apresentadas sugestões e propostas na Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade pelo Deputado Municipal Silva Dias; e, terceiro, o que esperava a Câmara que fosse acontecer relativamente a esse projecto que, do ponto de vista estratégico e emblemático para a cidade, era uma das opções mais importantes que os cidadãos de Lisboa estavam confrontados e uma das escolhas mais importantes que a Câmara e a Assembleia teriam que tomar a breve prazo. -----

----- Teria sido útil apresentar nesta ocasião as propostas de orientação que a Câmara pensava dever propor para o seguimento da fase final de concurso e de aprovação do plano de requalificação e reabilitação do Parque Mayer, incluindo, também, o Jardim Botânico que lhe estava anexo, tudo isso numa mesma operação urbanística de requalificação e de revitalização da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse ainda que, no entender do BE, esses três aspectos que referira tinham relevo suficiente para terem merecido da parte do Sr. Presidente da Câmara duas palavras relativamente ao futuro próximo que a cidade lhes reservava. -----

----- Por fim, disse que não podia deixar de sublinhar um aspecto que tinha a ver directamente com a informação escrita e a proposta da rede de bicicletas de uso partilhado. Essa era uma matéria inovadora na Cidade de Lisboa, era uma matéria que deveria merecer a análise e discussão da Assembleia bem como da Comissão Permanente especializada na matéria, mas desejava sublinhar alguns aspectos que eram mais de precaução que propriamente uma apreciação da proposta. -----

----- Em primeiro lugar, tinham que defender a implantação de uma rede ciclável que fizesse parte do sistema de mobilidade da cidade, e fazer uma rede não era apenas porem bicicletas para o seu uso ser partilhado na via pública. Era necessário acautelar as condições de circulação desses velocípedes e era necessário acautelar também a continuidade que uma rede desse tipo devia ter no âmbito da cidade. E talvez desse ponto de vista a proposta devesse merecer algum ajustamento porque, daquilo que conhecia, ela era demasiado voltada para o uso partilhado e pouco voltada para a implantação de uma rede ciclável que servisse os cidadãos e a mobilidade na cidade. -

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que no tocante à forma de apresentação da informação escrita desejavam felicitar o facto de nela aparecer, tal como exigia a Lei e era obrigação da Câmara, uma informação sobre a parte financeira e a execução orçamental, assim como o facto de voltar àquilo que era a prática do anterior Executivo de colocar uma informação sobre os recursos humanos. -----

----- No entanto, não podiam deixar de lamentar, e já o fizeram ali várias vezes, que esta informação, que era uma informação política para ser discutida politicamente, continuasse a ser dada pelos serviços. E aquilo que efectivamente constava desta

informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, pouco mais era que números de gestão corrente sem informação política que, essa sim, teria que ser discutida ali. -----

----- Portanto, a avaliação que o CDS-PP ia fazer do período que estava em causa, era aquilo que de político se poderia retirar da informação escrita e aquilo que foram as afirmações do Sr. Presidente da Câmara na sua intervenção inicial. -----

----- E aí tinha que começar por dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara – não esperava dizer isso mas tinha que o dizer – pela única medida concretizada que apresentara na sua informação escrita, que foi ter o Cartão do Cidadão. Não era uma medida enquanto Presidente da Câmara, mas essa foi efectivamente a única medida que trouxera à informação escrita. -----

----- Mas trouxera-lhes também notícias de que acabara o tempo da urgência, e já tinham reparado que aparecia um novo tempo, que era o tempo da campanha eleitoral que já estava a agitar a área política que suportava, ou que tentaria suportar, o mandato do Sr. Presidente da Câmara. Já viram que o Movimento da Sra. Vereadora Helena Roseta estava a pedir pareceres para uma eventual coligação, já viram o mau estar que criava a ida do Sr. Vereador Sá Fernandes à sede do PS, já viram as divergências que o BE tinha com o Sr. Presidente da Câmara, e, enfim, já viram que estavam a entrar num novo ciclo da vida política da cidade. Agora, esse novo ciclo não podia esquecer aquilo que a cidade precisava, e sobre isso o CDS-PP tinha uma visão muito crítica. -----

----- Disse que já ali foi referido pelo líder da bancada do PSD, palavras que subscreviam integralmente, que o Sr. Presidente da Câmara trouxera ali uma mão cheia de nada, e realmente aquilo que ali apresentara foram projectos de regulamentação e projectos disto e daquilo, mas nada efectivamente concretizado. O que estavam ali a avaliar era a actividade da Câmara nos últimos dois meses e não a actividade da Câmara no futuro. -----

----- Aliás, como referira o BE, o Sr. Presidente da Câmara trouxera música para os ouvidos, mas no entender do CDS-PP foi música má, música que os cidadãos estavam fartos de ouvir. Numa Câmara o que se esperava de um Executivo era que resolvesse os pequenos grandes problemas, que resolvesse os problemas da recuperação das habitações, os problemas dos arruamentos, os problemas dos espaços verdes, os problemas do calcetamento, os problemas da segurança e da iluminação pública. E sobre isso, sobre essa gestão corrente, quase um ano passado do início do mandato, nada tinha sido feito pelo Executivo. -----

----- Por outro lado, registava-se também que quer na informação escrita, que no discurso do Sr. Presidente da Câmara, nem uma única palavra foi dirigida às freguesias, nem uma única palavra para os Presidentes de Junta que faziam com que a cidade vivesse e que faziam com que a Câmara Municipal pudesse, em coordenação, actuar e resolver os problemas da cidade. Aliás, se fosse Presidente de Junta ficaria muito, mas mesmo muito zangado com o Sr. Presidente da Câmara por não ter referenciado aquilo que era o trabalho fundamental das Juntas de Freguesia. -----

----- Depois o Sr. Presidente vinha dizer que era uma política de fazer, que não era uma política de *show-off*, quando, a seu ver, a ideia era exactamente o contrário

porque o Executivo municipal, e o Sr. Presidente em particular, viviam da política do *show-off*. O Sr. Presidente anunciara por duas vezes o projecto da zona ribeirinha, quando ele ainda não era e quando ele foi promulgado pelo Senhor Presidente da República. Mas porque na realidade ainda não era, ainda haveria de vir falar disso uma terceira vez quando ele viesse, eventualmente, a ser executado. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente veio anunciar, em mediatismo, que mandara pintar todas as passadeiras junto às escolas, já se viu que não o fizera mas dava-lhe mais um exemplo: a escola na Calçada das Lajes. -----

----- E se o Executivo estava tão confiante na obra que fizera, por que razão é que já estavam tão preocupados com as eleições e já mudavam o discurso num carácter extremamente eleitoralista? -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara anunciara também o início do combate aos grafites, o que, na verdade, foi já uma recomendação da Assembleia Municipal, mas avisava-o que tivesse cuidado com o BE porque o BE votara contra. -----

----- Perguntou depois qual era a situação das colectividades neste momento, já que, neste mês das Festas da Cidade, houve colectividades que reclamaram da Câmara porque ainda não receberam as verbas e os incentivos para a realização das suas festas. Pedia ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse se efectivamente era assim, se as verbas foram transferidas atempadamente e se não foram qual a razão. -----

----- Continuando, disse que estavam agendadas para esta Sessão mais seis ou sete propostas para a isenção de taxas de eventos culturais e desportivos, pelo que perguntava à Câmara qual a razão porque não havia uma política cultural e uma política na cidade, que levasse a que fosse a própria Câmara a organizar os eventos. É que não se viam eventos na cidade organizados pela Câmara, nem eventos organizados pela Câmara em colaboração com as Juntas de Freguesia e com as colectividades. -----

----- Aludindo ao projecto dos espaços verdes, disse que se aquilo que o Sr. Presidente da Câmara fizera quando anunciara publicamente esse projecto, que não passava disso, não foi uma acção de mediatismo, então que lhes dissesse o que é que foi. -----

----- E mais: fizera o lançamento de um projecto que tinha uma duração para além do seu mandato e que, para além disso, tinha um factor de concretização que ainda se não percebera qual. É que um dos factores essenciais nos considerandos desse projecto era a recuperação dos espaços verdes, mas aquilo que se vinha ouvindo na Assembleia Municipal sempre que se falava de espaços verdes era que eles estavam em óptimas condições desde que o Sr. Vereador Sá Fernandes estava a tomar conta deles. Bom, se assim era, então ia-se recuperar o quê? Havia aí claramente falta de coordenação e falta de tacto nas afirmações que eram feitas, porque qualquer cidadão via como estavam os espaços verdes da Cidade de Lisboa. -----

----- Lembrou que exactamente no mesmo tempo de mandato em que o Sr. Presidente da Câmara estava a apresentar este projecto, a maioria PS/PCP que então estava à frente do Município de Lisboa, apresentara um projecto idêntico para a chamada recuperação das áreas expectantes e efectivamente algumas acabaram por ser

recuperadas. Só que meia dúzia de meses depois estavam completamente degradadas e abandonadas e foi a gestão PSD/CDS-PP que as voltara a recuperar. -----

----- Portanto, alertava o Sr. Presidente da Câmara para que se esse projecto dos espaços verdes fosse por diante, depois não se esquecesse da sua manutenção, porque tal era fundamental e hoje não era isso que se passava na Cidade de Lisboa. Fosse com o Sr. Vereador Sá Fernandes, fosse com outro que entretanto nomeasse para o lugar dele. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a informação escrita do Sr. Presidente cobria um habitual período de dois meses, no caso presente de 1 de Abril a 31 de Maio. Porém, sofria de um complicado problema de calendário. Mas explicava porquê. -----

----- Dizia o Sr. Presidente, na página cinco, a propósito da gestão de bairros municipais, “que na Sessão de Câmara de 11 de Junho”. Ora, essa foi a Sessão da semana passada! E de novo na página seis, a propósito da rede de bicicletas de uso partilhado, “que a Câmara deliberou aprová-la”. Mas também tal acontecera na Sessão de Câmara da semana passada! -----

----- Pediu que o Sr. Presidente da Câmara explicasse se isso foi um lapso, ou se foi propositado porque durante Abril e Maio não possuía actividades do Município suficientes para preencher a informação escrita ou, então, que lhes garantisse, por favor, que na próxima informação escrita a apresentar à Assembleia Municipal essas iniciativas não iriam voltar a ser repetidas. -----

----- Seguidamente, disse que na página três, a propósito da Malha 14 do PUAL, se referia o início da elaboração do seu plano de pormenor, que deveria estar concluído no prazo de seis meses. Só que o mais complicado para o Executivo era que já em finais do ano passado prometera o mesmo, ou seja, que as obras das infra-estruturas da Malha 14 seriam reiniciadas em Outubro de 2007. No entanto, desde então, os moradores não viram evolução urbanística significativa no local assinalado e, para eles, a resolução da Malha 14 era um ponto-chave de ligação da Alta de Lisboa ao Lumiar. Convinha, por isso, que esse plano não vacilasse e, de vez uma vez por todas, fosse executado. -----

----- Depois, disse que a meio da página quatro, a propósito das Boas Práticas no urbanismo municipal, escrevia-se que a Comissão seria composta por três personalidades designadas pela Assembleia Municipal, mas na Assembleia até já sabiam, pela acta da proposta n.º 34/2008, que isso não era verdade, pois, em resposta a vários Vereadores que o interpelaram na Sessão de Câmara, o Sr. Presidente esclareceu que a Comissão era criada pela Câmara e os membros eram designados pela Câmara. Não havia por isso dúvidas que tinham ali na informação escrita mais uma gralha! Ou seriam os Deputados Municipais que não sabiam ler!? -----

----- Por outro lado, na página sete, era referido um acordo com os sindicatos, quanto ao recurso à arbitragem visando o enquadramento no Quadro de Pessoal contratado ao abrigo do Contrato Individual de Trabalho, mas como o Grupo Municipal do PEV o desconhecia, solicitavam que lhes fosse enviada cópia, bem antes de terminar o anunciado prazo de recurso para o Tribunal Arbitral. -----

----- Quanto à parte da informação dos serviços municipais, disse que pediam esclarecimentos sobre a cedência de terrenos no Alto do Lumiar à EPAD – Escola Profissional de Artes, Tecnologias e Desporto, uma escola que pertencia ao Grupo Lusófona, e que até tinha sede no n.º 9 do Largo do Leão. -----

----- E já que falavam de cedência de património, perguntava também por que não foram ainda cedidos os pavilhões da velha sede da EPUL, na Alameda das Linhas de Torres, a quem já por diversas vezes o requerera, como o Coral Lisboa Cantat sem condições dignas para ensaiar, a própria Junta de Freguesia e outras instituições que neles já manifestaram interesse por dinamizar o seu uso? -----

----- Disse que relativamente à matéria que se encontrava mencionada no topo da página catorze, pretendiam do Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento, muito simples mas objectivo, sobre os postos de abastecimento de combustível a atribuir ao Sport Lisboa e Benfica e ao Sporting Clube de Portugal, a localizar no Eixo Norte/Sul, na Av. Santos e Castro, Av. Gago Coutinho e/ou Av. Estados Unidos da América. Afinal quantos postos seriam, se já estavam autorizados e se lhes podia entregar uma planta com a sua localização exacta. -----

----- Numa pequena nota marginal, com base nos dados apresentados na página 29, disse que se referia “a receita total cobrada teve uma taxa de execução de 33% relativamente à orçamentada” pelo Executivo camarário, bem como as despesas que cresceram 26,1%, relativamente ao período homólogo de 2007, mas com certeza que o Sr. Vereador Cardoso da Silva estaria atento a esses números. -----

----- Também não entendiam, no rodapé da página 37, a execução de um estudo urbano para os terrenos do Lar Maria Droste, na fronteira entre Carnide e Telheiras. Então os terrenos eram do Estado, era o Ministério das Finanças que os estava a pôr à venda e era a Câmara Municipal de Lisboa que elaborava e pagava os estudos de planeamento urbano? -----

----- E mais à frente, na página 48, referia-se o famoso “Contrato Inominado”, e que se teriam realizado “n” reuniões de uma comissão paritária de coordenação, mas nada se dizia sobre as que teriam tido lugar com a SGAL ou se se procedera a audições aos moradores do Alto do Lumiar. Afloravam-se soluções provisórias de infra-estruturas, mas não se apontava qualquer calendarização. Talvez assim fosse fácil tentar pseudo-acalmar os moradores! -----

----- Por isso perguntavam se já procurara a Câmara promover uma discussão pública dos novos projectos em curso, publicitados, inclusive, na comunicação social pelo próprio Presidente da SGAL, apresentando-os às Assembleias de Freguesia e às Associações de Moradores locais? Por exemplo, podia o Sr. Presidente explicar-lhes por que era mais prioritária a construção de hotéis e de centros comerciais em vez da colocação da prevista esquadra da PSP no edifício construído para o efeito no topo da Av. Maria Helena Vieira da Silva, em vez da Divisão de Trânsito vinda de Santa Marta? Por que esses terrenos, nessa zona central da cidade, estava a referir-se a Santa Marta, seriam valiosíssimos? -----

----- Referindo-se ao relatório de outro Departamento, concretamente o de Ambiente e Espaços Verdes, perguntou por que apenas muito brevemente se aflorava o Viveiro da

Quinta da Pimenteira e onde estavam os dados estatísticos dos restantes viveiros da Câmara. Ou seria que desfaleceram por inacção prolongada? -----

----- Quanto à área do desporto, perguntou qual o ponto de situação da construção do polidesportivo junto ao Eixo Norte/Sul, no Lumiar, e de um hipotético pavilhão “Open Play” – o que seria que isso significava? – para a Av. Padre Cruz, como também a requalificação da piscina do Campo Grande, e, mais uma vez, para quando pois nada estava calendarizado. -----

----- Sobre a recente realização do Rock in Rio disse que se referia “as contrapartidas para o Município que os Senhores Deputados tão bem conhecem”. Ora, aí, e mais uma vez, “Os Verdes” viam-se obrigados a discordar do modo e dos factos apresentados quando se falava nesse festival, e, assim, gostariam de terminar com as seguintes questões: -----

----- Qual o valor da isenção de que a entidade promotora beneficiara, e se as contrapartidas, 400 mil euros por cada edição, tendo em conta os encargos da Câmara com o evento, seriam suficientes para a cidade, para a freguesia e também para a reabilitação do parque em si, e, ainda, onde estava o relatório de avaliação das edições anteriores, para interpretar se o que estava previsto foi ou não cumprido. -----

----- Sobre o Campo de Tiro, perguntou para quando a sua saída definitiva de Monsanto e porquê tanto silêncio sobre esse assunto, interrompido apenas pelos tiros que ecoavam no parque? -----

----- Quanto à Direcção de Cultura, disse que gostariam de endereçar os parabéns à Sra. Vereadora Rosália Vargas pela recente renovação do protocolo com a Escola de Música do Conservatório Nacional, que já estava a dar frutos com a realização de excelentes concertos públicos, quer no Teatro Municipal de S. Luís, quer nos claustros do Ministério das Finanças. -----

----- E, por fim, disse que desejavam colocar uma questão sobre um problema que se vinha arrastando na cidade e que tinha a ver com as bibliotecas itinerantes. Na página 107, para além do encerramento da Biblioteca Sophia de Melo Breyner, os serviços destacavam a reactivação do serviço de Bibliotecas Itinerantes com novos itinerários em circulação. Mas tinham aí um problema que, para quem não soubesse, esclareciam. -----

----- É que o Serviço de Bibliotecas Itinerantes começara em Lisboa em 1961, as suas ex-três viaturas (porque agora eram só duas, e uma delas era, felizmente, nova) já circularam e estacionaram, quinzenalmente, em vinte locais da cidade, mas se hoje consultarem o sítio da Câmara Municipal de Lisboa na Internet, lá se diz que eram agora treze locais. Só que até esse número era falso! “Os Verdes” tinham cópia do calendário actual, que cobria apenas dez locais, isto é, apenas metade do que cobria há alguns atrás. -----

----- Mas o pior de tudo, era que a renovada cobertura das freguesias abandonara os bairros sociais com maiores dificuldades económicas e de acesso à cultura, passando a cobrir a Praça do Oriente, duas zonas da Parque Expo, a Alameda Afonso Henriques e o Centro Comercial Fonte Nova, que, pelas estatísticas, não eram, com certeza, os

locais com mais elevada taxa de leitura. Eram essas as preocupações sociais deste Executivo? Iria ser esta situação rapidamente invertida? -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que esperava que esta sua curta intervenção fosse ouvida pelo Sr. Presidente da Câmara com alguma atenção, na medida em que até agora não o fizera, nomeadamente quando falara o líder da bancada do seu próprio partido. -----

----- Mas em relação ao líder da bancada do PS, que mais uma vez não estava presente, achava que ele continuava com o mesmo estilo e a mesma forma de atacar, de maneira acintosa, o PSD, não se revendo ele próprio naquilo que era o seu relacionamento, como todos sabiam, com outros órgãos do próprio PS, nomeadamente com outros órgãos de responsabilidade executiva. Ele que olhasse para o espelho e que não viesse para ali sistematicamente atacar o PSD, que naturalmente esteve num processo de eleição, estava num processo de renovação, e onde, pela liberdade que todos tinham, obviamente podiam optar por uma ou outra candidatura, como aliás acontecera no PS não há muito tempo. -----

----- Portanto, o Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho que tivesse mais tento na língua, que não insultasse tanto o PSD porque senão ainda lhe podia cair em cima alguma coisa de que não gostasse. -----

----- Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que ele também falara de anteriores Presidentes dizendo que andaram a choramingar, que eram umas carpideiras, etc., termos que também não eram os mais adequados para um Presidente de Câmara se referir aos seus antecessores. Naturalmente ninguém ali diria que eles fizeram sempre o melhor porque havia sempre situações que não eram as mais positivas, as pessoas não conseguiam ter êxito em tudo na vida como também o Sr. Presidente da Câmara não tem tido e se calhar não iria ter, e, portanto, era preciso que se referisse com algum cuidado e com alguma consideração àqueles que deram tudo o que puderam pela Cidade de Lisboa. -----

----- Sobre a informação escrita disse que era de gargalhada. O Sr. Presidente fizera ali um discurso eloquente sobre coisas perfeitamente fantasiosas que teria desenvolvido, mas depois iam ler a informação escrita e não se via nada disso. Era só de gargalhada. Enfim, “foi tempo de receber”, o “Município atribuíra”, quer dizer essa é que era a actividade de uma Câmara que tinha 17 Vereadores, cerca de 10.000 funcionários e não sabia quantos Directores Municipais. -----

----- Ou seja, em dois meses a actividade da Câmara foi entregar uma chave ao Sr. Dr. José Manuel Durão Barroso; foi tempo de cultura e houve um festival de cinema, que nem sequer foi organizado pela Câmara; que se prestara homenagem às vítimas da intolerância; que foi tempo de cidadania e se desenvolvera um protocolo com a Associação Salvador; que foi tempo de desatar nós e então o nó que se desatara foi a entrega das novas instalações ao Grupo Dramático Ramiro José e, como se sabia, colectividades em Lisboa existiam cerca de 600; foi tempo de procurar o futuro e esse futuro foi a promulgação pelo Senhor Presidente da República do problema da zona ribeirinha, que, como ali já foi demonstrado pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, não era tanto assim como o Sr. Presidente referira. -----

----- Depois, em relação a um conjunto de acções que se referia terem sido desenvolvidas, disse que projectos de regulamentos municipais disto, daquilo e daqueloutro, ele, que já estava na Assembleia Municipal há uns anos, podia dizer que já se fizeram quinhentos, e quinhentos regulamentos em que depois se via que uns iam dando alguma coisa mas a seguir verificava-se que afinal não era tão bom como queriam, e normalmente a burocracia, os problemas, as demoras e as queixas mantinham-se permanentemente. -----

----- E o Sr. Presidente da Câmara estava a embandeirar em arco porque foi desenvolvido um projecto de regulamento, nem sequer foi um regulamento, mas isso, de facto, era muito pouco para quem tinha a ambição de se candidatar de novo à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Por outro lado, o Sr. Presidente, ou porque não tinha conhecimento ou porque lhe deram mal as informações, fazia alguma confusão relativamente à Comissão para a promoção de Boas Práticas. Pediu que os Deputados Municipais se dessem ao trabalho de olhar com algum cuidado para o diálogo havido na Câmara Municipal sobre a proposta de criação dessa Comissão, mas que não se rissem muito porque isso podia incomodar o Sr. Presidente. -----

----- E o que era que o Sr. Presidente pretendia com essa matéria? Única e exclusivamente dar alguma satisfação à Sra. Presidente da Assembleia Municipal! Era a única preocupação que ele tinha, porque não estava minimamente interessado em resolver verdadeiramente os problemas. E o que era fundamental era desenvolver acções que visassem o aceleração dos processos, a desburocratização dos sistemas, a transparência das acções, a comunicação com o cidadão, mas nada disso estava a ser feito. E se mesmo essa Comissão, de acordo com o regulamento que tivera oportunidade de ver, iria ter imensa dificuldade para ter acção, muito menos a Assembleia teria capacidade para monitorizar todos aqueles processos. Só se instituíssem ali algum sistema profissional para o fazer, porque não estava a ver os seus queridos amigos da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade a estar ali 24 horas sobre 24 horas a analisarem todos os processos que eventualmente a Comissão de Boas Práticas iria levantar junto do Urbanismo. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara falara muito das bicicletas e queria que ele os informasse quem foi que fizera a base do concurso para a instituição das bicicletas em Lisboa, se foi alguma entidade ou alguma empresa, porque naturalmente a Câmara e o Sr. Presidente não tinham experiência sobre essa matéria. -----

----- Referiu que sabia que a Madona se ia exhibir em Lisboa no mês de Setembro, e desejava saber como era a questão das taxas visto que à Assembleia Municipal ainda não tinha vindo nada. Seria que depois desse espectáculo, a exemplo do que acontecia com a maioria das isenções de taxas que agora vinham à Assembleia já referentes a quatro/cinco meses atrás, também esse apareceria lá para Novembro ou Dezembro? ---

----- Seguidamente, disse que quanto aos Jogos de Lisboa tinha alguma responsabilidade nisso porquanto foi ele próprio que os lançara em 1986/87. Durante os quatro anos que tivera a responsabilidade desse Pelouro eles desenvolveram-se de forma eficaz e com o apoio de todas as Juntas de Freguesia, e depois, nomeadamente

por acção do PCP, era justo dizê-lo, durante os mandatos da coligação de esquerda desenvolveram-se todos os anos, com ligeiras alterações em relação ao que eram no passado, mas, de qualquer maneira, com todo o mérito foram prosseguidos. -----

----- Recordou que nos mandatos anteriores muitas vezes pedira ao Executivo camarário para recomeçar com os Jogos de Lisboa, na medida em que eles já envolviam dezenas de milhar de crianças durante quase todo o ano. E essa era, em muitos casos, a única forma de alguns jovens menos protegidos em termos de aptidão física e menos protegidos financeiramente poderem praticar desporto, porque quem tinha aptidão física ia naturalmente jogar para o Manchester ou para o Benfica, e quem não tinha aptidão física e não tinha dinheiro não tinha hipóteses de praticar desporto porque o pai não o podia pôr na escola de ténis ou na escola de futebol. Portanto, com o apoio de muitos milhares de voluntários, essa era a única forma de milhares e milhares de crianças durante um ano inteiro poderem praticar desporto. ----

----- Isso foi elogiado por toda a cidade, foi reconhecido por todos os partidos políticos, pessoalmente insistira muito durante os mandatos anteriores, o Sr. Presidente da Câmara, segundo já lhe disseram, prometera que este ano iria reiniciar os Jogos de Lisboa, mas, porque até agora não viram nada, perguntava se efectivamente era intenção da Câmara lançar os Jogos Desportivos da Cidade de Lisboa, com essa designação ou com outra parecida. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a Mesa informava, no que dizia respeito à Comissão de Boas Práticas, o seguinte: -----

----- 1. Foi consenso de todas as forças políticas na Assembleia Municipal de que a Comissão de Boas Práticas não seria criada na Assembleia Municipal, porque não faria sentido criar num órgão de funcionamento intermitente um órgão de funcionamento permanente. -----

----- 2. O sistema de monitorização foi proposto a todas as forças políticas com prazo para se pronunciarem sobre o mesmo, e sobre o qual todas as forças políticas concordaram. -----

----- Portanto, foi um modelo que merecera o consenso de todas as forças políticas em dois pontos: não criação da Comissão porque na Assembleia seria impossível funcionar; e o sistema de monitorização foi atempadamente objecto de consulta e consensualizado com todas as forças políticas. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Ferreira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que relativamente à informação escrita desejava referir dois aspectos: um no domínio urbanístico, outro sobre os equipamentos sociais.

----- Em relação ao domínio urbanístico, começou por dizer que bem gostaria, no caso que ia citar, de estar em igualdade de circunstâncias com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, porque a Câmara Municipal decidira dar início à elaboração do plano de pormenor da Malha 14 do PUAL – Plano de Urbanização da Alta de Lisboa, que precisamente se situava na Freguesia do Lumiar e que previa a conclusão desse plano de pormenor para daqui a seis meses. -----

----- É que a Freguesia da Charneca, que estava ali ao lado, aguardava há muito tempo pela elaboração do plano de pormenor, obrigatório, para a zona da Charneca

antiga, que tanta falta fazia como factor *sine qua non* de desenvolvimento e de fixação das populações, e por isso estava com um bocadinho de “inveja”. -----

----- Mas, de qualquer maneira, o PS congratulava-se com o dinamismo revelado pela Câmara Municipal de Lisboa em geral, e neste caso específico em relação ao Sr. Vereador Manuel Salgado, que conseguira imprimir um determinado ritmo à Unidade de Projecto da Alta de Lisboa do qual esperavam resultados próximos, porque eram muito urgentes. -----

----- Passando ao domínio dos equipamentos sociais, disse que desejava salientar o equipamento social da Charneca que se destinava a centro-de-dia para idosos, apoio domiciliário e duas creches, que se encontrava numa situação de impasse a vários níveis, financeiro e outros, sendo os mesmos impeditivos da prossecução dos trabalhos com vista à sua abertura e funcionamento. -----

----- Mas uma vez mais, da colaboração estabelecida com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa resultara o desbloquear dessa situação constrangedora em que as duas entidades proporcionaram os devidos contributos, assim possibilitando o início das obras infra-estruturais do espaço envolvente ao dito edifício que estavam a decorrer envolvendo diversos meios humanos e materiais. -----

----- A propósito, referiu que o próprio comércio local já manifestara agrado pelo movimento acrescido que essas obras implementaram, o que era um sinal da tão desejada revitalização, e que também esta teria uma evolução positiva com a entrada em funcionamento desse equipamento social. -----

----- Disse que acreditavam que essa estrutura representava um bom desenvolvimento local, desde as infra-estruturas viárias às habitacionais. Aproximava-se a data da abertura e desejava expressar, nomeadamente ao Sr. Presidente da Câmara e à Sra. Vereadora Ana Sara Brito, o reconhecimento da autarquia, ciente de representar o sentir da população. Era uma obra muito meritória e, de facto, como todos sabiam o edifício que existia antes estava parcialmente feito mas mesmo a parte que estava feita não estava paga, e, portanto, foi necessário um jogo de cintura muito grande para se conseguir que a Santa Casa da Misericórdia assumisse pagar as dívidas e dar continuidade à obra para iniciar proximamente, como se esperava, a exploração. -----

----- Portanto, estava de parabéns também, nesse domínio social, a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Cecília Sales (PCP)**, no uso da palavra, disse que leu atentamente a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, como ouvira também há pouco a enumeração dos vários projectos para a cidade, mas o que ia referir eram situações muito locais da Freguesia de Santa Maria dos Olivais, que vinham preocupando a população da freguesia, uma freguesia com grande extensão geográfica e populacional, com vários bairros de construção variada e moradores socialmente diversos. -----

----- Em primeiro lugar, referia a situação em que se encontrava o núcleo histórico dos Olivais Velho, encravado entre a Av. Infante D. Henrique, a Gare do Oriente e a Avenida de Berlim. As regras urbanísticas impostas pelo plano de pormenor deveriam ser respeitadas e continuadas por forma a preservar as características históricas

daquele núcleo, o que não acontecia neste momento já que havia habitações degradadas e abandonadas, zonas envolventes transformadas em lixeiras, situação que estava a desfigurar um local de grande valor histórico para todos os olivalenses. -----

----- Portanto, a intervenção urgente da SRU Oriental ou da EPUL, com base no levantamento dos prédios devolutos, iria certamente contribuir para dignificar o núcleo para que Olivais Velho não perdesse esse património histórico que era parte da sua identidade. -----

----- Falando ainda em habitação e espaço público, disse que não podia deixar de referir, em campos opostos, o bairro de realojamento da Avenida Bensaúde, com apenas cinco anos de existência, que era considerado, desde o início, como um bairro de risco. E tendo a opinião que o meio ambiente contribuía grandemente para o comportamento social das pessoas, não era aceitável abandonar assim os moradores e permitir que vivessem nessas tão precárias condições de habitabilidade, com as casas com interiores e exteriores degradados, com elevadores e caixas de correio destruídos, lixos na ruas e nas áreas circundantes às habitações. Enfim, um verdadeiro cenário de abandono e desleixo. -----

----- E aí o papel da GEBALIS era o mais negativo possível, limitando-se quase exclusivamente ao recebimento das rendas, não ouvindo e não atendendo as inúmeras queixas dos moradores. -----

----- Disse, ainda, que não podia deixar de referir a degradação das escolas dos Olivais, nomeadamente a Escola Básica 113, na Alameda da Encarnação, que há cerca de vinte anos aguardava obras de requalificação, e a Escola Básica 183, Almada Negreiros, em Olivais Sul, que aguardava, também há anos, uma requalificação dos recreios, dos espaços exteriores, do ginásio e do edifício da escola. Esta escola foi visitada em Abril último pela Sra. Vereadora da Educação, com a promessa de que iria ser a primeira escola da cidade a ser recuperada, no âmbito de um acordo com os espaços verdes. Só não sabiam era qual o ano de que se falava. -----

----- E falando em promessas, relembra a promessa feita no dia 3 de Janeiro deste ano, na Sessão Pública Descentralizada da Câmara, realizada nos Olivais, onde o Sr. Presidente informara que a primeira fase da requalificação do Complexo Desportivo dos Olivais, teria início em Março de 2008, mas até agora nada viram que comprovasse essa promessa. E a degradação do espaço era mais que evidente com as consequências de abandono e risco que tal provoca. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Santos (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, no uso da palavra, começou por dizer que queria dar os parabéns ao Sr. Presidente pela excelente intervenção que hoje ali fizera acerca do trabalho realizado pela Câmara nos últimos dois meses. -----

----- De facto, quando estava a ouvir essa intervenção, sentado na sua bancada, lembrara-se de uma frase de um célebre americano que referira que tudo aquilo que a mente concebe e o homem realmente acredita, ele consegue fazê-lo. Mas depois reparara numa coisa, é que o Sr. Presidente não estava a acreditar naquilo que estava a dizer. Portanto, fazê-lo iria ser um bocado complicado. -----

----- Depois, relativamente à informação escrita dos serviços, disse que havia uma parte que falhava, ou seja, em relação à organização dos arraiais de Lisboa que foram feitos pela Câmara não estava nada mencionado, assim como na parte do Departamento de Espaços Verdes também nada se dizia sobre as licenças de ruído que foram emitidas para os arraiais. -----

----- E, a propósito, era interessante referir que o arraial de Campolide era o único que tinha apenas dez noites de música, quando os outros tinham 21 a 28 noites, e não sabia porquê até porque tinha onze contratos com músicos e conjuntos musicais que queriam ser indemnizados já que não iam tocar porque a Junta não tinha licença de ruído. -----

----- Disse que em Abril fizeram um estudo sobre o Bairro da Liberdade, na zona de risco, nos números 120, 126 e 129, e nesse mesmo mês a Câmara enviara três cartas a três moradores do bairro a dizer-lhes para voltarem às suas casas, sendo que essas casas estavam completamente destruídas. É que em vez de irem ao n.º 186, 183, portas 2, 3 e 4, foram aos números 120, 126 e 129 que a Junta sabia que estavam a ruir já há muitos anos. -----

----- Sobre o protocolo para o Movimento Social para Idosos de Campolide, disse que ainda estava para saber se o centro-de-dia iria ser para a Junta ou não, porque pensara que ele iria ser gerido pela Junta de Freguesia conjuntamente com uma IPSS, mas afinal parecia que ele era para a Santa Casa da Misericórdia. Inclusivamente hoje foi informado que ele iria abrir no dia 15 de Julho, o que certamente não estaria correcto porque seria formalmente avisado se isso acontecesse. -----

----- Portanto, pretendia saber se o centro-de-dia era efectivamente para a Santa Casa ou se também poderia ser para as pessoas de Campolide para o qual foi efectivamente criado. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que ouviu o Sr. Presidente da Câmara referir, na intervenção que fizera para a apresentação deste ponto, que o Executivo anterior não soubera aproveitar as verbas do casino porque não fizera projectos, mas que neste momento a Câmara estava em condições de aproveitar essas verbas para fazer obra tendo em conta que elaborara e apresentara projectos. -----

----- E quando começara a ouvir referir esses projectos que se fizeram, pensara que o Sr. Presidente da Câmara iria falar também da sua freguesia uma vez que existiam alguns para lá já há alguns anos, como era o caso do projecto do Parque Urbano do Rio Seco, o projecto da construção do Pavilhão Gimnodesportivo do Rio Seco, o projecto da requalificação da José Paulo Fernandes, portanto uma série de projectos que já estavam elaborados desde 2001 mas que nunca saíram da gaveta, talvez por vontade política do Executivo anterior o que várias vezes contestara na Assembleia dizendo que para a Câmara Municipal de Lisboa a Freguesia da Ajuda estava esquecida. -----

----- Tinha a esperança que com este Executivo a Freguesia da Ajuda passasse a contar para a Câmara Municipal, e, portanto, tendo em conta que já havia verbas disponíveis para se fazer obras na cidade, tendo em conta que elas antes não se

fizeram por falta de projectos, desejava que o Sr. Presidente da Câmara aproveitasse os projectos que já foram feitos pelos serviços da Câmara, nomeadamente aqueles que referira e outros ainda como o Logradouro da Travessa do Moinho Velho, o Logradouro da Rua Teresa à Rua João de Castilho, enfim tudo projectos elaborados pela Câmara que estavam à espera de verba ou de vontade política para os concretizar.

----- **O Deputado Municipal Afonso Costa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente fizera a apresentação da sua informação escrita de forma eloquente, era um grande tribuno era verdade, um grande orador, congratulava-o desde já e sem qualquer ponta de ironia quando sua iminência o Dalai Lama lhe dera o mesmo contributo, era verdade que era um grande orador, no entanto sobre a informação escrita foi muito pouco. -----

----- Entregara ao Dr. Durão Barroso as Chaves da Cidade, achava muito bem, mas poderia pôr também na informação escrita que recebera o vencedor da Taça de Portugal, o Sporting Clube de Portugal, o que se calhar também melhorava um bocadinho a informação, que era parca. -----

----- No entanto, porque a hora ia avançada colocava apenas duas ou três questões ao Sr. Presidente da Câmara relativamente à sua freguesia e uma ou outra do resto da cidade. -----

----- Começou então por dizer que o Sr. Presidente da Câmara, juntamente consigo, pintaram a primeira passadeira deste mandato. Ficara muito grato por ter sido na sua freguesia, mas desejava saber quantas passadeiras foram pintadas na cidade, porque em São João apenas foi pintada aquela, quando ao lado, junto da Escola António Arroio, havia outra que necessitava de pintura. Na altura disse isso ao Sr. Presidente, ao Sr. Vereador, ao Sr. Director Municipal e possivelmente às pessoas da empresa que não sabia se estavam lá ou não. Os jornalistas ouviram, mas a verdade era que a passadeira não foi pintada, e ainda há pouco o Deputado Municipal do CDS-PP, referira que na escola 15, na Calçada das Lajes, também não foi pintada a passadeira. -

----- Na escola 142 a passadeira também não foi pintada, na escola 189 não falava porque ela foi suspensa, mas perguntava para quando o arranque da Unidade de Projecto de Chelas, para quando o Vale de Chelas ficar desenvolvido outra vez, e queria saber se essa obra tinha realmente importância neste mandato. E isso era importante porque estavam ali a morar cerca de duas mil pessoas em condições impróprias, algumas dessas situações eram do conhecimento dos Srs. Vereadores porque conheciam a zona, os vários partidos visitavam-na também e sabiam que aquilo era uma demonstração da forma como não se podia nem devia viver. -----

----- Portanto, os moradores tinham o direito de saber se a Câmara tinha ou não capacidade para arrancar com essa obra, porque estar nesse limbo de arrancar ou não arrancar para eles era complicado. O estaleiro estivera montado, foi retirado há cerca de seis meses e efectivamente desejava saber se arrancava ou não. -----

----- Sobre o Forte de Santa Apolónia, disse que a Sra. Vereadora Helena Roseta apresentara uma proposta, desde já lhe agradecia a simpatia de ter mandado o seu assessor telefonar para a Junta porque consigo fizera a alteração dessa sua proposta que foi aprovada em Sessão de Câmara, pelo que perguntava para quando a solução

do Forte de Santa Apolónia. Sabia que o Sr. Presidente só chegara à Câmara há cerca de nove meses e esta questão já vinha de trás, mas agora era ele que governava a cidade e era a ele que tinha que perguntar sobre essa matéria. Não era com certeza ao Prof. Carmona Rodrigues, ao Dr. Santana Lopes, ao Dr. João Soares e muito menos ao Dr. Jorge Sampaio ou ao Eng.º Nuno Abecasis. -----

----- Passando a questões de âmbito da cidade, disse que junto à Av. D. Carlos, por trás do IADE, existia um parque de estacionamento. Não sabia se era privado, se era público, sabia que no início do mandato foi para lá um stand de automóveis, que era a Feira do Carro Usado que ficara lá muito tempo, hoje não passara por lá não sabia se ainda se encontrava lá ou não, mas desejava saber se aquele espaço era para ser um stand de automóveis ao ar livre, ou se era para ser um espaço de utilização para os utentes da cidade, numa zona que tinha falta de estacionamento, principalmente de noite já que era uma zona de divertimento nocturno e os jovens não conseguiam estacionar ali porque estava lá um stand de automóveis. -----

----- Se calhar noutros tempos ouviriam algumas forças políticas questionar quem recebera mas não era isso que lhe interessava. O que queria saber era a razão por que aquele stand estava ali, até quando lá iria estar e se a Câmara tinha algum proveito com ele. -----

----- Continuando, disse que o Vale de Santo António estava totalmente paralisado. Há pouco falaram ali das torres do Alto da Eira, sabia e na altura informara o Sr. Vereador Sá Fernandes que a reabilitação do Jardim da Parada do Alto de São João só faria sentido com o avanço do projecto do Vale de Santo António, porque transformar a Parada do Alto de São João não num jardim mas sim num parque de estacionamento não fazia qualquer sentido. -----

----- E se a EPUL ia ali construir um silo não fazia sentido que se estivesse a reabilitar esse jardim, apesar de constar daquele famoso programa de espaço público e espaço verde que foi elaborado pela Câmara sem ouvir as Juntas. Aliás, ele próprio esteve lá e foi dos primeiros a sair porque se sentira ofendido enquanto eleito na sua freguesia porque entendia que merecia o mesmo respeito que qualquer eleito da cidade merecia. Sentira-se ultrajado e não ficaria bem com a sua consciência se não o disse ali. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente disse que ia acabar em três meses com o estacionamento em segunda fila, pelo que desejava saber o ponto da situação sobre essa matéria, se isso estava ao não a avançar. -----

----- Disse, ainda, que tem o mesmo apelido do Sr. Presidente da Câmara, e quando as pessoas viam no jardim da Praça Paiva Couceiro, cuja manutenção era da responsabilidade da Junta de Freguesia, quatro homens a regar o jardim com uma mangueira que não deitava água diziam “a culpa é do Costa”, passava pela Rua Morais Soares e não conseguia estacionar o carro e as pessoas diziam-lhe “a culpa é do Costa”, ia para a Quinta do Lavrado onde não havia equipamento social nem havia nada, e “a culpa é do Costa”, ia ao Forte de Santa Apolónia e “a culpa é do Costa”, ia a todo o lado e “a culpa é do Costa”. Bom, era do Costa sim, mas não era do Afonso Costa, era do António Costa! -----

----- A terminar, disse que era muito fácil governar com dinheiro e muito difícil governar sem dinheiro, mas era sem dinheiro que se mostrava quem sabia ou não sabia governar. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que, como era evidente, não ia responder a todas visto que o tempo não o permitia. Mas desejava responder a algumas delas, e começava pelos Deputados Municipais do PSD, Saldanha Serra e Victor Gonçalves, e também pelos Presidentes de Junta, que alguns deles hoje tiveram a frontalidade de dizer ali o que só costumavam escrever nos boletins das suas freguesias. -----

----- Em primeiro lugar, agradecia que tivessem percebido que de facto estavam com energia, e estavam com energia porque tinham muita confiança naquilo que tinham para fazer e na capacidade que tinham para fazer. -----

----- Disse, dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, que tudo o que se fazia um dia foi projecto e antes de ser projecto foi ideia, porque quando assim não era é que as coisas corriam para o torto. Era por isso que a cidade estava cheia de prédios entaipados, megas empreitadas que foram lançadas sem projecto e, portanto, não realizaram obra nenhuma, só serviam para propaganda, para conspurcar a cidade no estado em que ela ficara paralisada e estarem agora a ter de renegociar para relançar obras que há muitos anos deveriam estar feitas e concluídas. -----

----- Era por isso que efectivamente trabalhavam em projectos, e antes dos projectos faziam mesmo os planos porque não estavam na ânsia de fazer por fazer, estavam na ânsia de fazer bem e era isso que iriam fazer. Passo a passo, era assim que iriam executar. -----

----- E se queriam comparar o estado da Câmara hoje com o estado da Câmara há um ano atrás, conviria que tivessem bem a noção do que era o descabro financeiro em que a Câmara se encontrava, a incapacidade de decisão política que existia e como a Câmara se afundava em sucessivos escândalos. -----

----- E vinha o Sr. Deputado Municipal agora falar ali da sindicância!? O Sr. Deputado Municipal conhecia bem o que era que estavam a fazer com a sindicância, conhecia bem os regulamentos que estavam a fazer que eram essenciais para que os escândalos não se repetissem. Sabia bem também o que estavam a fazer para que a Câmara decidisse sobre a reorganização dos serviços, como sabia bem o que estavam a fazer para repor a legalidade quanto às ilegalidades que foram apuradas na sindicância. -----

----- Depois havia outra matéria que os transcendia, mas estava uma Sra. magistrada do Ministério Público a instruir os sete processos disciplinares que foram instaurados na sequência da sindicância, tinham uma equipa da Polícia Judiciária instalada permanentemente na DMGU a investigar vários ilícitos que havia suspeita que aí tivessem sido cometidos, tinham outra equipa da Polícia Judiciária instalada fisicamente na Direcção Municipal de Habitação a investigar as suspeitas de ilícitos nessa Direcção Municipal, tinham mais equipas da Polícia Judiciária que semana sim semana não iam à GEBALIS investigar suspeitas de ilícitos, e mais outra equipa da Polícia Judiciária que semana sim semana não ia à DMGU investigar os outros

processos que não foram invocados pelo DIAP no âmbito dessa Direcção Municipal. Mas isso, evidentemente, era uma actividade que os transcendia absolutamente, pelo que se limitavam simplesmente a confiar nas autoridades para que desenvolvessem as investigações que tivessem que fazer. -----

----- Agora, havia uma ambição que tinha, isso tinha! Era que no termo do seu mandato não ficasse esse lastro de actividade judiciária de investigação relativamente à actividade municipal. Essa, estava certo, era uma ambição de todos os Deputados Municipais, a começar pelo Deputado Municipal Saldanha Serra certamente. -----

----- Quanto à pergunta do Deputado Municipal Saldanha Serra sobre como estavam as dívidas, disse que bastava olhar para a execução, estavam a ser executadas e a ser pagas, a Câmara já pagara mais de 160 milhões de euros. À custa do empréstimo? Não, porque, como sabia, o Tribunal de Contas entendera não autorizar o empréstimo à Câmara Municipal de Lisboa. E sabia como era que tinham pago a dívida? Tinham pago recorrendo à tesouraria, o que significava retirar disponibilidade de execução de obra para se pagarem as dívidas! O que pensava o Deputado Municipal Saldanha Serra que ele preferiria, estar a fazer obra ou a pagar as dívidas que deixaram na Câmara? Bom, fazia aquilo que lhe cumpria fazer, pagava as dívidas com sacrifício da obra! -----

----- Mas as Sras. e os Srs. Deputados Municipais, que gostavam tanto de teorizar sobre a situação do Município, quando se propunha o aumento da receita votavam contra, quando se propunha a diminuição da despesa votavam contra, quando a Câmara tentava diversificar as receitas também achavam mal, só não votavam contra porque não as punha à votação. -----

----- Agora, não havia aí milagres! A Câmara tinha 500 milhões de euros de dívidas a curto prazo a fornecedores ... -----

----- A um aparte respondeu: “Não diga disparates, o Tribunal de Contas não disse nada sobre isso. O Tribunal de Contas limitou-se a dizer que Plano de Saneamento Financeiro não era suficientemente detalhado. Não dizia quantas pessoas era que se despediam, onde era que se despediam, que serviços fechavam. Foi isso que o Tribunal de Contas disse, basta ler o acórdão”. -----

----- Prosseguindo, disse que o Deputado Municipal Saldanha Serra falara ali de cor em matéria de bombeiros, dissera que tinha um documento mas que não o mostrava. Tivera até a indelicadeza de lhe dizer que só lho mostrava à distância, parecia que tinha medo que ele, como naqueles filmes policiais, pegasse no papel e o comece para eliminar a prova, mas o Deputado Municipal Saldanha Serra podia ficar tranquilo porque ele nem comia criancinhas ao pequeno almoço nem papeis há hora de jantar. --

----- Portanto, de todas as perguntas que ali fizera sobre essa questão só havia uma a que ia responder porque era a única que tinha condições para responder, porque o resto era absolutamente delirante. Mas havia uma coisa que lhe dizia, era que se algum dos quartéis fosse sugerido para condomínio de luxo dava muito jeito porque a Câmara estava a precisar de realizar receita com a alienação de património. Não lhe ocorrera essa ideia em relação a nenhum dos quartéis dos bombeiros, mas se tinha essa ideia e o tal documento sugeria algum, que a desse que isso só lhe agradecia. -----

----- Mas disso tudo só havia uma coisa que era verdade. É que, efectivamente, estava a substituir o comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros, que tomaria posse muito brevemente, assim que o Chefe do Estado Maior do Exército o disponibilizasse. Tratava-se do tenente-coronel Leitão, segundo comandante nacional das operações de socorro, um homem com provas dadas em funções de comando e em funções de comando de operações de socorro, e que lhe parecia uma pessoa absolutamente qualificada para o exercício dessa função. E como lhe competia a si nomear, era a ele que iria nomear. -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal João Saraiva, disse que ele teorizara ali sobre a Praça das Flores, mas era um facto que as pessoas falavam ali sobre a Praça das Flores porque não foram lá, quem as ouvisse até era capaz de pensar que essa praça estava vedada, que se construía lá uma espécie de Muro de Berlim para que se impedisse a entrada. Estavam enganados! Não estava lá Muro de Berlim nenhum, nem muro das flores e, portanto, não era verdade que não se tivesse acesso à Praça das Flores. -----

----- Havia uma coisa que era verdade! A Câmara cedera a Praça das Flores para o lançamento de um evento que só por si julgava da maior importância: a vinda de 5.000 pessoas de todos os pontos do mundo para o lançamento mundial de um produto, era algo muito importante para a promoção internacional de Lisboa, acrescentando, ainda, um outro benefício importante para a cidade que era a requalificação de uma praça que precisava ser requalificada. -----

----- Por isso, perguntava aos Srs. Deputados Municipais o seguinte. Se a Câmara fosse fazer a obra que lá foi feita quanto tempo teriam a praça fechada para a realizar? Já não dava o exemplo catastrófico da anterior gestão que tivera dois anos o Jardim de São Pedro de Alcântara fechado para tentar realizar uma obra que não foi capaz de realizar. Todos sabiam que para realizar uma obra os jardins eram fechados, e o tempo que o jardim da Praça das Flores ia ficar fechado, parcialmente e durante alguns períodos do dia, era um tempo muito inferior àquele que estaria se a Câmara estivesse a fazer a obra que lá estava a ser feita. Mas a partir do próximo dia 20 poderiam ir lá e verificar como valera a pena esse investimento na Praça das Flores. -----

----- Seguidamente, disse que o Deputado Municipal Heitor de Sousa lhe chamara a atenção para aquilo que considerara serem alguns lapsos da sua intervenção. De facto, não falara da terceira travessia do Tejo porque não tinha rigorosamente nada a dizer sobre isso para além daquilo que disse na Assembleia Municipal, há cerca de 15 dias, num debate específico que ali se realizara sobre a matéria. Havia um grupo de trabalho que estava a trabalhar, havia um conjunto de questões, que aliás ali enunciara nessa altura, que colocaram ao Governo, estavam a ser estudadas e até haver algo de novo não tinha mais nada a dizer sobre essa matéria, a não ser aguardar. -----

----- Quanto ao processo de orçamento participativo, duas questões. Primeiro, quanto ao ano passado poderia ter sido mau, mas recordava-se que o que foi aprovado no ano passado foi uma proposta que o BE apresentara na Câmara. E dizia, em defesa do BE se assim lhe permitia, que foi uma proposta correcta e adequada, porque não pretendia

ser o que não era, mas pretendia ser um ensaio, um primeiro passo, um contributo para haver algum debate público em torno da elaboração do orçamento. -----

----- Neste momento a Sra. Directora Municipal dos Serviços Centrais estava a concluir uma proposta de deliberação de Câmara, de acordo com o calendário que a Câmara lhe definira e tendo por base dois documentos que foram apresentados, um pelo Sr. Vereador Sá Fernandes, outro pela Sra. Vereadora Helena Roseta, que têm trabalhado com a Sra. Directora Municipal e, de acordo com o calendário que tinham, até ao final deste mês iria a reunião de Câmara o que tinha de ir para poderem lançar o processo de orçamento participativo para o próximo ano. -----

----- No que dizia respeito ao programa do Parque Mayer, disse que neste momento ele estava definido de acordo com o debate público, e o que estavam neste momento a escolher era a equipa final. Havia cinco equipas que foram pré-seleccionadas a quem foi dado um programa, e até ao final de mês de Julho teriam de apresentar à Câmara as suas propostas finais, com base nas quais a Câmara seleccionaria aquela que deveria ser desenvolvida em plano de pormenor e com base na qual elaboraria os termos de referência de elaboração desse plano de pormenor. -----

----- Quanto ao programa que foi definido, disse que ele reduzia significativamente a área de construção relativamente aos 39.000 m² que anteriormente eram possíveis, foi decidido um programa com o máximo de construção de 32.000 m², o qual previa, para além do Teatro Capitólio, obrigatoriamente pelo menos mais um teatro, pelo menos mais um outro espaço cultural, e depois mais um conjunto de áreas comerciais de natureza diversa e uma unidade hoteleira. -----

----- Lembrou que hoje falara ali do programa das bicicletas partilhadas porque essa era uma decisão nova relativamente a anteriores decisões, mas para a Câmara estava fora de causa, como era evidente, que as bicicletas partilhadas fossem uma peça de um conjunto de uma actuação integrada de mobilidade na Cidade de Lisboa, que passava, obviamente, pela existência de redes cicláveis. Aliás, referira ali o Plano Integrado dos Espaços Verdes e do Espaço Público, e nele estava precisamente desenhada a rede de vias cicláveis que tinham que ser implementadas. Portanto, iam ter a rede de vias cicláveis, iam ter a bicicleta de uso partilhado, e iam ter outros modos de mobilidade alternativa que a seu tempo seriam desenvolvidos. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal do CDS-PP colocara a questão dos espaços verdes, o que era absolutamente extraordinário porquanto os Deputados Municipais tinham obrigação de saber que no ano anterior caducaram os contratos de manutenção dos espaços verdes que estavam assegurados em *out sourcing*, que depois de caducados esses contratos, por falta de cabimentação a Câmara não pudera relançar os concursos para novas adjudicações, que esses espaços ficaram completamente ao abandono e passaram a ser intervencionados com os recursos próprios do Município, que eram insuficientes para gerirem também esses espaços. -----

----- Aprovaram em Câmara e trouxeram à Assembleia Municipal o programa de lançamento dos concursos públicos internacionais para a adjudicação da manutenção desses espaços verdes, como sabiam a Assembleia chumbara essas propostas porque entendia que estavam a comprometer o próximo mandato. Voltaram com as propostas

à Câmara e pensava já estaria a caminho da Assembleia Municipal para ser agendado um programa de lançamento de novos concursos, apenas para o resto deste mandato e o primeiro ano do próximo para que a Vereação que chegasse em Outubro de 2009 não ficasse confrontada, como esta ficara, com zonas verdes sem nenhuma forma de as tratar, mas poderem prorrogar, se assim o entendessem, por mais um ano o contrato que estivesse em vigor. -----

----- Portanto, não valia a pena dizer que os espaços verdes estavam mal. Era claro que estavam. Pois se deixaram caducar os contratos, não conseguiram fazer novos concursos porque não tinham cabimentação, não deixaram fazer o concurso que o actual Executivo quisera lançar e estavam agora a tentar lançar novos concursos, e queriam que os espaços verdes estivessem bons!?! Só se fosse por milagre! -----

----- Respondendo à intervenção do Deputado Municipal Sobreda Antunes, disse que relativamente às colectividades não só foi pago este ano o que tinha que ser pago, como também já foi aprovado em Câmara e vinha a caminho da Assembleia Municipal a isenção de taxas, com efeito retroactivo a 2002, porque aqueles que agora tão preocupados ali apreciam com o estado das colectividades não as isentaram das taxas que tinham a pagar na altura das Festas da Cidade. -----

----- Por fim, disse que de facto tinham muito carinho pelas iniciativas lançadas pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves quando era Vereador, e gostaram tanto do projecto dos Jogos de Lisboa que durante os anos em que participaram na coligação os Jogos de Lisboa, como o Deputado Municipal Victor Gonçalves reconheceu, foram dinamizados e cresceram, o que ele não teria reparado é que foi no tempo em que o PSD voltara a presidir à Câmara que acabaram os Jogos de Lisboa. -----

----- E este ano retomaram, de uma forma embrionária, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, que em vez de carpir trabalhava, tinha ali, aliás, o folheto de como este ano já iria haver actividades para os seniores e para os jovens entre os seis e os doze anos, e em 2009, para que pudessem dizer que era campanha eleitoral, iriam ter os Jogos de Lisboa outra vez em grande, como foram nos bons anos em que a governação da cidade não estivera nas mãos do PSD. -----

----- **A Senhora Presidente**, esgotado o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião, informando que Sessão prosseguiria, em segunda reunião, na próxima terça-feira, dia 24 de Junho, pelas 15 horas. -----

----- Eram 21 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- A PRESIDENTE -----